

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E COMUNICAÇÃO
HUMANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Andreia Pereira Pedroso

**PARA ALÉM DA PONTA DO ICEBERG: UM MERGULHO NECESSÁRIO NA
INVESTIGAÇÃO SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS
INSTITUTOS FEDERAIS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO**

Porto Alegre

2024

Andreia Pereira Pedroso

**PARA ALÉM DA PONTA DO ICEBERG: UM MERGULHO NECESSÁRIO NA
INVESTIGAÇÃO SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS
INSTITUTOS FEDERAIS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora Dr^a.: Tatiana Reidel

Porto Alegre

2024

Pedroso, Andreia Pereira

Para além da ponta do iceberg: Um mergulho necessário na investigação sobre o trabalho de Assistentes Sociais nos Institutos Federais frente às transformações do mundo do trabalho / Andreia Pereira Pedroso. -- 2024.

183 f.

Orientadora: Tatiana Reidel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Trabalho. 2. Serviço Social. 3. educação. 4. assistência estudantil. 5. Institutos Federais. I. Reidel, Tatiana, orient. II. Título.

Andreia Pereira Pedroso

**PARA ALÉM DA PONTA DO ICEBERG: UM MERGULHO NECESSÁRIO NA
INVESTIGAÇÃO SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS
INSTITUTOS FEDERAIS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO
TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Aprovado em: ____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Thaís Teixeira Closs - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Maria Isabel Barros Bellini - Pontifícia Universidade Católica – PUCRS

Ney Luiz T. de Almeida - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Tatiana Reidel - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Presidente/a (Orientadora)

Dedico esta produção a todas as Assistentes Sociais que
proporcionaram essa construção.

AGRADECIMENTO AO IFRS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos/as os/as que me apoiaram e incentivaram durante o período de construção desta dissertação.

Ao Cristiano Carassai, meu esposo, sempre do meu lado, correndo o risco de soar como um clichê, mas simplesmente é verdade. Ele é o prumo que regula minhas emoções na gangorra da vida: sou grata por estar ao teu lado nessa existência.

À minha mãe, Mônica Pedroso, minha arteira artista, que me tira dos momentos mais tensos com as cores mais vibrantes que pode alcançar em suas telas que representam uma dimensão onde só existem realizações. Ela que me deixa sonhar, na verdade faz melhor: sonha comigo todas as viagens da minha cabeça e da dela, meu esteio.

À Márcia Pedroso, minha irmã, que me proporcionou, por praticamente toda a minha vida adulta, conversas críticas, científicas e éticas, de um jeito leve e empolgante, que me instigam a seguir estudando. Que acredita nas possibilidades que posso alcançar e me incentiva a sempre continuar. Se não fosse ela, não estaria aqui escrevendo esse agradecimento agora.

À Circe, minha amiga de 36 anos que, mesmo distante, está sempre por perto, me amparando nos momentos de fragilidade. Minha professora de português particular, que não corrige mensagens de texto erradas (isso não tem preço).

À Fabiana Puerta, pela amizade, pelas palavras de cuidado e afeto e pelas inúmeras aplicações de Reiki bem na hora certa.

Às colegas do mestrado, pelas trocas e apoio, em especial, a Ediane Santana com quem cultivei um laço de afeto e, mesmo da Bahía, continua tão presente.

A Jéssica Teles, que assim como a Edi, mudou de status no relacionamento, passando a ser uma amiga nesse percurso e “Bora pro doutorado!”

Ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPTFESS), onde aprendi muito sobre pesquisa, sobre afeto e sobre as possibilidades que posso alcançar.

E, por fim, à Tatiana Reidel, minha orientadora, pela enorme energia contagiante e amor à profissão, que depois de uma aula de duas horas fez com que eu batalhasse para ser tua M1 e não teve um dia em que eu não ratificasse essa escolha.

A todos/as, o meu sincero agradecimento.

As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política.

**Marilena Chaui
(2000, p.479)**

RESUMO

Esta dissertação trata sobre o tema: Trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e tem como objetivo geral Analisar a configuração do trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul (RS), considerando suas atribuições e competências profissionais, com vistas a contribuir com subsídios para qualificar o trabalho profissional da categoria neste espaço sócio-ocupacional. Fundamenta-se no método materialista histórico-dialético e se constitui como um estudo descritivo de caráter sistemático, crítico, com enfoque misto, por meio de pesquisa bibliográfica e questionário eletrônico online, contendo perguntas fechadas e abertas, cujos dados de ambos foram tratados por meio de análise de conteúdo. A amostra bibliográfica final se refere a nove produções, sendo um artigo do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 2019, duas teses e seis dissertações provenientes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que teve a busca compreendida entre 2016 e 2020. Na pesquisa empírica, após a anuência dos três Institutos Federais situados no RS, foi encaminhado por e-mail, o questionário eletrônico para o universo de 43 Assistentes Sociais lotados/as nos setores de assistência estudantil, obtendo-se 27 (62%) respostas. Com base nesse estudo, foi possível identificar que o perfil das Assistentes Sociais que trabalham dos IFs do RS é predominantemente de mulheres, com aproximadamente 10 anos de trabalho na instituição e que a grande maioria fundamenta-se no método marxista para a leitura da realidade. Na pesquisa bibliográfica, dentre os achados de grande relevância, destacam-se a precarização e intensificação do trabalho de Assistentes sociais nos IFs, o que foi ratificado pela pesquisa empírica. Este achado se expressa em diversos aspectos do trabalho profissional da categoria, desde o descumprimento da Lei de regulamentação da profissão no que tange a carga horária semanal de trabalho, como o número de profissionais versus o número de estudantes a serem atendidos/acompanhados, além das inúmeras atividades a serem contempladas pela categoria. A intensificação também se expressa na necessidade de flexibilização da jornada de trabalho entre os três turnos em que a instituição funciona, além de outros diversos aspectos abordados ao longo dessa dissertação. Com isso, destaca-se a necessidade da realização de planos de trabalho coletivos, na intenção de promover a nitidez do trabalho profissional para a própria categoria, para a gestão e demais servidores do espaço ocupacional, no intuito de reduzir a precarização e a intensificação do trabalho. No que concerne a discussão sobre atribuições e competências profissionais, aponta-se, como uma forma de contribuir com subsídios para a qualificação do trabalho profissional, para a ressignificação dos estudos socioeconômicos, assim como sua reorganização no que se refere à forma de utilização desta ferramenta, apontada como principal demanda de Assistentes Sociais nos IFs, que se configuram como atribuição privativa e tem potencial para colaborar para o aprimoramento das respostas profissionais.

Palavras-chave: Trabalho; Serviço Social; educação; assistência estudantil; Institutos Federais.

ABSTRACT

This dissertation discusses with the theme: The labor of social workers in the Federal Institutes of Education, Science and Technology, and its general objective is to analyze the configuration of the labor of social workers in student assistance of the Federal Institutes of Education, Science and Technology in Rio Grande do Sul (RS), considering their attributions and professional competences, aiming at contributing to qualify the professional work of the category in this socio-occupational space. It is based on the historical-dialectical materialist method and is a descriptive study of a systematic, critical nature, with a mixed focus, through bibliographic research and an online electronic questionnaire containing closed and open questions, whose data were treated through content analysis. The final bibliographic sample refers to nine productions, one article from the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) in 2019, two theses and six dissertations from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), searched between 2016 and 2020. In the empirical research, after the consent of the three Federal Institutes located in RS, the electronic questionnaire was sent by e-mail to 43 Social Workers working in the student assistance sectors, obtaining 27 (62%) responses. Based on this study, it was possible to identify that the profile of the Social Workers who work in the IFs of RS is predominantly women, with approximately 10 years of work in the institution and the vast majority is based on the Marxist method for reading reality. In the bibliographic research, among findings of great relevance, are the precariousness and intensification of the labor of social workers in the FIs, which was ratified by the empirical research. This finding is expressed in several aspects of the professional work of the category, from the non-compliance with the Law regulating the profession with regard to the weekly workload to the number of professionals versus the number of students to be attended/monitored in addition to the numerous activities to be contemplated by the category. The intensification is also expressed in the need to make the working day more flexible between the three shifts in which the institution operates, in addition to several other aspects addressed throughout this dissertation. Thus, the need to carry out collective work plans is highlighted, with the intention of promoting the clarity of professional work for the category itself, for the management and other employees of the occupational space, in order to reduce precariousness and intensification of work. With regard to the discussion about professional attributions and competences, it is pointed out, as a way to contribute with subsidies for the qualification of professional work, to the resignification of socioeconomic studies, as well as their reorganization with regard to the way of using this tool, pointed out as the main demand of Social Workers in the FIs, which are configured as a private attribution as it has the potential to contribute to the improvement of professional responses.

Keywords: Work; social work; education; student assistance; Federal Institutes.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação do nº de Teses e Dissertações do Serviço Social, cadastradas no Banco de Dados CAPES entre 2016 e 2020 que contém as categorias investigadas -----	21
Tabela 2 – Identificação das produções/artigos dos Anais do CBAS 2019 que contém as categorias investigadas -----	22
Tabela 3 – Ano de ingresso das participantes da pesquisa nos IFs do RS -----	29
Tabela 4 – Participação das assistentes sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica, em espaços promovidos pela categoria -----	33
Tabela 5 – Carga horária semanal de assistentes sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica -----	82
Tabela 6 – Profissionais/cargos que compõe a equipe de trabalho além das assistentes sociais participantes da pesquisa empírica -----	118
Tabela 7 – Percepção das assistentes sociais dos IFs do RS, respondentes da pesquisa empírica, sobre as atividades descritas como típicas do cargo Técnico-administrativo em Educação – assistente social, como não devendo fazer parte do trabalho desta categoria profissional na assistência estudantil -----	126
Tabela 8 – Indicação das atividades exercidas na assistência estudantil pelas assistente sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica-----	130
Tabela 9 – Limitações e/ou desafios no exercício do trabalho profissional indicadas pelas assistentes sociais dos Ifs do RS, participantes da pesquisa empírica -----	141

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Produções selecionadas para estudo bibliográfico para identificação do estado da arte dos Bancos CAPES (2016-2020) e CBAS 2019 ----- 23
- Quadro 2 -- Distribuição de assistentes sociais por unidade administrativa de cada Instituto Federal do estado do Rio Grande do Sul ----- 26
- Quadro 3 – Descrição e nº de Auxílios Estudantis por Instituto Federal localizado no Estado do Rio Grande do Sul* ----- 111
- Quadro 4 – Composição das equipes de assistência estudantil dos IFs do RS, realizado a partir da análise bibliográfica de teses e dissertações ----- 117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Titulação das assistentes sociais, participantes da pesquisa empírica, dos IFs situados no RS -----	32
Gráfico 2 – Identificação das precarizações no trabalho de assistentes sociais, participantes da pesquisa empírica, nos IFs do RS -----	74
Gráfico 3 – Problemas de saúde de assistentes sociais dos IFs do RS, respondentes da pesquisa empírica, com relação ao trabalho. -----	85
Gráfico 4 – Percepção acerca de interferências da gestão, quanto ao tempo para o exercício de atribuições específicas das assistentes sociais do IFs do RS, participantes da pesquisa empírica -----	93
Gráfico 5 – Percepção acerca de interferências da gestão nas atividades das assistentes sociais no IFs do RS, participantes da pesquisa empírica-----	93
Gráfico 6 – Percepção de assistentes sociais dos IFs do RS, respondentes da pesquisa empírica, sobre a instituição proporcionar espaços formativos para as equipes de assistência estudantil-----	100
Gráfico 7 – Saberes necessários para o exercício da profissão indicados pelas assistentes sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica -----	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CBAEI	Comissão Brasileira Americana de Ensino Industrial;
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais;
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica;
CEP-IPSSCH	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social;
CISSPA	Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes;
CMC	<i>Campus</i> Manaus, Centro;
COFI	Comissão de Orientação e Fiscalização;
CONEP/CNS/MS	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde;
CONSUP	Conselho Superior;
COPPID	Comissão Permanente de Processo de Ingresso Discente;
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social;
DAE/MEC	Departamento de Assistência ao Estudante do MEC;
DAE/PROEN	Diretoria de Assuntos Estudantis / Pró-reitoria de Ensino do IFRS;
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio;
EUA	Estados Unidos da América;
FHC	Fernando Henrique Cardoso;
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis;
GEPETFESS	Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social;
GTPAE	Grupo de Trabalho Permanente em Assistência Estudantil do IFRS;
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará;
IFFAR	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha;

IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso;
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte;
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul;
IFs	Institutos Federais;
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo;
IFSUL	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense;
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero;
MEC	Ministério da Educação;
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas;
NUGEDS	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual;
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação;
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil;
PPGPSSS	Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social;
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino;
PT	Partido dos Trabalhadores;
RS	Rio Grande do Sul;
SENAI	Serviço Nacional da Indústria;
SENCE	Secretaria Nacional de Casa de Estudantes;
SISU	Sistema de Seleção Unificada;
TCI	Termo de Consentimento Institucional;
TCLE	Termo de Consentimento livre e esclarecido;
TWI	<i>Training Within Industry</i> (Treinamento dentro da Indústria);
UNE	União Nacional dos Estudantes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	12
1.1 Apontamentos introdutórios sobre o mosaico metodológico da pesquisa -----	18
1.2 Descrição do procedimento de pesquisa bibliográfica -----	19
1.3 Descrição do procedimento da pesquisa empírica -----	25
1.4 Caracterização do perfil das participantes da pesquisa -----	29
2 TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL -----	37
2.1 A constituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica -----	50
2.2 Os Institutos Federais - o discurso ideológico e a prática institucional-----	54
3 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-----	61
3.1 Trabalho profissional de assistentes sociais nos IFs-----	70
4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SERVIÇO SOCIAL -----	105
4.1 Atribuições e competências de assistentes sociais na assistência estudantil--	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	144
REFERÊNCIAS -----	155
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ONLINE-----	163
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL (TCI) -----	172
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - QUESTIONÁRIO-----	173
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA-----	175

1 INTRODUÇÃO

É crucial refletir sobre os diversos fatores que incidem sobre o trabalho profissional de assistentes sociais, tendo como horizonte um trabalho ético, crítico e comprometido com a classe trabalhadora. Para isso, cabe considerar os inúmeros elementos que incidem diretamente na vida de trabalhadores e no trabalho profissional, aqui dando ênfase ao Serviço Social, independentemente da política social em que o/a profissional trabalha.

Neste estudo, esses aspectos serão abordados voltando-se para o campo ocupacional da educação, mais especificamente com o tema: *Trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs)*, com o objetivo geral de *Analisar a configuração do trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul, considerando suas atribuições e competências profissionais, com vistas a contribuir com subsídios para qualificar o trabalho profissional da categoria neste espaço sócio-ocupacional.*

Ao longo do processo sócio-histórico, o trabalho e o Serviço Social sofreram mudanças profundas, mediadas por tensões políticas, econômicas, sociais e conjunturais que resultam no que atualmente se entende ser o trabalho profissional da categoria. Para uma compreensão mais profunda da constituição do trabalho profissional de assistentes sociais na educação, com ênfase nos IFs, serão abordados, ao longo desta dissertação, os fundamentos que embasam a profissão, a conjuntura em que ela está inserida para fins de identificar as especificidades contemporâneas do trabalho, assim como a política e a instituição (seus princípios, conceitos e contradições) em que a categoria incide suas ações, bem como o que compete ao profissional dentro deste espaço ocupacional, expresso aqui como atribuições e competências da categoria.

Assim, como parte que compõe o trabalho profissional de assistentes sociais, no âmbito da educação, buscar-se-á também a compreensão sócio-histórica da política de educação brasileira e, mais especificamente, a educação profissional técnica e tecnológica e, dentro dela, a assistência estudantil, com a finalidade de alcançar a compreensão da constituição dos IFs como campo sócio-ocupacional.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi instituída pela Lei 11.892/2008. Ela cria e regula os IFs como instituições que promovem a

educação superior, básica e profissional, sendo multicampi, especializados em educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino e equiparados às universidades federais. Dentre todos os Institutos criados por esta Lei, estão os três (03) localizados no Rio Grande do Sul, que são foco deste estudo como campo ocupacional, são eles: O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL) com dezesseis (16) unidades administrativas¹, sendo uma (01) Reitoria e quinze (15) unidades acadêmicas/*Campus*; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) com dezoito (18) unidades administrativas, sendo uma (01) Reitoria e dezessete (17) *Campi*; e, por fim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR) com doze (12) unidades administrativas, sendo uma (01) Reitoria e onze (11) unidades acadêmicas. Distribuídos/as nestas três instituições, entre as quarenta e seis (46) unidades administrativas estão os/as quarenta e três (43) assistentes sociais, lotados nos setores que realizam assistência estudantil, foco da pesquisa empírica voltada para essa dissertação, sendo efetivada entre março e maio/2023.

Uma das inquietações e motivação para a realização deste estudo surge da vivência do trabalho profissional no IFRS, desde 2014, em um primeiro momento enquanto assistente social que faz parte de um coletivo maior de profissionais da categoria na instituição e na Assessoria da Assistência Estudantil, localizada na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), realizando planejamento, implementação e acompanhamento da Política de Assistência Estudantil do IFRS, regulada pela Resolução nº 086/2013. Este trabalho contava com a colaboração do Grupo de Trabalho Permanente de Assistência Estudantil (GTPAE), que se trata de um órgão colegiado propositivo, consultivo de Assistência Estudantil, formado pelas coordenações dos setores de assistência estudantil de cada *Campus*. E, em um segundo momento, a partir de 2016, na Assistência Estudantil do IFRS - *Campus* Viamão, como coordenadora do setor e, por consequência, participando do GTPAE. A partir desses dois espaços de trabalho dentro da mesma instituição, que tem públicos e atividades diferentes, foi possível perceber, sob ângulos distintos, as divergências de compreensões da categoria sobre atribuições privativas e competências dentro deste espaço ocupacional, mediante as diversas reuniões

¹ **Unidade administrativa** se refere tanto à Reitoria como à uma unidade acadêmica/*Campus*. Já o uso da expressão **unidade acadêmica** se volta somente para unidades que promovem o ensino diretamente ao estudante.

destes coletivos. Logo, percebe-se a necessidade da realização de um maior delineamento sobre o trabalho de assistentes sociais na educação e, mais precisamente, nos IFs, em que pese esta inserção profissional ser ainda recente, sendo que ocorreu de forma mais incisiva na década de 1990, a partir de demandas das instituições de educação acerca da ampliação do acesso e permanência escolar.

Tendo em vista as diversas normativas que perpassam o trabalho de assistentes sociais neste espaço ocupacional como: a descrição do cargo de Técnico-administrativo em Educação – assistente social do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), pensada e demandada pelo Ministério da Educação (MEC); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que promove ações preventivas em situações de retenção e evasão; a Lei nº 12.711/2012 que regula as reservas de vagas; e a Portaria MEC 18/2012 que institui as condições para as reservas de vagas é possível afirmar que, entre outras normativas, elas incidem diretamente sobre os processos de trabalho com os quais o Serviço Social se envolve neste campo e, com exceção da descrição do cargo, também podem ser entendidas como normativas que incentivaram a contratação da categoria nos IFs, o que será aprofundado ao longo desta dissertação.

A partir destas normativas e das requisições encaminhadas ao Serviço Social, foram levantadas algumas questões, por meio das discussões realizadas pelo coletivo de assistentes sociais do IFRS em encontros realizados desde 2014, com o intuito de refletir e qualificar as principais demandas de trabalho direcionadas à categoria na instituição. A principal pauta discutida no coletivo de assistentes sociais do IFRS é relativa aos procedimentos dos estudos/análises/avaliações² socioeconômicas para ingresso discente e para concessão de auxílios financeiros. No entanto, o estudo socioeconômico muitas vezes é indicado pelo coletivo como algo que centraliza o trabalho de assistentes sociais no IFRS, não sobrando muito tempo para outras atividades, demandas e necessidades que não remetem somente à seleção de estudantes aptos ao ingresso e ao auxílio estudantil. Também há o questionamento se este procedimento realmente se trata de um estudo socioeconômico, devido à constante pressão acerca do tempo para a efetivação de uma atividade complexa, quando eles são voltados para o ingresso de estudantes com cronogramas exíguos

² Nesta dissertação serão usados como sinônimos os termos estudo, análise ou avaliação quando se referirem aos estudos sociais ou socioeconômicos, pois são amplamente utilizados pela categoria se referindo ao mesmo processo.

e, ainda, há neste contexto a dúvida se esta atividade de fato é privativa da categoria.

Entende-se que este questionamento pode estar atrelado à falta de compreensão dos gestores da instituição acerca dos procedimentos técnico-operativos do Serviço Social, o que tem sido demonstrado em diversas reuniões da categoria neste espaço sócio-ocupacional. Eles indagam o tempo de realização dos estudos socioeconômicos, que se caracterizam como uma etapa dos processos seletivos para a reserva de vagas, com o intuito de diminuir os cronogramas e reduzir pagamentos para profissionais contratados por edital de seleção para trabalhar, especificamente, em processos seletivos, ou horas extras para os/as servidores/as efetivos/as, já que a jornada de trabalho dentro do período estipulado no cronograma não é suficiente para a realização de todos os estudos. Essa pressão se intensificou a partir dos cortes ocorridos na Política de Educação que, em novembro de 2022, estimou-se em torno de R\$ 74 bilhões em função da Emenda Constitucional 95/2016 (Agência Senado, 2022) e os processos seletivos ficam cada vez mais desgastantes para a categoria.

Em estudo publicado recentemente, Reidel e Corrêa (2021) apontam que os profissionais do Serviço Social do estado do Rio Grande do Sul constataam a intensificação do trabalho e a consideram uma dificuldade e um desafio para a categoria, mas é importante ressaltar que o/a assistente social faz parte do conjunto da classe trabalhadora e também sofre violação de seus direitos.

Em síntese, inferimos que há uma tendência de intensificação da precarização do trabalho de assistentes sociais no Brasil, inerente à superexploração da força de trabalho, característica estrutural do capitalismo no país, que, associada ao contexto de crise política, econômica e social e com a pandemia, escancara as portas para a intensificação da flexibilização do trabalho e agudização da precarização das políticas sociais (Reidel e Corrêa, 2021, p. 149).

Considerando a contextualização feita sobre o trabalho de assistentes sociais neste espaço ocupacional, as discussões do coletivo de assistentes sociais, assim como do GTPAE, as normativas envolvidas no trabalho de assistentes sociais neste espaço ocupacional e a vivência como trabalhadora no IFRS em dois espaços diferentes com experiências distintas, surgiram algumas inquietações e indagações que se pretendeu, com este estudo, avançar, no sentido de investigar, refletir e produzir sobre: Qual a perspectiva dos/as assistentes sociais que trabalham nos IFs, acerca das atividades descritas no PCCTAE para o cargo de assistente social? Como

acontece o trabalho no dia a dia dos/as assistentes sociais, permeado por essas normativas mencionadas anteriormente? Essas atividades são possíveis com um/a assistente social por *Campus*? Em que momento as atividades que estão fora do escopo das análises socioeconômicas para ingresso e auxílios estudantis financeiros são realizadas, haja vista a alta demanda desta atividade?

Este percurso, permeado de inquietações e muita implicação com o tema, resultou na proposta de pesquisa que criou corpo com a entrada no mestrado, no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS) em 2022, na linha de pesquisa Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional. Com isso, foi possível adensar discussões sobre o trabalho de assistentes sociais, seus fundamentos e o contexto sócio-histórico da profissão. Neste processo de aprofundamento, pôde-se pensar o trabalho em uma perspectiva externa ao espaço ocupacional e, com isso, perceber que ele estava impregnado de distintas formas de alienação³, já anunciadas por Marx. Essa nova perspectiva impactante permitiu a revisão de percepções e posicionamentos, adentrando, então, na possibilidade de refletir sobre um novo ângulo do trabalho profissional, revelando, assim, o tema desta pesquisa com maior abrangência e profundidade do que se havia inicialmente proposto.

Ainda é importante salientar o envolvimento com o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS) que proporcionou espaços de discussões acerca de metodologias de pesquisa, instrumentos de coletas de dados, análise de conteúdo, trabalho, ética profissional, assim como a participação em produções coletivas para eventos e revistas na área do Serviço Social, entre tantas outras atividades e debates que tornam o grupo em um espaço de troca único e enriquecedor. Estes momentos contribuíram para a construção do atual tema de pesquisa que se relaciona com este grupo através das temáticas carregadas em seu nome, que são lideradas de forma grandiosa pela Professora Doutora Tatiana Reidel, líder do GEPETFESS e orientadora desta dissertação. Além disso, ressalta-se que o tema desta pesquisa é focado na categoria principal *trabalho*, amplamente estudada pela orientadora em

³ Para melhor compreensão do termo indica-se a leitura de: Marx, Karl. **O trabalho alienado**. In.: Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Artur Morão. Edições 70. 2017.

suas produções mais recentes.

Enfatiza-se que a luta do Serviço Social diante da política de educação está alinhada com os movimentos dos trabalhadores, em busca da democratização e universalização da educação atrelada a um novo projeto societário diferente do atual, visando uma educação realmente emancipadora e contrária a esta pedagogia que busca garantir a hegemonia do capital (CFESS, 2013). Assim, justifica-se esta pesquisa por acreditar em sua relevância para a categoria profissional no que tange a contribuição com questões discutidas no cotidiano do trabalho profissional que não recebem o devido aprofundamento em detrimento da sobrecarga de trabalho.

Pretende-se, com este estudo, colaborar no processo de compreensão da categoria sobre o delineamento do trabalho profissional neste espaço sócio-ocupacional, bem como contribuir com a promoção da qualificação para o trabalho realizado – o que se entende ter grande potencial para gerar efeitos positivos a serem experienciados pelos/as usuários/as dos setores de Assistência Estudantil dos IFs, principalmente por pretender-se aprofundar a visão crítica sobre a educação no momento atual do Brasil, com a qual a categoria profissional tem potencial para contribuir. Também se destaca a relevância desta investigação, considerando a ênfase dada à análise sobre as requisições voltadas à categoria, que não são inerentes à profissão a fim de buscar formas de enfrentamento de tudo que possa descaracterizar o Serviço Social.

Com isso, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: *Como se configura o trabalho de assistentes sociais, considerando suas atribuições e competências profissionais na assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul?*

Para auxiliar no processo da pesquisa, esse questionamento se desdobra em cinco questões orientadoras, são elas: *Como se configura a tendência da produção teórica sobre o trabalho de assistentes sociais nos IFs, levando em consideração suas atribuições e competências nos últimos cinco anos? Qual a configuração do trabalho dos/as assistentes sociais nos IFs no Rio Grande do Sul? Qual a compreensão dos/as assistentes sociais sobre as atribuições e competências profissionais neste espaço ocupacional? Qual o perfil profissional dos assistentes sociais nos IFs no Rio Grande do Sul? Quais estratégias são utilizadas pela categoria com vistas à qualificação do trabalho neste espaço sócio-ocupacional?*

Cabe mencionar que, após finalizado, o projeto foi submetido ao Comitê de

Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-IPSSCH) e obteve aprovação no dia 08 de fevereiro de 2023 conforme Anexo A.

1.1 Apontamentos introdutórios sobre o mosaico metodológico da pesquisa

Neste capítulo, abordar-se-á o percurso metodológico da pesquisa. Caracterizando-se como um ponto fundamental para a apreensão das etapas, técnicas e abordagens utilizadas na trajetória da pesquisa, de forma a transparecer como se chegou ao produto final que é a dissertação. Essa descrição do processo metodológico permite aos/às leitores/as compreenderem como os dados foram coletados, analisados e interpretados no sentido de explicitar a cientificidade dos processos.

Em vista do que foi explicitado e se considerando o tema, o problema de pesquisa e as questões orientadoras, esta dissertação se constituiu como um estudo descritivo permeado pelo método materialista histórico-dialético. Compreende-se que ele traduz, da forma mais coerente, a leitura da realidade, capaz de desnudar as contradições da sociedade capitalista atual, promovendo a mediação dialética deste meio constituído de diferentes classes dentro do seu contexto sócio-histórico e de sua totalidade.

Entende-se que a pesquisa exposta nesta dissertação possui um caráter sistemático, crítico, com enfoque misto, o que proporciona uma visão mais integral do fenômeno estudado, pois é possível “utilizar os resultados de um método para ajudar a mostrar ou informar ao outro método sobre diversas questões [...]. Um enfoque pode, inclusive, abastecer o outro de hipóteses e suporte empírico” (Sampieri, Collado e Lúcio. 2013, p. irreg.).

Na mesma linha, indica-se que “A contribuição da obra Marxiana tem sido reconhecida pela categoria, na medida que envolve elementos que podem ser mediados para a efetivação de processos de análise e intervenção” (Prates, 2012, p.117). Aqui, enfatiza-se o processo de apropriação das categorias, realizado por Marx, com as constantes aproximações, totalizações provisórias, sujeitas à superação, já que são parte de um processo histórico. É através de elementos quantitativos e qualitativos que o real se expressa, bem como por elementos objetivos

e subjetivos, particulares e universais.

Se, por outro lado, nos preocupamos com a transformação do real e, destaque-se, esta é uma questão central na proposta de Marx, a visibilidade ao movimento, sua apreensão integral e propostas para incidir no real precisam ser viáveis, portanto, contemplar processos e resultados, argumentos que se pautem em dados quantitativos e qualitativos. Logo, a supervalorização de um desses aspectos pode significar a secundarização do outro de igual relevância (Prates, 2012, p.117).

Enfatiza-se, ainda, que Marx atribui importância tanto para dados quantitativos como para qualitativos, usando-os de modo complementar:

[...] na obra marxiana *O capital* (1989), na qual Marx, referindo-se à exploração do trabalho infantil, descreve-a com riqueza de dados quantiquantitativos. Além de apresentar o número de crianças envolvidas em trabalhos insalubres nas fábricas inglesas, e realizar cortes por faixa etária, condições físicas e horas trabalhadas, complementa suas análises com extratos da expressão dos sujeitos (Prates, 2012, p.121).

Assim, elencou-se, previamente, três formas de coletas de dados. Iniciando-se pela pesquisa bibliográfica, mediante análise de conteúdo de produções sobre o tema estudado na busca de evidenciar o estado da arte, como será exposto ao longo desta produção. Na pesquisa empírica, foram definidos como instrumentos de coleta de dados um questionário eletrônico (Apêndice A) e o grupo focal para a complementação dos dados obtidos mediante o questionário. No entanto, obteve-se respostas suficientes e complexas para a compreensão do quadro estudado, decidindo-se, assim, pela não realização do grupo focal.

Ao passo que o questionário era respondido, iniciou-se o levantamento de dados referente ao estado da arte, ou seja, a busca por dados quantitativos e qualitativos em bancos oficiais de estudos realizados anteriormente acerca do tema aqui proposto, para maior embasamento e continuidade da pesquisa.

1.2 Descrição do procedimento de pesquisa bibliográfica

O dado quantitativo, ou o número de trabalhos realizados sobre a temática, sugere se o assunto já foi amplamente discutido e o dado qualitativo, ou a ênfase do conteúdo, embasa novos estudos. Assim, neste percurso, a primeira fonte consultada

foi o Banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 2016 até 2020, que contém as produções catalogadas de programas de pós-graduação de todo o Brasil, caracterizando-se como um banco de dados sólido e atualizado. A segunda fonte foi o Congresso Brasileiro de assistentes sociais (CBAS), realizado em 2019, que traz trabalhos e relatos de experiências profissionais para a socialização com a categoria, trazendo à tona aspectos atuais com os quais o Serviço Social tem se envolvido.

As categorias investigadas foram: *trabalho*, *atribuições*, *competências* e *educação* – esta última compreendendo as subcategorias *Institutos Federais* e *Assistência Estudantil*, suprimindo achados em educação permanente ou formação em Serviço Social, pois o foco deste estudo é o trabalho técnico na política de educação e não a docência ou a formação da categoria.

Para a realização da busca das categorias desta pesquisa, utilizou-se a ferramenta de filtragem da planilha. Assim, no Banco de dados da CAPES, na coluna relativa à área de conhecimento, a filtragem voltou-se para o termo “Serviço Social” onde encontrou-se 2.779 teses e dissertações cadastradas no período estudado. Após inserido este primeiro parâmetro, iniciou-se a busca pelas categorias (seus sinônimos e variações de gênero).

A planilha recebeu colunas com os nomes de cada categoria e subcategoria pesquisada. Após, iniciou-se a filtragem através da ferramenta que verifica o conteúdo das células em cada coluna, que se chama “Filtrar por condição” e, selecionando a alternativa “o texto contém”, que possui um campo para completar com o termo a ser pesquisado. Buscou-se cada categoria em três colunas específicas do banco, sendo elas: a) título da produção (dissertação ou tese); b) palavras chaves; c) resumo. Quando o termo buscado era encontrado, o número um (01) era descrito na coluna e linha correspondente à categoria e ao trabalho em questão.

Após o fim da filtragem do banco de dados CAPES (2016 – 2020), realizou-se a soma de cada categoria para comparação do número de trabalhos em que cada uma delas consta e, na sequência, o cruzamento dessas categorias para verificação do que existia de produção acerca da temática deste estudo, o que resultou na Tabela que segue:

Tabela 1 – Identificação do nº de Teses e Dissertações do Serviço Social, cadastradas no Banco de Dados CAPES entre 2016 e 2020 que contém as categorias investigadas

Descrição das categorias pesquisadas e cruzamentos realizados	Nº
1. Nº total de dissertações e teses na área do Serviço Social no período pesquisado	2779
2. Classificadas na política de educação	419
3. Classificadas na educação como assistência estudantil	59
4. Classificadas na educação como IFs	47
5. Classificadas na educação, assistência estudantil e IFs	21
6. Classificadas na educação, assistência estudantil, IFs e trabalho	11
7. Classificadas na educação, assistência estudantil, IFs, trabalho, atribuições e competências	2
8. Total de teses e dissertações mapeadas	559

Fonte: tabela elaborada pela autora (2024).

* Considera-se que a soma de todas as produções que abordam as categorias poderá ser maior que o total de produções, pois um trabalho pode ser categorizado em mais de uma categoria

A partir destes achados evidenciados na Tabela 1, configurou-se como amostra para este estudo as produções descritas nos itens 6 e 7 da respectiva tabela, por considerar que elas contemplam todas as categorias estudadas. Sendo que os títulos elencados no item 7 da tabela estão também dentro do item 6, totalizando 11 produções provenientes da plataforma CAPES.

Após definidos os títulos que se constituíram como parte da análise bibliográfica, procedeu-se a leitura dos respectivos resumos para a confirmação de que se tratava dos conteúdos específicos a serem estudados nesta pesquisa. No decorrer deste procedimento, não foi possível acessar dois títulos pelo fato de não estarem disponíveis na plataforma CAPES, e um terceiro título foi descartado por não contemplar as categorias pesquisadas. Sendo assim, ao final, a composição da amostra foi de oito (08) teses e dissertações conforme será evidenciado no Quadro 1.

Na sequência, realizou-se a sistematização do banco de dados das produções do CBAS 2019, que também compõem a pesquisa bibliográfica deste estudo. Para composição do banco de dados do CBAS 2019, obteve-se a lista dos títulos nos anais do evento, que resultou no total de 1742 artigos. Após a construção deste banco, o mesmo procedimento relatado anteriormente foi realizado, com a filtragem das categorias, seus sinônimos e variações de gênero, resultando na Tabela 2, que segue:

Tabela 2 – Identificação das produções/artigos dos Anais do CBAS 2019 que contém as categorias investigadas

Descrição das categorias pesquisadas e cruzamentos realizados	Nº
1. Nº total de trabalhos apresentados no evento	1742
2. Classificadas na política de educação	275
3. Classificadas na educação como assistência estudantil	34
4. Classificadas na educação como IFs	15
5. Classificadas na educação, assistência estudantil e IFs	5
6. Classificadas na educação, assistência estudantil, IFs e trabalho	1
7. Classificadas na educação, assistência estudantil, IFs, trabalho, atribuições e competências	1
8. Total de artigos mapeados	331

Fonte: tabela elaborada pela autora (2024).

* Considera-se que a soma de todas as produções que abordam as categorias poderá ser maior que o total de produções, pois um trabalho pode ser categorizado em mais de uma categoria

Após realizada esta sistematização e, mantendo o critério de corte mencionado anteriormente, a amostra dos trabalhos apresentados no CBAS foi composta por uma (01) produção que possui todas as categorias, demonstrada no item 7 da Tabela 2. Considerando a realização deste procedimento, apresenta-se a sistematização da amostra final analisada nesta dissertação, como descrito no quadro a seguir:

Quadro 1 – Produções selecionadas para estudo bibliográfico para identificação do estado da arte dos Bancos CAPES (2016-2020) e CBAS 2019

Ano da produção	Nome da produção	Autoras discente / orientador/a	Tipo de produção
2017	O trabalho dos/as assistentes sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP: o processo de intensificação em questão	Milena Ferraz / Raquel Raichelis Degenszajn	Dissertação CAPES
2017	O Serviço Social no contexto da educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	Renata Maria Paiva Da Costa / Monica Duarte Cavaignac	Dissertação CAPES
2018	Pensar o Serviço Social, eis a ousadia: a dimensão pedagógica da profissão na particularidade da política de assistência estudantil do IFCE	Flavia Regia Holanda Da Silva / Gilcelia Batista De Gois	Dissertação CAPES
2019	O exercício profissional das assistentes sociais no Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT: demandas sociais e respostas profissionais	Soraide Isabel Ferreira / Janaina Carvalho Barros	Dissertação CAPES
2019	Assistência estudantil e Serviço Social: a atuação dos assistentes sociais nos <i>Campi</i> do IFAM ⁴ em Manaus	Luciana Vieira Dos Santos / Hamida Assunção Pinheiro	Dissertação CAPES
2020	Serviço Social e cotas: desafios para a permanência dos estudantes no Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Carina Lilian Fernandes Pinheiro / Maria De Lourdes Soares	Dissertação CAPES
2020	O trabalho de assistentes sociais na educação profissional e tecnológica: desvelando seu processamento No Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	Maria Conceição Borges Dantas / Raquel Raichelis Degenszajn	Tese CAPES
2020	Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil Do Instituto Federal De Alagoas (IFAL)	Juliana Carla Da Silva Gois / Maria Celia Correia Nicolau	Tese CAPES
2019	Sistematização do trabalho do Serviço Social no IFAM/CMC ⁵ : refletindo sobre a prática profissional das assistentes sociais no ano de 2018	Júlia Angélica de O. Ataíde Ferreira, Rosimary de Souza Lourenço, Érica Oliveira de Castro Farias	Artigo CBAS

Fonte: quadro elaborado pela autora (2024).

Com isso, foram analisadas nove produções no total, sendo um artigo do CBAS 2019, duas teses e seis dissertações provenientes da CAPES que, após leitura, confirmou-se que as obras contemplam todas as categorias e subcategorias desta dissertação.

Para a análise dos dados qualitativos, foi realizada a técnica de análise de

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

⁵ Campus Manaus, Centro (CMC).

conteúdo que permite o levantamento e reconhecimento das informações através da interpretação e organização das reflexões dos sujeitos pesquisados. Aqui, o material é explorado, destacando-se as informações e reorganizando-as em unidades de registro, reunindo os dados com características comuns e os categorizando, buscando então alcançar o propósito final da análise de conteúdo com a compreensão das informações coletadas em sua real profundidade (Bardin, 2016).

Assim, no processo de análise de conteúdo, foi construída uma planilha com as categorias dispostas em diferentes abas. Cada aba possui dez colunas que correspondem aos dados da produção, são eles: a) identificação; b) ano; c) autores; d) indicação do objetivo correspondente ao projeto de pesquisa; e) página do trecho; f) trecho/unidade de registro; g) categoria emergente; h) agrupamento das categorias emergentes; i) observações.

Após a realização da leitura flutuante das obras selecionadas, que consiste em um primeiro contato com as produções a serem analisadas para a apropriação dos seus conteúdos de forma a se permitir percepções de impressões e orientações provenientes daquela obra, aos poucos a leitura foi se tornando mais nítida diante da construção das categorias emergentes. Neste percurso, buscou-se maior aprofundamento mediante a separação dos trechos destacados correspondentes aos aspectos importantes em relação a cada uma das categorias desta dissertação, os transcrevendo na coluna correspondente ao trecho/unidade de registro e à aba da categoria compatível, ou seja, se o trecho tratasse de conteúdo relativo à assistência estudantil seria direcionada para esta aba, assim como nas demais categorias (Bardin, 2016).

Na sequência, realizou-se a categorização, que consiste em classificar “[...] elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2016, p.147), buscando o sentido de cada conjunto de unidades de registro, que se mesclam mediante características comuns, revelando-se, assim, a categoria emergente (final). Esse processo proporcionou uma imersão sobre o que o Serviço Social está produzindo sobre trabalho, educação profissional e atribuições e competências. O tratamento analítico desta amostra, que se define por oito (08) teses/dissertações e 1 artigo apresentado no CBAS 2019, está evidenciada no corpo desta dissertação.

Importante destacar que, na pesquisa bibliográfica, busca-se compreender as

categorias já abordadas em estudos anteriores e como se deu o trabalho profissional até o momento nos IFs; em que pese as constantes transformações vivenciadas na sociedade e nos procedimentos da análise do conteúdo, há a necessidade de resgatar os objetivos do projeto de pesquisa, que servem de guias para a efetivação da análise dos dados obtidos, como uma forma de manter o foco no problema da pesquisa.

1.3 Descrição do procedimento da pesquisa empírica

Para obtenção dos dados da pesquisa empírica, optou-se pelo questionário eletrônico (Apêndice A) com perguntas fechadas e abertas. O questionário é uma técnica que proporciona tempo para o/a participante pensar em suas respostas, podendo refletir sobre os enunciados de modo a responder de forma mais aprofundada aos questionamentos. Além disso, as técnicas de coleta via ambientes virtuais possibilitam a maior adesão dos/as participantes de pesquisa, visto que cada assistente social reside e trabalha em um município diferente, evitando deslocamentos, o que poderia ser um impeditivo para a participação nesta pesquisa.

Antes de acessar os/as possíveis participantes da pesquisa, foi realizada uma breve aproximação das instituições, com o objetivo de identificar o número de assistentes sociais lotados/as nos setores de Assistência Estudantil ou equivalente, via sites de cada Instituto Federal e nos sites de cada *Campus*. Entretanto, a busca não obteve resultados satisfatórios por inexistir, na época da consulta, nos sites gerais de duas instituições pesquisadas, um espaço específico voltado para o Serviço Social ou, ainda, os contatos destes/as profissionais, bem como não se ter encontrado esses dados em relatórios publicados nestes espaços virtuais.

Os sites das unidades acadêmicas, que continham links voltados para os setores de assistência estudantil, nestas duas instituições pesquisadas, não indicavam o contato do/da servidor/a responsável pelo setor ou do/a assistente social. Entretanto, foi possível detectar os endereços de e-mail dos/as Coordenadores/as dos setores de assistência estudantil das respectivas Reitorias e, assim, foram solicitadas as informações que deram origem ao Quadro 2 que segue. As informações relativas ao IFRS já eram de conhecimento da pesquisadora.

Quadro 2 – Distribuição de assistentes sociais por unidade administrativa de cada Instituto Federal do estado do Rio Grande do Sul

Instituto Federal	Unidade Administrativa	Nº De assistentes sociais lotados nos Serviços de Assistência estudantil
IFSUL ➤ 16 Unidades Administrativas E 15 assistentes sociais	Reitoria	2
	<i>Campus</i> Avançado Jaguarão	0 (Reitoria atende)
	<i>Campus</i> Avançado Novo Hamburgo	0 (Reitoria atende)
	<i>Campus</i> Bagé	0 (Reitoria atende)
	<i>Campus</i> Camaquã	1
	<i>Campus</i> Charqueadas	1
	<i>Campus</i> Gravataí	1
	<i>Campus</i> Lajeado	0 (Reitoria atende)
	<i>Campus</i> Passo Fundo	1
	<i>Campus</i> Pelotas	1
	<i>Campus</i> Pelotas – Visconde Da Graça	3
	<i>Campus</i> Santana Do Livramento	1
	<i>Campus</i> Sapucaia Do Sul	1
	<i>Campus</i> Venâncio Aires	1
	<i>Campus</i> Visconde Da Graça	2
<i>Campus</i> Saporanga	0 (Reitoria atende)	
IFRS ➤ 18 Unidades Administrativas e 18 assistentes sociais	Reitoria	1
	<i>Campus</i> Alvorada	1
	<i>Campus</i> Bento Gonçalves	1
	<i>Campus</i> Canoas	1
	<i>Campus</i> Caxias Do Sul	1
	<i>Campus</i> Erechim	1
	<i>Campus</i> Farroupilha	1
	<i>Campus</i> Feliz	1
	<i>Campus</i> Ibirubá	1
	<i>Campus</i> Osório	1
	<i>Campus</i> Porto Alegre	1
	<i>Campus</i> Porto Alegre Restinga	1
	<i>Campus</i> Rio Grande	1
	<i>Campus</i> Rolante	1
	<i>Campus</i> Sertão	1
	<i>Campus</i> Vacaria	1
<i>Campus</i> Veranópolis (Avançado)	1	
<i>Campus</i> Viamão	1 (Licença Capacitação)	
IFFAR ➤ 12 Unidades Administrativas e 11 assistentes sociais	Reitoria	1
	<i>Campus</i> Alegrete	1
	<i>Campus</i> Frederico Westphalen	1
	<i>Campus</i> Jaguarí	1
	<i>Campus</i> Júlio De Castilhos	1

	<i>Campus</i> Panambi	1
	<i>Campus</i> Santa Rosa	1 (Licença Capacitação)
	<i>Campus</i> Santo Ângelo	1
	<i>Campus</i> Santo Augusto	1
	<i>Campus</i> São Borja	1
	<i>Campus</i> São Vicente do Sul	1 (Licença Capacitação)
	<i>Campus</i> Uruguaiana (Avançado)	0

Fonte: quadro elaborado pela autora (2024).

Para o entendimento do desenho da distribuição dos/as servidores/as, foco deste estudo, nos três IFs situados no Rio Grande do Sul (RS), cabe ressaltar que a pesquisadora está dentro deste cálculo para fins de especificar a distribuição com exatidão. Assim, somando todos os *Campi* e Reitorias dos três (03) IFs, há o total de quarenta e seis (46) unidades administrativas e a distribuição destes profissionais ocorre da seguinte forma: trinta e sete (37) dos/as profissionais estão distribuídos em trinta e sete (37) unidades administrativas como únicos/as servidores/as do Serviço Social; seis (06) unidades não contam com assistentes sociais lotados localmente, mas são atendidas pelos/as profissionais da Reitoria; duas (02) unidades contam com dois/duas (02) profissionais; uma (01) unidade conta com três (03) assistentes sociais, como demonstrado no Quadro 2, totalizando quarenta e quatro (44) profissionais.

Após essa primeira aproximação com as três instituições (IFRS, IFSUL e IFAR), foco deste estudo, realizou-se contato via e-mail institucional, no intuito de solicitar autorização para realização da pesquisa, mediante o Termo de Consentimento Institucional (TCI) (Apêndice B). Obtida a anuência das referidas instituições, foi disponibilizada, por cada instituição, uma lista de e-mails dos/as assistentes sociais, possíveis participantes da pesquisa, que trabalham nos setores de assistência estudantil ou setor equivalente, totalizando 43 profissionais.

Com isso, o Questionário (Apêndice A) foi encaminhado por e-mail específico para cada possível participante, contendo apenas o endereço da remetente (pesquisadora) e um/a destinatário/a como preconizado pela Carta Circular nº 1/2021- CONEP/CNS/MS⁶, no intuito de não expor os participantes e seus contatos aos demais convidados para integrar o estudo.

Em cada e-mail/convite para a pesquisa, foi realizada uma saudação: uma

⁶ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS).

breve apresentação da pesquisadora contendo nome, profissão, instituição de trabalho, instituição de ensino e Programa de Pós-graduação por onde se efetiva a pesquisa. Na sequência, buscou-se explicitar, de forma sucinta, a anuência concedida pela instituição pesquisada, o tempo médio de preenchimento do questionário (30 minutos), assim como um pequeno texto com o intuito de sensibilizar a/o convidado/a a participar do estudo, salientando a importância da pesquisa, indicando que ela se constitui como um dos pilares fundamentais das instituições de ensino nas quais os/as convidados/as trabalham, solicitando-se, assim, sua colaboração mediante participação da pesquisa de mestrado cujo projeto foi intitulado como: *A configuração do trabalho de assistentes sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Rio Grande do Sul: atribuições e competências profissionais.*

Também foi encaminhado, no corpo do e-mail, o Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice C), sinalizando a importância do/a participante salvar uma cópia e indicando que o aceite em participar da pesquisa seria expresso pelo envio do termo assinado (digitalmente ou próprio punho e digitalizado) diretamente pelo questionário eletrônico, que tem como ponto de partida o TCLE, de forma que, sem o aceite do mesmo, não seria possível continuar o preenchimento do instrumento de coleta.

Neste período foram necessários novos contatos, via e-mail, com os/as assistentes sociais convidados/as a participar da pesquisa, com novos textos no intuito de sensibilizar e obter maior adesão à pesquisa, o que resultou em vinte e sete (27) respostas. Após a finalização da coleta de dados, via formulário eletrônico, os dados obtidos foram baixados e o formato online excluído definitivamente, de forma a garantir o sigilo dos dados.

A análise dos dados da pesquisa empírica ocorreu mediante o banco de dados gerado pelo questionário eletrônico, que se apresenta com a resposta de cada participante em uma única linha da planilha, correspondendo às perguntas dispostas nas colunas sendo, então, reorganizadas de forma a contemplarem assuntos iguais/similares. Estes dados empíricos compõem esta dissertação juntamente com os achados bibliográficos, promovendo uma maior compreensão acerca da realidade aqui estudada.

1.4 Caracterização do perfil das participantes da pesquisa

Em estudo realizado por Reidel *et al.* (2022), que trata das Configurações do trabalho de assistentes sociais no RS, foi investigada a política social predominante no espaço de trabalho e contou-se com um total de 1915 respostas para esta questão. Com isso, obteve-se a indicação, dentre as políticas sociais para o qual se volta o trabalho profissional, de 6,10% (nº 117) de Assistentes sociais apontando que estão inseridos/as na área da educação.

Afunilando um pouco mais para o recorte desta pesquisa, evidencia-se 44 profissionais do Serviço Social, em efetivo exercício, lotados nos setores de Assistências Estudantis ou equivalente, de todas as unidades administrativas dos três IFs do RS. Excluindo a própria pesquisadora, que é servidora do IFRS, foram convidados/as a participar desta pesquisa quarenta e três (43) profissionais.

Dos/as 43 assistentes sociais lotados/as nos IFs situados no RS convidados/as a participar da pesquisa, **obteve-se 27 respostas** e estas se caracterizam como o universo desta pesquisa. Assim, de 100% (nº 27) das respondentes, 55,55% (nº 15) pertencem ao IFRS, 25,92% (nº 07) estão lotadas no IFFAR e 18,51% (nº 05) no IFSUL.

No âmbito dos IFs, os/as assistentes sociais ingressam mediante concurso público atrelados/as ao PCCTAE e, em relação ao ano de ingresso nos IFs, as 27 profissionais participantes da pesquisa iniciaram seu trabalho na instituição conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Ano de ingresso das participantes da pesquisa nos IFs do RS

ANO INGRESSO	nº	%
2010	5	18,50%
2011	1	3,70%
2012	0	0,00%
2013	5	18,50%
2014	10	37,00%
2015 – 2022	6	22,20%
Todos os anos	27	100%

Fonte: tabela elaborada pela autora (2024).

Percebe-se, com isso, que nenhuma das participantes da pesquisa ingressou na instituição antes da expansão da Rede Federal, que transformou as antigas

escolas da rede em Institutos Federais através da Lei 11.892, o que aconteceu em 29 de dezembro de 2008. **Os ingressos identificados nesta pesquisa iniciam em 2010, o que provavelmente tem conexão com a regulamentação do PNAES**, que ocorreu no mesmo ano, demandando dos IFs a distribuição de auxílios estudantis financeiros e, conseqüentemente, a busca por profissionais qualificados para a realização da seleção de estudantes de baixa renda para o programa.

Outro indicador acerca dos dados de ingresso de assistentes sociais nos IFs do RS bate com a promulgação da Lei 12.711, conhecida como Lei das Cotas, publicada em agosto de 2012, pois **percebe-se que, entre 2013 e 2014, houve um aumento considerável no quadro efetivo de assistentes sociais dessas instituições, totalizando 55,50% (nº 15)** do total de assistentes sociais participantes desta pesquisa. Essa Lei demandou às instituições a seleção de estudantes de baixa renda para o ingresso discente, mediante avaliação socioeconômica, o que pode explicar esse aumento do quadro neste período. Com isso infere-se que a maior parte das profissionais participantes deste estudo, totalizando 81,40% (nº 21), já somam 10 anos nas instituições neste ano de 2024, o que sugere uma presença significativa de profissionais com uma quantidade substancial de experiência profissional dentro da política de educação profissional e uma combinação de profissionais com conhecimento institucional consolidado o que possibilita, a priori, um entendimento profundo das demandas do Serviço Social na educação técnica e tecnológica.

Em relação ao perfil das participantes da pesquisa é possível inferir que **100% (nº 27) das assistentes sociais são do sexo feminino**, sendo que 59,30% (nº 16) possuem entre 31 e 40 anos, 22,2% (nº 06) estão na faixa etária entre 41 e 50 anos, 14,8% (nº 04) correspondem à idade entre 51 e 60 anos e apenas 3,70% (nº 01) está na faixa de 20 a 30 anos. Infere-se, a partir destes dados, que o Serviço Social nos IFs do RS é composto, majoritariamente, por mulheres, o que coaduna com os achados da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2022⁷, onde se detectou que 92,5% (nº 41.083) são do gênero feminino. Nos achados da pesquisa sobre o perfil da categoria no estado do RS, que contou com 2.449 respostas, foi detectado que 95,00% (nº 2.319) das participantes são do sexo feminino (CFESS, 2022), o que também corrobora com os dados desse estudo.

⁷ Pesquisa realizada a partir do recadastramento nos Conselhos Regionais, quando buscou identificar o panorama do perfil de Assistentes Sociais no Brasil que teve a participação de 44.212 profissionais.

Em relação à idade, há a **predominância de profissionais na faixa etária entre 31 e 50 anos** e baixa predominância de assistentes sociais nas faixas etárias que correspondem aos extremos mais maduros e mais jovens. Entende-se que esta diversidade de idade na composição de coletivos profissionais pode contribuir para um equilíbrio nas tomadas de decisões coletivas e influenciar ações específicas através da troca de experiências.

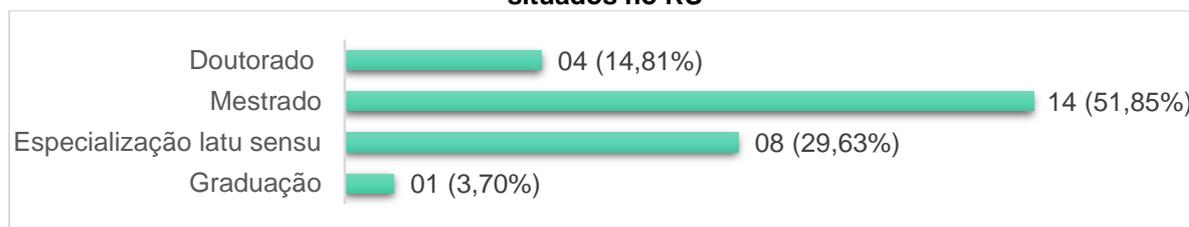
Quanto à **etnia/cor, 77,80% (nº 21) se autodeclararam brancas e 22,20% (nº 06) negras/pretas/pardas**. Observa-se que esses achados diferem da pesquisa nacional do CFESS (2022), que demonstra um quantitativo de 50,34% (nº 22.255) de assistentes sociais negras/pretas/pardas. No entanto, os índices regionais da pesquisa do CFESS (2022) indicam que, no Rio Grande do Sul, dos profissionais cadastrados, respondentes da pesquisa, 80,40% (nº 1969) correspondem aos profissionais autodeclarados/as brancos/as, o que demonstra uma aproximação com os dados da pesquisa empírica deste estudo.

Em relação à formação no Serviço Social, **59,30% (nº 16) finalizaram o curso entre 1997 e 2010** e 40,70% (nº 11) entre 2011 e 2020, sendo que **96,3% (nº 26) realizaram o curso na modalidade presencial** e apenas 3,7% (nº 01) na modalidade semipresencial. Embora se acompanhe a exponencial expansão do Ensino a Distância (EAD), chama a atenção a prevalência de assistentes sociais que, em sua expressiva maioria, é oriunda do ensino presencial. Sabe-se que no estado do Rio Grande do Sul, nos últimos anos, houve o fechamento de inúmeros cursos de Serviço Social na modalidade presencial, assim como tem ocorrido a alteração de oferta dos cursos que se mantém para modalidades semipresenciais e/ou totalmente a distância, o que pode levar, a curto prazo, a haver oferta de graduação totalmente presencial somente nas universidades públicas.⁸

Atualmente, a titulação das participantes da pesquisa corresponde ao Gráfico 1 a seguir:

⁸ Segundo consulta realizada no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC, realizada em 12 de fevereiro de 2024, o RS possui 13 cursos presenciais de Serviço Social ativos, 08 cursos em extinção e 05 já extintos. Do total de cursos de Serviço Social (nº13), 03 são em Universidades Federais, restando 10 cursos pagos no estado, sendo que 01 está em processo de extinção, porém ofertando o mesmo na modalidade à distância.

Gráfico 1 – Titulação das assistentes sociais, participantes da pesquisa empírica, dos IFs situados no RS



Fonte: gráfico elaborado pela autora (2024).

Este dado instiga a reflexão sobre a **busca, por parte da categoria, de aprofundamento dos conhecimentos profissionais** e pode também sugerir que há, por parte dos IFs do RS, algum estímulo para que os/as servidores/as busquem qualificação, o que será abordado de forma mais aprofundada na sequência.

No que se refere à linha teórica para a realização do trabalho profissional, **96,30% (nº 26) se identificam com a perspectiva teórica marxista/método dialético-crítico** e 3,70% (nº 01) volta-se para a teoria da linha clínica, sistêmica ou terapêutica. De acordo com análise realizada pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CFESS desenvolvida em 2008, a teoria clínica, também conhecida como Serviço Social Clínico, é caracterizada como uma conduta que favorece as demandas imediatas e tem como objeto a reintegração social, o trabalho com indivíduos, grupos, famílias em sofrimento psicossocial, ou seja, consideram como objeto desordens pessoais na relação homem/meio, sem considerar as manifestações da questão social presentes na sociedade capitalista. O CFESS entende que esta abordagem compreende uma base conservadora, vinculada a projetos societários distintos do Projeto Ético-político da profissão (CFESS, 2008).

Denota um outro tipo de matéria e atribuições profissionais, em última análise, um outro exercício profissional, abordagem que fragmenta e autonomiza estes aspectos e abstrai deles o conteúdo político do qual a questão social é portadora, formalizando-a em problemáticas particulares. Daí o entendimento de que há acentuação de uma tendência conservadora no Serviço Social Clínico (CFESS, 2008, p.15).

Os dados empíricos sobre a linha teórica seguida pelas assistentes sociais, participantes desta pesquisa, demonstram que há predominância da perspectiva teórica hegemônica da categoria nos IFs do RS, que se volta para o método dialético crítico. Porém, há a evidência da existência da linha clínica e embora apenas uma profissional a tenha indicado, compreende-se que ela não traduz a realidade que se filia a uma perspectiva crítica, considerando a direção hegemônica da categoria

profissional e sua expressão na Lei que regulamenta profissão, (8662.1993), no Código de Ética da Profissão e nas Diretrizes Curriculares da Abepss (1996) que fundamentam o projeto ético-político a categoria. Isso remete a possibilidade de um embasamento teórico insuficiente para o trabalho profissional, possibilitando intervenções superficiais que não levam em consideração o contexto vivido pelo/a usuário/a do serviço, o que resulta em respostas profissionais distantes dos objetivos da categoria (CFESS, 2008).

No que tange a participação de espaços coletivos, **59,30% (nº 16) declaram que não são sindicalizadas**, enquanto 40,70% (nº 11) indicam filiação em sindicatos. **Isso demonstra a fragilização de participação nos espaços de luta organizados**, considerando que o Serviço Social possui uma história e um discurso forte de organização coletiva e um projeto ético-político que converge com as questões da classe trabalhadora ao mesmo tempo que se distancia, enquanto trabalhado/ar assalariado/a, das entidades representantes destes coletivos onde está inserido/a. Compreende-se que esta inserção poderia potencializar forças ao lado dos demais trabalhadores em prol de direitos e condições de trabalho mais apropriadas.

Buscou-se, ainda, a informação acerca da participação de espaços promovidos pela categoria profissional, como fóruns, encontros, congressos, comissões ou grupos de trabalho promovidos pelo CFESS e/ou Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e **detectou-se que a maioria das profissionais participa raramente ou esporadicamente desses espaços**, como é possível verificar na Tabela 4 que segue:

Tabela 4 – Participação das assistentes sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica, em espaços promovidos pela categoria

Nível de participação	nº	%
Não participa	2	7,40%
Participa raramente.	9	33,30%
Participa esporadicamente	13	48,10%
Participa frequentemente	3	11,10%
Total de respostas	27	100%

Fonte: tabela elaborada pela autora (2024).

Entende-se que a participação nestes espaços pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo aqui o trabalho profissional do dia a dia que, como será abordado na sequência, tem se intensificado. Essa intensificação pode resultar na redução de momentos voltados para qualificação profissional e outras atividades coletivas, que se destinam à discussão do exercício profissional entre a própria

categoria e/ou entre coletivos multiprofissionais que a categoria compõe, que promovem trocas importantes para o trabalho coletivo.

Para finalização do perfil de assistentes sociais que trabalham nos IFs situados no RS, buscou-se a informação sobre a moradia das profissionais respondentes da pesquisa. Identificou-se que **33,33% (nº 09) indicam que residem em município diferente da unidade administrativa em que trabalham** e 66,70% (nº 18) residem e trabalham no mesmo município. Articulado ao fato de todas as respondentes serem mulheres e, portanto, acumularem jornada de trabalho doméstico com trabalho profissional nas instituições, devido ao deslocamento há a demanda de maior tempo, este dado aponta para a o acirramento da intensificação do trabalho.

Diante do exposto, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, sendo que o primeiro se refere a esta Introdução, que busca abordar a origem da pesquisa, a motivação para sua realização, a sua relevância e a metodologia utilizada para chegar-se aos resultados obtidos. Ainda traz detalhados os procedimentos da pesquisa bibliográfica e da pesquisa empírica no intuito de explicitar a forma científica em que os dados foram obtidos e tratados, o que se compreende ser coerente para evidenciar a seriedade dos processos metodológicos. Além disso, buscou-se explicitar o perfil das participantes da pesquisa no intuito de fornecer subsídios ao/á leitor/a para que contribuam na compreensão do quadro geral que esta pesquisa busca evidenciar.

Considerando o objetivo geral deste estudo, o segundo capítulo, *Trabalho e educação profissional*, evidencia conceitos sobre as categorias trabalho e educação, assim como busca explicitar suas conformações históricas e a ligação entre elas para a compreensão do contexto estudado, onde os diferentes sistemas de produção instalados, ao longo da história, no cenário mundial e brasileiro, promovem consequências para a sociedade, evidenciando as alterações no trabalho e nos processos educacionais numa perspectiva crítica. Esses fatores fazem parte da conformação do trabalho profissional do Serviço Social, tanto pelo viés da experiência dessas consequências como trabalhador/a assalariado/a, como pela perspectiva profissional, que tem como objeto as expressões da questão social produzidas e fomentadas pelo capitalismo, onde se inclui a precarização do trabalho e como a conformidade da classe trabalhadora é, desde muito cedo, incutida em cada trabalhador mediante os processos de ensino.

Este capítulo se subdivide em dois subtítulos, sendo que o *2.1 A constituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica* trata da origem, história e

da formação da Rede Federal de Educação. Na sequência, evidencia-se, mediante o subtítulo *2.2 Os Institutos Federais na teoria e na prática*, abordando os princípios orientadores dos IFs, seu funcionamento, sua estrutura e suas bandeiras, com o intuito de o compreender enquanto espaço ocupacional de assistentes sociais e, assim, inicia-se a adentrar nas percepções da categoria acerca deste campo de trabalho.

O terceiro capítulo, *Serviço Social na Educação Profissional*, busca evidenciar ao/à leitor/a a concepção de educação que orienta o trabalho profissional de assistentes sociais, assim como a divergência com a concepção educacional capitalista, que se caracteriza como uma dicotomia na educação que promove a manutenção das desigualdades sociais. Com isso, explicita-se os papéis ambíguos que a educação tem e as disputas de diferentes projetos societários e, por consequência, de projetos educacionais distintos que se convertem em diferentes trabalhos pedagógicos, que ora se volta para a educação utilitarista em prol da lucratividade do capitalismo, ora assume o papel de romper com essa disseminação dos princípios capitalistas.

Este capítulo possui o subtítulo *3.1 Trabalho profissional de assistentes sociais nos IFs*, onde se aborda a maior tendência verificada a partir das pesquisas bibliográfica e empírica que trata da precarização e intensificação do trabalho de assistentes sociais neste espaço ocupacional, ou seja, como elas se constituem, assim como se busca expor as percepções da categoria sobre este tema, evidenciando vários fatores que contribuem para este cenário, o que se compreende primordial para a compreensão da configuração do trabalho profissional de assistentes sociais nos IFs.

O quarto capítulo, *Assistência Estudantil e o Serviço Social*, busca delinear o setor de assistência estudantil, sua constituição histórica e como se apresenta atualmente, seu funcionamento, assim como as requisições e demandas direcionadas ao setor. Ainda se aborda a normativa que regimenta a Assistência Estudantil a nível nacional e a interpretação desta por meio das equipes, que se traduzem nas ações do setor em cada unidade administrativa. Também é discutida a constituição e o trabalho das equipes multiprofissionais, assim como as preocupações e dificuldades enfrentadas pela categoria no intuito de caracterizar este espaço ocupacional em suas especificidades e, assim, compreender melhor como se configura o trabalho de assistentes sociais dentro deste espaço.

Ainda aborda-se nesse capítulo, mediante o subtítulo *4.1 Atribuições e competências de assistentes sociais na assistência estudantil*, buscando explicitar alguns fundamentos da profissão, conceitos que diferenciam atribuições privativas de competências profissionais e a percepção da categoria sobre as demandas e requisições que a instituição direciona para o Serviço Social. Também são discutidas as preocupações da categoria, sendo que a principal se volta para os processos que envolvem os estudos socioeconômicos para concessão de auxílios estudantis financeiros, que divide a categoria no que tange compreendê-la como atribuição privativa do serviço social. Aborda-se, também, os limites e possibilidades do trabalho de Assistentes Sociais neste campo ocupacional, com o intuito de promover reflexões críticas sobre o trabalho profissional.

Por fim, no quinto e último capítulo, desenvolvem-se as *Considerações Finais*, onde se busca fazer um desfecho de toda a explanação realizada para então explicitar a configuração do trabalho de Assistentes sociais nos IFs situados no RS mediante a interpretação dos achados dessa pesquisa. Assim, você está convidado a mergulhar nesta produção, desocultando a cada exposição dos achados deste percurso investigativo as aparências superficiais, visando ultrapassar a ponta do iceberg e compreender de forma mais profunda as estruturas e relações sociais subjacentes que inferem diretamente sobre o trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais.

2 TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Entende-se a reflexão e análise sobre as categorias trabalho e educação como essenciais para produção desta dissertação, uma vez que os fatores que interferem no trabalho perpassam o cotidiano da categoria profissional de Serviço Social de várias formas, assim como influenciam a política de educação, interagindo com a (des)construção do conceito de educação e, especificamente, da educação profissional. Deste modo, este capítulo desenvolverá as duas categorias abordando seus conceitos, suas tendências históricas e suas transformações. Ainda se discutirá a influência do neoliberalismo no capitalismo e a interferência do capitalismo na educação, ou seja, quais fatores influenciaram e ainda influenciam a educação formal para então se obter a compreensão das contradições existentes nesse campo. E, mediante este contexto sócio-histórico, desvelar como isso se desencadeia no trabalho profissional de assistentes sociais.

A educação formal pode ser conceituada como o ensino escolar institucionalizado, que possui um planejamento temporal progressivo e organizado enquanto a educação não-formal é caracterizada por qualquer iniciativa educacional organizada e metódica que, costumeiramente ocorre fora do sistema formal de educação (Bianconi e Caruso, 2005). Assim, ao abordar a educação formal nesta dissertação, torna-se imprescindível para a compreensão da atual conjuntura a percepção de como a política de educação responde aos sistemas de produção capitalista de cada época, bem como a qual tipo de educação os filhos da burguesia têm acesso e qual o tipo de educação que se volta para a classe subalterna e qual é o objetivo desta educação.

Já o trabalho é um processo pelo qual o ser humano modifica a natureza para seu próprio uso, ou seja, utiliza-se de sua força, de sua ação física para impor a uma matéria natural uma nova forma que lhe seja útil. As coisas que o trabalho retira diretamente da conexão com a natureza são denominadas como objeto de trabalho preexistentes na natureza, enquanto o objeto de trabalho que já foi filtrado por trabalho anterior é denominado matéria-prima. O meio de trabalho é uma coisa, ou complexo de coisas, que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho, que serve como transmissor da sua vontade sobre esse objeto (Marx, 2013).

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o

meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado (Marx, 2013, p. irreg⁹).

Na perspectiva marxista, o trabalho é compreendido como a base fundamental para o ser humano se constituir como ser social; logo, o contrário é verdadeiro, ou seja, sem trabalho não existe ser social. Assim, quando o ser humano modifica, através do trabalho, a natureza, ele também está alterando a sua própria natureza. No entanto, com o surgimento da produção capitalista, nasce o trabalho assalariado, que seria o produtor de mercadorias, transformando o trabalho em uma atividade de subsistência e, por consequência, um meio para obtenção de lucro a partir da exploração da classe trabalhadora (Amaral, 2014).

A venda da força de trabalho no capitalismo sujeita uma massa imensurável da população a condições pavorosas para conseguir satisfazer as necessidades básicas. Ou seja, o trabalho torna-se uma categoria com dois sentidos: ao mesmo tempo que dá sentido ao ser social, dentro do capitalismo ganha uma característica irremediável para o próprio ser social quando transformada em mercadoria. Isto significa que se sobrevive na lógica reatualizada do sistema capitalista, que embora passe por um processo de metamorfoses, continua como ontem, fundamentando-se na propriedade privada e na apropriação privada do excedente (Souza e Silva, 2020).

Para a compreensão das transformações do mundo do trabalho e sua influência na educação, será lançado mão de uma linha do tempo para apreensão da dinâmica histórica acerca dessas modificações que foram acontecendo a nível mundial. Entre 1760 e 1840, acontece a primeira Revolução Industrial, com a invenção da máquina a vapor e o uso do carvão. A partir de 1860, houve a segunda Revolução Industrial com chegada da eletricidade, o uso do petróleo como combustível e, assim, a construção de linhas de montagem. Neste período, as linhas de montagem seguiam os padrões Taylorista e Fordista.

Frederick Winslow Taylor (1856-1915), criador do sistema taylorista, colocou seu olhar de detentor dos meios de produção em sua obra, Princípios de

⁹ Conforme consulta e orientações da Biblioteca da UFRGS, de acordo com a ABNT NBR 10520, não existe modelo de orientação para publicações em formato de E-Books no que concerne a paginação ser, geralmente, irregular ou inexistente. Com isso, existem alguns consensos que indicam a inserção das abreviaturas "p. irreg." ou "s. pág.". Para a conferência das citações destes materiais basta, dentro da referida publicação, buscar uma parte do texto que o programa localizará a citação.

administração científica, indicando que deve haver uma divisão do trabalho, separando atividades manuais e intelectuais para agentes diferentes, chamando de ciência para dar uma aparência de neutralidade. Essa divisão de atividades reservaria à gerência as atividades intelectuais e, aos operários, as atividades manuais. Taylor propõe uma administração que descarte a iniciativa do trabalhador para o alcance da produtividade e a obtenha mediante a “[...] usurpação pela gerência capitalista do conhecimento que detêm sobre o seu trabalho a fim de lhes impor, unilateralmente, uma nova forma de realização deste [...]”, buscando sempre a extração de mais-valia como objetivo fundamental (Antunes e Pinto, 2018, p. irreg).

O sistema Taylorista já adentrou um conceito que buscou, através da educação, o *adestramento do trabalhador* voltado para cooperação com o capital, prevendo que, futuramente, “[...] prevalecerá a ideia de que nossos líderes devem ser tão bem treinados quanto bem nascidos e que nenhum homem, embora excelente, [...] poderá competir com homens comuns, mas organizados, adequada e eficientemente para cooperar” (Taylor, 1990, p. 22). Em síntese, o domínio do corpo do trabalhador é apenas uma consequência de todo o sistema taylorista, pois o eixo fundamental é a apropriação do conhecimento acerca do trabalho. É também uma investida contra a forma de reproduzir o conhecimento entre os próprios trabalhadores, como uma forma de destituí-los da capacidade de negociação com o capital (Antunes e Pinto, 2018).

No que tange a Henry Ford (1863-1947), sua preocupação assemelha-se a de Taylor, ou seja, tem o objetivo de tirar o maior desempenho possível dos trabalhadores e, diferente de Taylor, ele se percebe a realizar uma tarefa ética. O pensamento de Ford alcança a circulação em massa, mas, acima de tudo, a produção em massa, lançando formas de controle do trabalho no mesmo viés de Taylor. No entanto, supera-o na criação de um sistema de controle que abrange todos os postos de trabalho como uma rede interligada de tarefas, permitindo um fluxo contínuo, onde os postos de trabalho estariam dispostos de forma que cada ponto agregasse mais valor no menor tempo possível, nascendo, assim, a linha de montagem fordista que “[...] convertia os/as trabalhadores/as em ‘apêndices’ da maquinaria” (Antunes e Pinto, 2018, p. irreg.).

O sistema fordista intensificou o limite posto por Taylor no quesito de extirpar o desempenho dos trabalhadores, ignorando suas iniciativas e, com isso, entende-se o binômio taylorismo-fordismo como um conjunto de elementos relativos à constituição

de um novo perfil de trabalhadores adaptados a uma nova conformação da produção capitalista. Este sistema objetivava reduzir o trabalho a meras tarefas rotineiras, o que colocou em perspectiva um projeto de educação baseado em escolas técnicas conhecidas como profissionalizantes, que tinham objetivo de formar a força de trabalho necessária ao mercado, já com grades curriculares e distribuição de cargas horárias, explicitando a estrutura de comércio ao qual o/a estudante se destinaria. Tratava-se de uma educação protocolar técnica, direcionando a qualificação do trabalho aos limites da coisificação e fragmentação, promovendo a separação entre conceito, teoria e reflexão, ou seja, dividindo trabalho intelectual de trabalho manual.

O papel social da educação básica em instituições de ensino deve, portanto, e quando muito, proporcionar uma ginástica mental que prepare o cérebro como 'músculo', um órgão mecânico, para posteriormente suportar as intervenções do one best way e da rotinização da linha de série. O 'aprender a pensar' em Ford, nesse caso, só tem um sentido: promover a obediência (Antunes e Pinto, 2018, p. irreg.).

Ford dedicou-se à instrução de rapazes e homens para a prática e ideias de sua empresa, acreditando que, desta forma, prestava um serviço para a sociedade; porém, os métodos de ensino para a força de trabalho buscavam atender as demandas do sistema taylorista-fordista (Antunes e Pinto, 2018). Ele lança mão da educação utilitarista, que surgiu mediante a concepção de novas formas de geração de riquezas no século XVIII, quando surgem Leis que, em função do temor das elites em relação ao comportamento da população, visam modelar ou manter o *status quo* da sociedade e as relações de poder já existentes. Com isso, a educação formal se constituiu como um meio de manter o controle sobre a população em geral, principalmente no meio urbano, ou seja, o utilitarismo que serviu de base para a concepção “[...] de ações educacionais para população carente teria sido influenciado pela relação custo/benefício aplicada às mercadorias, sendo mais um sintoma da reificação do trabalhador e da redução da força de trabalho a uma mercadoria” (Villar, 2012, p. 131).

Desse modo, a Educação Profissional absorveu um caráter utilitarista que se coloca entre buscar um espaço para os pobres no sistema produtivo e realizar a manutenção dos pobres neste lugar. Disso também surge a peculiaridade da educação profissional realizar a separação do ensino propedêutico do ensino profissional (Villar, 2012).

Outro fator que influenciou a educação foi o surgimento, em 1940, de um programa denominado de Training Within Industry – TWI (Treinamento dentro da Indústria) que se alastrou nos Estados Unidos da América (EUA), sendo recomendado para o restante do mundo pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – e o Brasil foi incluído no *pacote de auxílio* dos EUA como uma economia dependente. Assim, as subsidiárias de empresas dos EUA foram inserindo o método no território brasileiro que se consolida por meio da Comissão Brasileira Americana de Ensino Industrial (CBAEI). Esta comissão firmou convênios com órgãos públicos e federações de indústrias difundindo, assim, o TWI para fábricas, empresas e instituições públicas, *como escolas*. Mesmo após o fim das atividades da CBAEI, as escolas de Serviço Nacional da Indústria (SENAI) continuaram com o programa em seus currículos. As instituições de ensino, então, deram continuidade ao método TWI mediante estruturas curriculares, métodos e ferramentas de ensino e aprendizagem que *formatavam a subjetividade baseada em princípios de economia e do trabalho hierarquizado*. Assim, a qualificação para o trabalho passa a ser controlada pelo capital e começa a acontecer fora do processo produtivo (Antunes e Pinto, 2018).

Em meio a expansão mundial do TWI, a teoria do capital humano é desenvolvida, tratando-se de uma concepção ideológica que entende a pedagogia fundamentada na economia utilitarista e neoliberal, que trata a força de trabalho como capital. Ela fundamenta-se em produções de Adam Smith, Alfred Marshall e Irving Fisher; porém, somente no final de 1950, através de Theodore W. Schultz, que a concepção ascendeu, após seu aprofundamento, chegando a ser motivação para o Prêmio Nobel de Economia em 1979. Esta teoria buscava identificar o caráter econômico da educação e sua ação sobre o aumento da produção (Pereira, 2019).

Schultz, então, amplia o conceito de Capital Humano abrangendo a aquisição, por parte do trabalhador, de habilidades e conhecimentos mediante a educação, o que, conseqüentemente, contribuiria para o aumento da produtividade e esta promoveria o *aumento salarial*.

Em suma, o conceito-chave que deve permanecer para a apreensão da Teoria do Capital Humano **em Schultz** é que, o investimento em educação/instrução, em diferentes níveis, possibilita o aumento de oportunidades e escolhas ao homem, assim como o aumento de seus rendimentos. Beneficiando, desta forma, o crescimento econômico, pois, uma vez habilitado e qualificado será mais produtivo (Pereira, 2019, p. 04, grifo da autora).

Com isso, a teoria do capital humano se aproxima dos interesses do capital,

pois promove uma visão individualizante, responsabilizando o/a trabalhador/a por seu sucesso ou insucesso, naturalizando, assim, a desigualdade social, pois se os trabalhadores/as são livres, podem comprar e vender o que desejam. Schultz “[...] coloca como se o conhecimento adquirido pelo trabalhador pudesse se comparar a detenção do capitalista sobre a matéria-prima e os meios de produção” (Pereira, 2019, p. 06).

A terceira Revolução Industrial, iniciada por volta de 1960, ainda persistente, é marcada pela era digital, com computadores eletrônicos e a tecnologia da informação e a comunicação via satélite. Com a crise estrutural do sistema capitalista, desencadeou-se um amplo processo de reestruturação produtiva e a alternativa ao sistema taylorista-fordista, dentre várias, foi o modelo japonês, proveniente da Toyota Motor Company, com o TWI adaptado, que teve maior impacto. Empreendido no Japão entre 1947 e início de 1970, o sistema toyotista determina a produção de acordo com a demanda, organiza-se no trabalho em equipe, abandonando a característica parcelada do fordismo, baseia-se num processo flexível, utiliza tecnologia intensiva, mão de obra terceirizada em que o trabalhador, agora polivalente, manuseia ao mesmo tempo diferentes máquinas, reduzindo a quantidade de trabalhadores. Sua estrutura de produção é mais horizontalizada, característica que perpassa por toda a rede de subcontratação, o que amplia a terceirização. Este sistema se expandiu globalmente, configurando-se como o novo padrão de acumulação; no entanto, não suprimiu o taylorismo-fordismo, ele veio a realizar combinações de elementos, entre os quais alguns continuam e outros não (Antunes e Pinto, 2018).

A fábrica de hoje é diferente de uma fábrica da era taylorista-fordista. Se trata de um espaço sedutor, com o encantamento de trabalho participativo “[...] e menos despótico, ainda que apenas na aparência [...]. Em verdade, o toyotismo converte o/a trabalhador/a em déspota de si mesmo” (Antunes e Pinto, 2018, p. irreg.). Cabe salientar que o toyotismo baseia-se na expropriação dos saberes-fazer do trabalho; em razão disso, é comum impor aos trabalhadores atividades variadas, bem como a participação em reuniões com a gerência, em que é passado ao trabalhador a imagem de que é possível contestar métodos de trabalho, mas tem o intuito de diminuir conflitos e se apropriar das divergências para potencializar o aumento da produção do trabalho.

As sugestões colhidas entre os/as trabalhadores/as são compiladas pelas gerências e acabam resultando em ampliação do número de tarefas e

intensificação do trabalho, não obstante serem festejadas pelas empresas como atitudes proativas dos/as trabalhadores/as (Antunes e Pinto, 2018, p. irreg.).

Aqui, claramente, expressa-se a alienação, que se caracteriza pela transformação de tudo em mercadorias, incluído aí os seres humanos que são transformados em coisas, colocando-os à disposição do mercado como algo a ser vendido. Assim, promove-se o isolamento dos indivíduos, que competem entre si, no lugar da percepção de sociedade enquanto coletivo (Mészáros, 2006).

Embora a terceira revolução ainda seja atual, também se vive na atualidade uma quarta revolução, iniciada em meados de 2008, denominada de Indústria 4.0 que é caracterizada pela produção inteligente, permeada pela internet das coisas, inteligência artificial, computação em nuvem, algoritmos, onde tudo se interliga. Em função do isolamento social proveniente da pandemia, iniciada em 2019, a Indústria 4.0 foi acelerada e intensificada (Brettas, 2020; Antunes, 2018).

A reatualização do sistema capitalista acontece a partir da reconfiguração do capitalismo mundial que vai se desenrolar na reestruturação produtiva e, para entender a dinâmica de acumulação capitalista, é preciso compreender os movimentos do capital e sua força para fazer valer seus interesses no enfrentamento às resistências impostas pela classe trabalhadora. Dentro das chamadas Revoluções Industriais, acontece o engendramento do neoliberalismo em nível mundial e, em meados de 1990, no Brasil. Na década de 1970 (dentro do período da terceira Revolução Industrial), acontece a difusão e implementação do neoliberalismo, em um primeiro momento no Chile, com um golpe de Estado do General Pinochet, em defesa da liberdade do mercado, sem o acompanhamento de direitos e/ou liberdades civis e políticas, o que resulta na concentração da riqueza com a burguesia. Essa experiência é replicada nos Estados Unidos da América e na Inglaterra sob o rótulo de *Democracia Burguesa*. Com a crise do bem-estar social, acontece um ataque ao planejamento estatal e o neoliberalismo é visto como uma saída (Brettas, 2020).

O termo neoliberalismo carrega certa controvérsia conceitual, ora o entendem com uma dominação ideológica, ora o identificam como um projeto voltado para a recomposição do poder burguês e enfrentamento aos movimentos contestatórios que se fortaleciam diante da crise do capital. Entende-se ser, este último, o conceito mais condizente com a realidade. Logo, neoliberalismo, enquanto um projeto de dominação de classe, objetiva ampliar a extração de mais-valia, promover a reestruturação

produtiva com o aumento da superexploração, impondo barreiras para a capacidade de resistência dos trabalhadores (Brettas, 2020).

Nesse sentido, o neoliberalismo intensificou os processos de exploração do trabalho contribuindo para a individualização, livre concorrência e desigualdade entre as classes. Trata-se de um sistema normativo que lançou sua influência pelo mundo todo, ampliando a sua lógica para além do capital, adentrando outras esferas da vida, atingindo também as relações sociais. Ele produz determinados tipos de relações sociais, formas de viver e produz subjetividades. Busca modificar o comportamento humano, a forma como acontecem os relacionamentos e promove a competição econômica entre os trabalhadores. Assim, o Neoliberalismo também é definido como um regramento de vida em sociedade, ou seja, normatiza, além da vida em si, as políticas públicas, as relações econômicas mundiais, promove mudanças na sociedade, influencia a subjetividade, sob aspectos variados como o político, econômico, social e o subjetivo. Está longe de se limitar ao âmbito econômico, inclina-se à totalização, a delinear o mundo, por meio da integração de todas as dimensões da vida (Dardot e Laval, 2016).

O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot e Laval p. irreg. 2016, grifo dos autores).

Em 1990, a partir de interesses externos ao país, bem como interesses da burguesia atrelada ao capital internacional, o Brasil entra no circuito mundial das finanças com o Plano Real, no governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), que promovia um plano de estabilização, mas que não conseguiu controlar a inflação. Abriu o país para o mercado externo, privatização e desregulamentação e expandiu as importações (Brettas, 2020).

Destaca-se que, com a vitória do neoliberalismo no Brasil, houve uma reestruturação produtiva do capital. Essa reestruturação fez com que as empresas adotassem novos padrões de organização e tecnologias, novas formas de organizar o trabalho, novos métodos chamados de *participativos*, tendo como principal causa as determinações de empresas transnacionais e, conseqüentemente, as subsidiárias brasileiras também estabeleceram novos padrões produtivos. Esses padrões

produtivos, tecnologicamente mais modernos, almejam qualificação e maior exploração da força de trabalho. Com a introdução de programas de qualidade total, sistemas *just in time* e *kanban*¹⁰, além da implementação de ganhos salariais atrelados à lucratividade e produtividade das empresas, abriu-se o caminho da reestruturação produtiva no Brasil, trazendo consequências para a classe trabalhadora como a flexibilização, informalidade e a precarização do trabalho.

Assim, em plena era da informatização do trabalho no mundo maquinal digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela informalização do trabalho (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado (Antunes, 2018, p. 136).

A intensificação da reestruturação produtiva, após o governo Collor (1990 – 1992), seguiu com Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 – 2003), com o neoliberalismo se desenvolvendo, afetando diretamente a siderúrgica, as telecomunicações, a energia elétrica e o setor bancário, entre outros, que passaram para o capital privado tanto transnacional quanto nacional, o que desestruturou a economia brasileira, pois houve uma maior internacionalização da economia com setores da burguesia nacional e do setor produtivo estatal. No entanto, a classe trabalhadora também sofreu mudanças em sua estrutura, pois com a flexibilização produtiva, as desregulamentações, as atuais formas de gerir o capital, o crescimento da terceirização de mão de obra e da informalidade colocam o Brasil em um novo momento do capitalismo. Os processos produtivos da acumulação flexível, combinados com elementos do taylorismo e do fordismo, ainda vigentes em muitos ramos produtivos, indicavam que o fordismo brasileiro já se mesclava com novos processos produtivos, principalmente com aqueles provenientes da experiência Toyotista. Esses processos de mutação dos padrões produtivos e tecnológicos, incentivados pelo impulsionamento dos níveis de exploração da força de trabalho, constituem a nova fórmula do capitalismo neoliberal no Brasil, resultando em novas formas de exploração da força de trabalho (Antunes, 2018).

¹⁰ “O toyotismo tem como princípio o *just in time*, metodologia que busca reduzir continuamente todo ‘estoque’ de tempo e de efetivos. Esta baseia-se num aparato de informação e reposição de produtos chamado *kanban*. Conformam-se, por fim, uma estrutura produtiva mais horizontalizada, aspecto que se estende também a toda a rede de subcontratação das empresas, ampliando a chamada *terceirização*” (Antunes e Pinto, 2018, p.56).

Entre 2003 e 2010, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), inicialmente houve a indicação de continuidade em relação à política econômica do FHC, embora com uma nuance social-liberal. No entanto, ao mesmo tempo que beneficiou amplamente o capital financeiro, industrial, do agronegócio e dos serviços, também implementou uma política social denominada Bolsa família, que viabilizou a valorização relativa do salário-mínimo nacional, diminuindo, assim, os níveis de pobreza social (Antunes, 2018). Entre outras ações que promoviam inclusão social, também ocorreu a ampliação da Rede Federal de educação, com a criação dos Institutos Federais de Educação em 2008 e, em 2010, foi publicado o PNAES. No entanto, o grande capital seguiu mantendo sua hegemonia durante o governo Lula e, embora não tenha havido mudanças estruturais, este governo priorizou os investimentos em empresas nacionais, contrariando frações da burguesia atrelada ao imperialismo, aqui expresso pelo financiamento externo (Brettas, 2020; Antunes, 2008). Não se tratou de uma ruptura com o neoliberalismo, mas um aumento do poder político da burguesia interna que possui maior resistência em relação ao imperialismo. O governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com Dilma Rousseff (2011 – 2016), deu sequência às mesmas diretrizes, mas o cenário de crise internacional mudou muito a situação econômica, social e política (Brettas, 2020).

A assimilação natural do Brasil na metodologia do capitalismo mundial foi a primeira meta do governo Bolsonaro (2019 – 2022), que tomou o poder político mediante um golpe de Estado que resultou, em 2016, no impedimento da presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2016). Sob o comando de Michel Temer (2016 – 2018), reinicia-se o desmonte das políticas públicas, com a retração do Estado no meio social e da regulação da economia, enquanto ocorre, ao mesmo tempo, a exaltação do livre mercado, da privatização e da abertura para a entrada do capital estrangeiro. Assim, as características neoliberais reforçam a ideologia conservadora como o patriotismo, a hierarquia e a ordem, bem como a *moral e os bons costumes*. Com a exacerbação da ideologia neoconservadora e neoliberal, o ambiente torna-se viável para manifestações de misoginia, racismo, LGBTfobia¹¹, transfobia e xenofobia. Junto a isto, ressurgem também a noção antiquada de que o trabalho é uma virtude e é o único caminho para o bem-estar e a felicidade (Pereira, 2017).

A negligência do Estado no cuidado das demandas sociais resulta na oferta

¹¹ LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

das ações chamadas de proteção social privadas comercializadas como serviços com qualidade superior, supostamente.

Daí a degeneração do trabalho expressa na sua transfiguração de necessidade vital e eterna dos seres humanos à atividade alienante, opressora e desumanizante. Ainda que a exploração seja atributo inato a toda e qualquer atividade laboral capitalista, o nível de brutalidade que passou a caracterizar o trabalho submetido ao capital financeiro é inédito na história humana (Pereira, 2017, p. 02).

O custo do trabalho controlado, para o enriquecimento dos capitalistas, foi revertido para a classe trabalhadora, de forma a garantir segurança e proteção jurídica à entrada do capital internacional no Brasil. A última ação contra os trabalhadores foi a Reforma Trabalhista, pois a mesma não atende aos interesses da coletividade, aumentando a insegurança social com a demissão acordada, a flexibilização da jornada, a redução de intervalos, a terceirização de atividades meio e fim, o trabalho intermitente, a liberação de gestantes e lactantes para exercer atividades com níveis baixos ou médios de insalubridade, o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para todas as modalidades de aposentadoria para homens e mulheres, independentemente de serem trabalhadores urbanos e rurais, entre outras. Essas são ações que resultarão em trabalhadores, hoje economicamente ativos, que não terão acesso à aposentadoria (Pereira, 2017).

Informações levantadas por pesquisas por todo o país, nos últimos vinte anos, indicam que a precarização do trabalho está diretamente ligada à terceirização da mão de obra de forma central,

[...] quando se examina a dimensão “mercado de trabalho”, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, presentes na terceirização de forma exemplar e cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora (Antunes, 2018, p. 177).

Os trabalhadores terceirizados ganham menos, trabalham mais, tem mais instabilidade e menos direitos e são os que mais se acidentam e morrem, indicando que tais características decorrem das condições precárias de trabalho, incluindo a falta de medidas preventivas de acidentes, jornadas longas, transferências dos maiores riscos aos empregados terceirizados, ausência de qualificações adequadas

ao trabalho a ser realizado, bem como o descumprimento de normas reguladoras de prevenção, como a falta de equipamento de proteção individual (EPI), entre outras situações (Antunes, 2018).

Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um 'manto de invisibilidade' os trabalhadores nela enquadrados, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para o empresariado não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria (Antunes, 2018, p. 183).

A mesma lógica que estimula a constante inovação no campo da tecnologia e dos novos produtos financeiros atinge a força de trabalho de forma perversa, transformando os trabalhadores em obsoletos e descartáveis, que precisam ser superados, substituídos por outros mais modernos, ou seja, flexíveis. “É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato” (Druck, 2011, p. 43). Vale ressaltar que, nesse processo de precarização do trabalho, a educação utilitarista contribui para essa descartabilidade dos trabalhadores, sem muita resistência, pois trata de formar pensamentos condescendentes como os padrões *do* capitalismo.

Trata-se, portanto, da precarização do trabalho como elemento central da atual dinâmica do desenvolvimento capitalista, ou seja, a precarização é também uma estratégia de dominação. Mediante a força e o consentimento, o capital viabiliza seus ganhos. A força se refere à imposição das condições precárias de trabalho, que diante da ameaça constante de desemprego, o pensamento gerado é que: *qualquer emprego é melhor do que nenhum*. Cria-se uma concorrência entre os próprios trabalhadores, garantindo, assim, a submissão e subordinação ao capital quase absoluta, pois o entendimento é que essa é a única via de sobrevivência para os trabalhadores (Druck, 2011).

No Brasil, a precarização do trabalho não pode ser tratada como algo novo; no entanto a partir dos anos 1990 ela assume uma nova configuração e manifestações que vão atingir também o trabalho do/a assistente social, que se trata da “[...]”

expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho; competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores” e que os trabalhadores que exercem a profissão se sujeitam aos enquadramentos institucionais, mas também se organizam e se mobilizam enquanto trabalhadores/as, repensando sua intervenção no campo do trabalho profissional. Nestes processos tensos em que são constituídos os projetos profissionais e, no caso do Serviço Social, o projeto ético-político profissional que entra em constante tensão com a condição de trabalho assalariado (Raichelis, 2011, p.429).

As atuais condições do capitalismo fomentam mudanças na organização e gestão do trabalho, o que resulta na precarização do trabalho, como já visto anteriormente. No campo do Serviço Social também ocorrem as terceirizações e a subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais, o que remete ao exercício profissional autônomo, temporário, dividido por tarefas ou por projetos. Destaca-se ainda, a existência de pesquisas indicando que as tecnologias de informação tem intensificado os processos de trabalho, produzindo um efeito mais controlador sobre ele e, assim, as estratégias de intensificação do trabalho são incorporadas gradativamente; no entanto, esse movimento não está ainda perceptível para o conjunto de trabalhadores da esfera estatal, mas “[...] ganham concretude no ritmo e na velocidade do trabalho, nas cobranças e exigências de produtividade, no maior volume de tarefas, nas características do trabalho intelectual demandado, no peso da responsabilidade” (Raichelis, 2011, p. 433).

São vários os fatores que influenciam o trabalho e, conseqüentemente, geram diretrizes, de acordo com o pensamento capitalista hegemônico para se pensar a educação profissional no Brasil. Desde os diferentes modelos de produção criados por Taylor, Ford e Toyota até a influência política dos EUA, que buscava estender seus tentáculos para a exploração das riquezas brasileiras. A linha evolutiva dos modos de produção tendencia a educação e, por mais que nas produções teóricas destes capitalistas seja mencionado, de algum modo, *benefícios para os trabalhadores*, o resultado se traduz no aumento da riqueza para os detentores do capital e, aos trabalhadores, destina-se a pobreza cada vez mais adensada, sem direitos sociais – e conformados, por meio da educação utilitarista, que os ensina o *comportamento adequado para esta sociedade* de não criticar e aceitar a

meritocracia¹² instalada em um sistema que promove a desigualdade social.

Com isto, torna-se importante questionar, acerca dos projetos de educação existentes e vigentes na sociedade atual: *A educação profissional da atualidade pode ser considerada uma forma de resistência na luta contra a formação tecnicista e utilitarista que resulta em trabalhadores adestrados para o capitalismo?* Esta questão será respondida nas considerações finais deste estudo, a partir de todo o contexto e discussões levantadas ao longo dessa dissertação, que cabe considerar para se chegar a uma resposta.

2.1 A constituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Como foi possível detectar no item anterior, a educação vem respondendo ao sistema de produção capitalista no decorrer da história; porém, também responde às lutas políticas levantadas pelos trabalhadores. Estes buscam uma política de educação mais completa, inclusiva, cidadã, com qualidade, que se pareça mais com o objetivo explicitado no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, que busca o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A educação profissional e tecnológica faz parte desse grande guarda-chuva da Política de Educação brasileira, que é tensionada diariamente por embates políticos que têm projetos educacionais distintos. Os IFs, alvo deste estudo, que oferecem educação profissional e tecnológica gratuita em diferentes níveis de escolarização, fazem parte da Rede Federal de Educação, que passou por momentos distintos no decorrer da história e, como já dito anteriormente, é necessário o conhecimento histórico dos fatos para a compreensão da conjuntura atual.

Através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha (1909 – 1910), constituía-se, no Brasil, um conjunto de

¹² O termo “meritocracia” está relacionado à noção de mérito, que denota a obtenção de algo merecido por alguém. No entanto, esta noção recebe várias interpretações, ligando merecimento e critérios seletivos. Assim, entende-se meritocracia como método que nega os aspectos sociais, ou contexto de vida, focando exclusivamente no desempenho das pessoas submetidas a competições. “Afim a meritocracia apoia-se na premissa de que as vitórias ou fracassos são responsabilidade exclusivamente individual e de que o mérito é um eficaz mecanismo seletor entre os ‘melhores’ e o resto. Sendo assim, ela fica imune à crítica social e passa a ser uma unanimidade automática e pouco consciente de suas contradições” (Pereira, 2016, p. 69).

instituições educacionais federais denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, sob a justificativa de promover formas que garantissem a subsistência de pessoas pobres, ou ainda, utilizando o texto descrito nas considerações do Decreto: “[...] habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”¹³. De acordo com o Art 6º do referido Decreto, os critérios para o ingresso nessas escolas deveriam contemplar, preferencialmente, desfavorecidos da fortuna que estivessem entre 10 e 13 anos e não apresentassem moléstia infecto contagiosa ou ainda “[...] defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do ofício”¹⁴. Criou-se, então, a Rede Federal de Educação, com dezenove (19) Escolas de Aprendizes Artífices, para formar operários e contramestres (Brasil, 2018).

O nascimento das Escolas de Aprendizes Artífices acontece no início da Industrialização do Brasil, em meio à reestruturação dos modos de produção de um mercado baseado na força de trabalho livre. Por um lado, a criação destas escolas evidencia o cunho ideológico conservador da época por buscar o controle dos filhos do proletariado através do trabalho, pois não se tratava de escolas para todos, mas somente para pobres e *menos capazes* que, na visão das elites, poderiam *desestabilizar a ordem social* que era moldada pelo crescimento das cidades e por mobilizações populares e classistas na busca de melhorias para a vida e para o trabalho. Por outro lado, existia uma perspectiva progressista (para a época) que se “[...] evidenciava na relação educação-trabalho, neste caso, apreendida como instrumento de construção da nacionalidade e do progresso da Nação” (Caldas, 2012, p. 34).

Em 1927 o ensino profissional tornou-se obrigatório em escolas primárias da união ou subsidiadas por ela por meio do Decreto nº 5241/1927 assinado pelo então presidente Washington Luís Pereira de Sousa (1927 – 1930) (Brasil, 2018). A Constituição Federal de 1937, promulgada no governo do presidente Getúlio Vargas (1934-1945 e 1951-1954), salientou o dever do Estado perante a educação, mas apenas na perspectiva de contribuição e designou que as indústrias e os sindicatos

¹³ Legislação Informatizada - DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909 - Publicação Original - **gramática não condizente com a atual.**

¹⁴ Legislação Informatizada - DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909 - Publicação Original - **gramática não condizente com a atual.**

econômicos deveriam criar, de acordo com suas especificidades, escolas de aprendizes, tendo como foco os filhos de seus operários ou associados. Prática que coaduna com as ideias de Educação Utilitária de Ford, pois o Brasil já vivenciava o sistema Taylorista-fordista. Ainda no mesmo período, mediante a Lei nº 378/1937, o Art. 37 transforma as escolas de aprendizes mantidas pela União em “[...] lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e grãos.”¹⁵ Ainda institui que outros liceus deveriam ser constituídos, com o intuito da propagação do ensino profissional (Brasil, 1937).

Em 1942, foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei nº 4.073, que estabelece, então, as bases organizativas e o regime de ensino industrial que é destinado ao grau secundário de educação, sendo esse o ensino profissional para trabalhadores da indústria¹⁶, de atividades artesanais, de transportes, comunicação e pesca. Neste ano, também foi criado o SENAI através do Decreto-Lei nº 4.048/1942 e, mais tarde em 1946, foi ele que deu continuidade na implementação do método de treinamento do sistema Taylorista-fordista no Brasil, o TWI, com uma educação voltada para a formatação da subjetividade hierarquizada, como mencionado anteriormente, ou seja, *ensino voltado para responder aos padrões de produção capitalista*.

Ainda em 1946, também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para a difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediatamente conectado ao comércio. Na Constituição Federal de 1946, no Art.167, inciso IV, consta que indústria e comércio devem “[...] ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores”, indicando a continuidade da educação utilitarista (Brasil,1946).

No ano de 1959, sob a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961), as escolas industriais que eram mantidas pelo governo são transformadas em autarquias e passam a se chamar de Escolas Técnicas Federais. Em dezembro de 1961, é publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e ela passa a permitir que estudantes concluintes dos cursos de educação profissional possam se matricular em cursos superiores. Em 1967, as fazendas-modelo são

¹⁵ Legislação Informatizada - Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 - Publicação Original -- **gramática não condizente com a atual.**

¹⁶ “Art. 2º na terminologia da presente lei: a) o substantivo "indústria" e o adjetivo "industrial" tem sentido amplo, referindo-se a todas as atividades relativas aos trabalhadores mencionados no artigo anterior” (BRASIL, 1942). Publicação Original -- **gramática não condizente com a atual.**

transferidas do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e passam a ser chamadas de Escolas Agrícolas. No ano de 1968, é publicada a Lei nº 5.540 que permite a oferta de cursos tecnólogos pelas universidades (Brasil, 2018).

Art. 18. Além dos cursos correspondentes a profissões reguladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua programação específica e fazer face a peculiaridades do mercado de trabalho regional (Brasil, 1968).

Em 1971, ficou estabelecido que o ensino médio, na época denominado de segundo grau, deveria levar o/a estudante obrigatoriamente a uma habilitação profissional técnica ou, minimamente, levar a uma habilitação parcial de auxiliar técnico, o que caiu em 1982 (Brasil, 2018). Esta ação, de tornar o ensino técnico compulsório no currículo do segundo grau, provinha dos Governos Militares que “[...] intencionavam formar técnicos sob o regime da urgência, uma vez que continuavam a projetar altas taxas de crescimento econômico, no que pese o avizinhar da primeira grande crise mundial dos anos 1970 (que se confirmou em 1973)” (Caldas, 2012, p. 39).

Entre 1978 e 1994, as Escolas Técnicas Federais foram gradativamente se transformando em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS). E, em 1996, acontece então a promulgação da segunda LDB, contendo texto que versa especificamente sobre a educação profissional. Em 1997, mediante o Decreto nº 2.208, regulamenta-se os artigos da referida LDB. A nova legislação “[...] representa um dos maiores atrasos impostos à Educação Profissional e profundo prejuízo à Rede de Instituições Federais” (Caldas, 2012, p. 40). Tratava-se de um processo de constituição de *mão-de-obra*, acentuando um formato funcionalista de educação profissional e tecnológica, separando conteúdos profissionais da parte acadêmica.

Mais tarde, em 1999, define-se Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e, em 2002, para Educação Profissional de Nível Tecnológico, mas somente em 2004 o estágio supervisionado foi regulamentado ganhando suas diretrizes específicas (Brasil, 2018).

Entre 2003 e 2010, ocorreu a ampliação em larga escala da Rede Federal de educação, assim como a criação dos Institutos Federais pela Lei 11.892/2008, no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2011). No ano de 2012, foram estabelecidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Profissional de nível médio e publicada a Lei 12.711, que trata das reservas de vagas em universidades e Institutos Federais. De acordo com o Portal MEC do Governo Federal, em 2019 já se contava com 661 unidades vinculadas a 38 Institutos Federais em todo o território nacional. No Rio Grande do Sul, são 46 unidades vinculadas a 03 Institutos Federais (Brasil, 2018).

Neste breve histórico da educação profissional e tecnológica, que hoje comporta 115 anos, é possível detectar evoluções no campo da Política de Educação brasileira. Obviamente, essas evoluções resultam do tensionamento entre capitalistas e trabalhadores e seus movimentos sociais. Infelizmente, não é possível afirmar que se superou todos os obstáculos para uma educação inclusiva, cidadã e voltada para a emancipação do ser humano, mas pode-se inferir que houve avanços, pois o governo Lula buscou, através do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, a redução das desigualdades e o crescimento econômico.

Há, neste período, o direcionamento da aplicação de recursos para as escolas públicas e restabelecimento do protagonismo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Do ponto de vista da concepção avança-se na direção da recuperação do viés humanista da formação profissional em contraposição à adoção do funcionalista da segunda metade dos anos 1990 (Caldas, 2012, p. 42).

A partir da reconfiguração da rede federal de educação profissional, tem-se um novo prisma para buscar maior compreensão de como a educação se dá mediante o olhar dos Institutos Federais, o que será abordado no próximo item.

2.2 Os Institutos Federais - o discurso ideológico e a prática institucional

Os IFs são ancorados em uma ideologia que compreende a educação como processo de emancipação, onde é possível antes de qualquer coisa a consciência de que estes estudantes se reconheçam como classe trabalhadora e consigam desvendar o processo contraditório e exploratório ao qual esta classe está submetida. Deste modo, visa construir uma sociedade que seja fundamentada na igualdade política, econômica e social, com um projeto educacional ligado ao mundo do trabalho numa perspectiva democrática e de justiça social, com projetos pedagógicos que estabelecem uma relação dialética, onde todos são vistos como educadores e

educandos. Buscam práticas que promovam uma transformação escolar para a constituição de propostas para um possível mundo novo. Nessa perspectiva, todos os/as servidores/as dos IFs são vistos/as como trabalhadores em educação e o trabalho de cada um deve ser pedagogicamente interligado com os demais. Há, ainda, a importante participação da comunidade, através das instâncias representativas, principalmente os Conselhos Superiores (CONSUP) que cada instituição possui, com representações de cada *Campus*, de discentes, docentes, técnicos administrativos da educação e representantes da comunidade externa, a partir das organizações sindicais e populares. Essa representação no órgão máximo de cada IF e de cada *Campus*, que se mantém aberto à comunidade, proporciona a construção de um projeto pedagógico construído coletivamente por cada comunidade escolar (Pacheco 2010).

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social (Pacheco, 2010, p. 10).

Isso significa dizer que a expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira vai muito além da ampliação material da rede. No entanto, na análise bibliográfica realizada para este estudo, identificou-se que, acompanhando a expansão da rede, apresentam-se alguns fatores voltados a questões trabalhistas que envolvem precarização e intensificação do trabalho. Aud (2017), Costa (2017) e Gois (2020), mencionam a precarização do trabalho como característica que acompanha a expansão institucional por não haver um acompanhamento do número de códigos de vagas de servidores com o crescimento das instituições, por aumento da oferta de vagas para estudantes em cada unidade ou ainda pela falta de estrutura física na expansão, o que precariza também a educação, para além do trabalho. Aud (2017), responsabiliza a instituição pela falta de códigos de vagas de assistentes sociais e demais trabalhadores da equipe pedagógica, indicando que isso remeteria a uma desvalorização desses profissionais.

Aud (2017) e Ferreira (2019) complementam, apontando que os IFs promovem a intensificação do trabalho profissional de assistentes sociais através da falta de códigos de vagas, pois os gestores priorizam outras demandas ao invés de aumentar

o quadro do Serviço Social. Ainda ampliam o ritmo e velocidade do trabalho que dispende mais energia intelectual do que física. No entanto, Costa (2017) também salienta que a expansão dos IFS se mostrou como possibilidade de empregabilidade para a categoria profissional, pois a ampliação de vagas para discentes também promoveu aumento de vagas para a categoria.

Depreende-se disso que, de fato, houve a **abertura de um nicho de empregos para a categoria do Serviço Social com a expansão da rede federal, mas a rápida expansão evidenciou fragilidades e promoveu dificuldades no trabalho cotidiano**. A falta de planejamento de códigos de vagas é um problema grave que proporciona a intensificação do trabalho; porém, entende-se que a instituição não responde sozinha pelos códigos ou pela própria estrutura física, são questões que também dependem do financiamento do governo. Embora a expansão tenha de fato sido rápida dentro do governo Lula, que reconfigurou a Rede Federal de educação profissional – com continuidade no Governo Dilma –, após o golpe de 2016, a rede passou por largo sucateamento que se traduz na precarização comentada, evidenciando que a precarização do trabalho também é fomentada pelos governos, não somente pela própria instituição. A culpabilização somente da gestão da instituição seria uma visão um tanto reducionista, pois os governos eleitos têm suas prioridades de investimentos com base em seus direcionamentos políticos e isso promove consequências na ponta da política.

Quanto à concepção de educação profissional, compreende-se que ela deve conceber a formação para a vida, trabalho e cidadania, com elevação real da escolaridade e não uma mera qualificação ou treinamento. É o reconhecimento da educação como uma estratégia “[...] para que a cidadania seja a expressão do efetivo acesso às conquistas sociais, científicas e tecnológicas, daí a defesa da formação para o trabalho sempre integrada e/ou articulada à escolarização” (Caldas, 2012. P. 42).

Na pesquisa bibliográfica realizada para este estudo, foi possível detectar que cinco (05) das nove produções analisadas corroboram com a percepção institucional descrita acima. Aud (2017), Costa (2017), Silva (2018), Ferreira (2019) e Dantas (2020) caracterizam a instituição pela inclusão social. Indicam que ela promove a educação profissional como uma política pública, superando a visão conservadora da educação profissional que dicotomizava os processos de ensino-aprendizagem, promovendo um tipo de ensino para ricos e outro para pobres. Ainda mencionam que

os IFs buscam promover a inclusão social e combater as desigualdades sociais, embora estejam inseridos dentro de uma sociedade capitalista e, obviamente, em virtude dessa inserção, possuem contradições.

Com isso, constata-se que as produções do Serviço Social, analisadas para este estudo, que exploram em suas pesquisas as características dos IFs, apontam para uma compreensão profissional que converge com o que foi planejado para esta instituição por seus criadores. Logo, compreende-se que os/as profissionais do Serviço Social que vivenciam a realidade dos IFs no seu dia a dia compreendem que esta instituição possui algo novo a oferecer com uma nova roupagem do ensino, buscando a superação da educação conservadora e promovendo a inclusão social.

Conforme a pesquisa bibliográfica, Gois (2020) menciona que a expansão dos IFs é uma demanda capitalista para responder às necessidades de força de trabalho do mercado. Costa (2017) aponta a preocupação da formação fornecida pelos IFs de tornar a classe trabalhadora apta a responder as demandas do mercado. E Ferreira (2019) complementa esta preocupação quando salienta que ainda existe um reducionismo no que tange a formação humana para a vida e para o trabalho. Indica que, apesar de verificar avanços, há ainda uma dicotomia entre a formação básica e técnica, evidenciando, assim, que a função social da educação resulta na formação de pessoas produtivas e submissas ao mercado, pois a formação técnica se sobrepõe à humana. Já Santos (2019) traz essa dificuldade como um grande desafio institucional, que remete ao histórico da educação profissional, que seria a necessidade de se vincular à qualificação e elevação da escolaridade, preparar os estudantes para a vida participativa e democrática na sociedade e fazer oposição aos interesses do mercado.

Percebe-se consequências das políticas privatistas e das escolas sendo pressionadas, como instituições da sociedade, a responder aos valores de cada época. “A profunda degradação das relações humanas perpassa todos os tecidos sociais, ocupando lugar de destaque na comunicação de massa e interferindo, também, nas relações do universo educacional” (Pacheco, 2010, p. 07). Infere-se, a partir da análise bibliográfica, que, embora o projeto de constituição dos IFs possua diretrizes éticas, embasadas na inclusão social, na formação cidadã para a vida em sociedade com uma visão de mundo crítica, o cotidiano dos institutos é invadido pelas interferências do capitalismo e seus objetivos. Essa interferência, muitas vezes, vai se expressar nas condutas de servidores com diferentes vertentes políticas, que

promovem embates e tensionamentos político-pedagógicos dentro da própria instituição.

Na concepção teórica deste projeto educacional, conforme definido por Pacheco (2010), o mesmo evidencia que os IFs se recusam a “[...] formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital [...]” (p. 07), utilizando o currículo como um mero instrumento de treinamento para a reprodução do capitalismo. Para isso, os IFs têm como objetivo principal formar cidadãos para o mundo do trabalho e não uma/a profissional para o mercado. Isso significa ultrapassar os preconceitos que indicam limitações para um/a trabalhador/a, como se não fosse possível que este/a se torne um/a filósofo/a ou um/a escritor/a ou tudo junto.

Quando lembramos que um colégio industrial português possibilitou o surgimento de um José Saramago, é importante registrar que isso foi possível somente porque aquela escola possuía em seu currículo, como ele lembra, Física, Química, Matemática, Mecânica, Desenho Industrial, História, Filosofia, Português e Francês, entre outras disciplinas (Pacheco. 2010, p. 11).

A proposta político-pedagógica dos IFs está ancorada na organização pedagógica verticalizada, que possibilita que um docente trabalhe em diferentes níveis educacionais, proporcionando aos discentes o compartilhamento de espaços de aprendizagem, promovendo o planejamento de trajetórias formativas que podem perpassar do curso técnico ao doutorado. “O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos” (Pacheco 2010, p 15).

Entretanto, mediante a pesquisa bibliográfica realizada, detectou-se uma contradição entre discurso ideológico e a prática institucional. Segundo Dantas (2020), os IFs têm uma função social e, por isso, localizam-se em territórios específicos de forma a promover a inclusão social da população de baixa renda que, conseqüentemente, teve seu processo educacional prejudicado pelas desigualdades sociais, porém, em seu estudo, ela percebe docentes almejando estudantes prontos, mais bem preparados. Depreende-se dessa detecção mais um sinal da existência de disputas políticas internas na instituição, pois se compreende que há, nesta ação, um entendimento de mundo, de sociedade, ancorado na meritocracia, que diverge do objetivo dos Institutos, que têm como público exatamente aquele estudante que não

obteve oportunidades iguais àqueles discentes que estão mais *bem preparados* e que geralmente são provenientes de escolas particulares.

No que tange à organização estrutural dos IFs, onde cada instituição se divide em múltiplos *Campi*, enfatiza-se o compromisso institucional com suas respectivas regiões. Para fortalecer a sintonia da instituição com as potencialidades locais, novos cursos devem ser definidos mediante audiências públicas, dando voz às representações da sociedade e devem ser constituídas articulações com as demais políticas sociais com o intuito de construir “[...] observatórios de políticas públicas, tornando-as objeto de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região” (Pacheco, 2010, p. 14).

Sobre a estrutura *multicampi*, conforme a análise bibliográfica, Costa (2017) e Gois (2020) indicam que a interiorização dos IFs oportunizou o ingresso de pessoas em cidades onde a educação superior não chegava por falta de instituições públicas naquela área. Assim, viabilizou-se o “[...] ingresso de indivíduos pertencentes às classes subalternas na educação superior, que não tinham a oportunidade pela falta de instituições públicas nas regiões em que vivem” (Costa, 2017, p 73).

Com isso, infere-se que o **desenho estrutural *multicampi* planejado na criação dos IFs de fato promove a inclusão social no que concerne essa dispersão de unidades pedagógicas**. Quando cidades menos desenvolvidas, cidades satélites ou cidades dormitórios recebem uma instituição pública de ensino técnico e superior, que busca ofertar educação formal de acordo com a vocação produtiva local, entende-se que há benefícios para a população do local. Isso se expressa através da possibilidade de uma formação sem a necessidade de grandes deslocamentos, o que promove a manutenção da rede primária de atenção (amigos e familiares), reduzindo possibilidades de adensamentos das consequências da questão social que o deslocamento poderia agravar. A oportunidade de uma formação local também colabora com a qualidade de vida desses estudantes no sentido econômico e social e aumenta as possibilidades de empregabilidade na mesma localidade.

Em relação aos desenhos curriculares, os IFs devem ofertar cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica, cursos técnicos de forma geral, graduações tecnológicas, licenciaturas e bacharelado nas áreas em que a ciência e a tecnologia sejam determinantes, pós-graduações *lato e stricto sensu*, bem como formação inicial e continuada para trabalhadores. Essa organização promove um

espaço único para a construção de conhecimento. “A possibilidade de dialogar simultaneamente, e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, faz que essa atuação acaba por sedimentar o princípio da verticalização” (Pacheco, 2010, p. 26).

Percebe-se que os IFs possuem uma natureza que busca uma nova forma de convívio social, baseado na igualdade política, inclusão social, formação cidadã, colaboração com o desenvolvimento local e contrário a simples construção de mão de obra ou de consumidores para o capitalismo. Pauta-se na construção coletiva e democrática e no entendimento de que a base educacional merece atenção e dedicação para a construção de futuros cidadãos críticos, com a possibilidade de vislumbrar um mundo melhor e agir para isso. Essa natureza, visão, objetivos e construções convergem com os princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social. No entanto, é importante relembrar esses preceitos com frequência para resistir aos movimentos contrários que se apresentam tanto fora como dentro da instituição.

3 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação, conforme apresentado no segundo capítulo desta dissertação, constitui-se por meio de vários processos e tensionamentos sociais e políticos, passando pelas revoluções industriais e seus modelos de produção implementados ao longo da história que influenciaram o que hoje se traduz na educação formal, como mencionado anteriormente. Por esse motivo, a educação possui conceitos divergentes, ou melhor, projetos diferentes, com objetivos distintos. Na pesquisa bibliográfica realizada para este estudo, foi possível extrair de seis (06) produções, das nove (09) estudadas, as tendências conceituais sobre educação que expressam a compreensão da categoria profissional.

Costa (2017) infere que a concepção de educação que orienta o trabalho das assistentes sociais pesquisadas em seu estudo diverge da proposta educacional do capitalismo refletida anteriormente nesta dissertação. Para esta autora, as participantes de sua pesquisa expressam uma concepção de educação que agrega conhecimentos da área das ciências humanas, da arte e da cultura. Compreendem a educação numa perspectiva ampla, direcionada para a formação integral dos sujeitos, em que possam desenvolver sua capacidade de reflexão e de crítica sobre a realidade, com o propósito de contribuir para uma transformação social, para a constituição de indivíduos autônomos, com perfil questionador e participativo, que fomenta o exercício da democracia.

Silva (2018) também capta, em seu estudo, um conceito que coaduna com essa percepção trazida por Costa (2017), onde os/as assistentes sociais compreendem a educação como uma formação integral do sujeito, não somente para o mundo do trabalho, mas para demonstrar uma postura crítica frente à realidade. Ainda é importante salientar que as profissionais pesquisadas no estudo de Costa (2017) concebem a educação como uma demanda legítima da classe trabalhadora, um direito social que deve ser garantido e efetivado pelo Estado.

Ferreira (2019) trabalha o conceito de Educação Politécnica, que equivale ao conceito de Educação Tecnológica, compreendendo-a como um ensino que se direciona para a superação da dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre cultura geral e cultura técnica. Para esta autora, é através desta superação que se constitui, então, um novo entendimento sobre a Educação Profissional e Tecnológica, que busca mesclar a educação básica com a educação profissional por

meio da integração de conhecimentos. Dantas (2020) corrobora com essa compreensão de Ferreira (2019) quando afirma que a escola deve ser assimilada como instrumento para a emancipação humana por possibilitar a apropriação dos conhecimentos produzidos. Neste sentido, Aud (2017) destaca que o ensino médio integrado ao ensino técnico deve ser compreendido como uma formação que possibilite o domínio dos conhecimentos técnicos, mas também com uma visão ampla do significado do trabalho como relação social, bem como deve abranger o funcionamento da sociedade, como ela se estrutura e como a sociedade dividida em classes tende a submetê-lo à exploração.

Santos (2019) afirma que a educação tem papéis ambíguos, ora tende para o mercantilismo do ensino e a maximização dos lucros, ora se torna fonte de superação das desigualdades sociais. Mas alerta que a educação tem um papel importantíssimo na atualidade, que ultrapassa a sua função formativa, que trata de proporcionar conhecimentos aos sujeitos possibilitando o seu pleno desenvolvimento para o exercício de sua cidadania.

Considerando os achados a partir do estudo destas produções, mediante a tendência da produção da categoria profissional no que tange a educação, constata-se que **o Serviço Social percebe a necessidade da superação da dualidade conceitual e de projetos societários ambíguos que pensam a educação de forma diferente**, no intuito de contemplar uma educação que promova a cidadania com crítica e a emancipação. Ou seja, uma educação que favoreça a formação integral dos sujeitos.

Essa dualidade conceitual sobre educação, que possui objetivos contrários, é um elemento relevante que as autoras estudadas trazem em suas obras, instigando sobre a necessidade de identificar estes projetos antagônicos que se encontram em seu bojo. Aud (2017), Costa (2017) e Silva (2018) trabalham essa dicotomia nos processos de ensino na sociedade capitalista, ou seja, onde existe uma divisão dos indivíduos sociais em classes, o que provoca uma divisão também na educação, em que se tem uma educação para o trabalho manual (trabalhadores) e outra para o trabalho intelectual (proprietários), que se originou nos séculos de escravagismo, como mencionado anteriormente, e perdura até hoje para públicos obviamente diferentes. Aud (2017) afirma que, nesta sociedade, sustenta-se a ideologia de que existe uma relação de igualdade e livre escolha, porém, esta ideia não leva em consideração a disputa de classes, mas a suprime. Neste sentido, Silva (2018) refere

que a educação institucionalizada tem exercido o papel de legitimar os interesses dominantes, pois vem gerando e transmitindo um quadro de valores específicos originado do capitalismo.

Por este ângulo, Dantas (2020, p. 43) afirma que a educação está no rol das disputas de diferentes projetos societários e, por isso, constitui-se também em um espaço de disputa de projetos educacionais. Compreende que a educação possui um sentido estruturante, que tem relação com o trabalho e com possibilidades criativas e emancipatórias para os sujeitos sociais, porém também é “[...] uma peça no processo de acumulação do capital, bem como em um instrumento ideológico de produção de valores e consensos.”

Corroborando com esse entendimento, Pinheiro (2020) afirma que a função da educação é contraditória, serve ao capital tanto quanto pode ser um recurso potente contra o capitalismo, para a transformação social. E Silva (2018) explica que a Política de Educação surge como estratégia de intervenção do Estado para assegurar a reprodução do capitalismo, porém ela também é resultado da luta da classe trabalhadora em torno do direito à educação.

Com base no exposto, detecta-se que as produções analisadas evidenciam a **disputa de poder em torno da educação e se posicionam para que o potencial emancipatório da educação prevaleça**, embasado por linhas teóricas que percebem esta política social como uma possibilidade de ascensão da classe trabalhadora, como na perspectiva marxista em que a escola é vista com grande potencial para elevar a classe trabalhadora de forma a contribuir com o processo de emancipação e revolucionário (Antunes e Pinto, 2018).

Na perspectiva crítica, o objetivo da educação é a humanização, ou seja, a apreensão de elementos culturais que tornem o humano mais humano, assim como também é seu intuito descobrir as melhores formas de chegar neste objetivo. Com isso, destaca-se alguns elementos fundamentais para a concepção de educação fora do âmbito da dicotomia “trabalho intelectual e manual”. “Uma educação, concebida a partir do trabalho entendido enquanto atividade vital, autônoma e autodeterminada, em uma palavra, omnilateral, será, então, ao mesmo tempo, resultante e proponente de uma vida verdadeiramente emancipada” (Antunes e Pinto, 2018, p. irreg.).

No pensamento freiriano, a escola capitalista é pautada na transmissão de conhecimento ou ainda na chamada educação bancária, que no contexto atual, dentro de um país que se entende democrático, torna-se um tanto contraditório, pois “De

nada serve, a não ser para irritar o educando e desmoralizar o discurso hipócrita do educador, falar em democracia e liberdade, mas impor ao educando a vontade arrogante do mestre” (Freire, 2011, p. irreg.).

Buscando a aproximação do conceito de educação que se compreende ir ao encontro do que idealmente se almeja, torna-se de suma importância respeitar a autonomia, a dignidade, a identidade do/a estudante, assim como os saberes que este já possui. Este respeito não é um favor que pode ou não ser concedido, é um ato indiscutivelmente ético. Ensinar é uma forma de intervir no mundo, que pode tanto reproduzir a ideologia dominante como pode desmascarar a mesma através do pensamento crítico. Com isso, é importante ter em mente que “Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (Freire, 2011, p. irreg.).

Os processos educacionais estão intrinsecamente ligados aos processos mais globais de reprodução dos processos sociais; como consequência, entende-se que possíveis mudanças na educação estão ligadas, visceralmente, a possíveis transformações societárias. Logo, com essa limitação, mudanças no contexto educacional são admitidas apenas para correção de algum detalhe da ordem estabelecida, mantendo “[...] intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução” (Mészáros, 2008, s.pág.). Então, para a criação de alternativas educacionais, é imprescindível o rompimento com a lógica do capital.

Corroborando com Mészáros (2008), identificou-se na pesquisa bibliográfica que Silva (2018) compreende que a educação emancipadora não se realizará sob as condições do capitalismo e não pode ser entendida como o alicerce da construção de um processo revolucionário. Porém, indica que ela é muito importante na luta pelo direito à educação, no processo de formação de consciência que pode remeter à superação da sociedade capitalista, mas afirma que, sozinha, a educação formal não é capaz de fornecer uma alternativa para a superação do capitalismo e indica que é mediante o fim dele que se alcançará uma sociedade substantivamente igualitária e libertária.

Desde o século XIX, a educação forma para o capital, mas também transmite “[...] um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...]” (Mészáros, 2008, s.

pág.), inculcando em cada membro da sociedade a aceitação dos princípios reprodutivos, a ideia de que as metas do capital são suas, fazendo com que internalizem sua posição na hierarquia social do capitalismo, adequando também suas expectativas e condutas, consideradas aceitáveis pelo sistema de gestão, o que consequentemente assegura os parâmetros reprodutivos do capital.

[...] a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou 'consenso' quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (Mészáros, 2008, s.pág.).

Com isso, infere-se que **a luta contra a hegemonia capitalista no processo educacional é intensa, pois o formato de educação que prevalece na sociedade está intrinsecamente ligado ao sistema capitalista, construindo subjetividades desde muito cedo** por meio de discursos reproduzidos sem crítica, inculcando nos trabalhadores os valores da meritocracia. Porém, compreende-se que o Serviço Social tem uma posição bem definida sobre o ideal do conceito de educação que pode promover benefícios aos trabalhadores, assim como tem consciência que essa posição é acompanhada de muita nitidez acerca das limitações que a educação possui no *status quo* e que mudanças radicais para execução do conceito ideal dependem de mudanças radicais nos processos societários, ou seja, somente com a queda do capitalismo se teria um projeto educacional realmente emancipatório.

Também é possível depreender, a partir da pesquisa bibliográfica, que a produção do Serviço Social evidencia uma perspectiva, embora não seja única, de que **a educação tem um papel importante na sociedade capitalista atual, no que diz respeito à possibilidade de proporcionar projetos educacionais mais críticos que favoreçam a crítica e autonomia dos indivíduos e, consequentemente que auxiliem na luta contra a hegemonia capitalista**, promovendo conhecimento para os trabalhadores que podem, a partir do entendimento mais profundo sobre a sociedade em que vivem, fortalecer a resistência contra essa exploração violenta que promove a desigualdade social.

Neste sentido, Costa (2017) e Dantas (2020) trabalham o conceito de pedagogia das competências, que pensa um modelo de ensino para o desenvolvimento de habilidades voltadas às exigências do capitalismo, vinculado mais

a uma questão de valores comportamentais do que de aquisição de conhecimentos específicos. Dantas (2020) afirma que o empresariado se associa à essa Pedagogia das Competências e Costa (2017, p. 62) indica que ela trabalha não somente o ensino tecnicista, mas o ensino do comportamento flexível para se adaptarem com eficiência e eficácia às novas situações e imprevistos. Assim, potencializa-se a subordinação dos indivíduos à produção por meio da formação de trabalhadores polivalentes, com pouca crítica ou pouca capacidade de reflexão. Dessa forma, Costa (2017, p. 62) compreende a educação exatamente como Mészáros, onde o trabalho pedagógico no capitalismo desenvolve subjetividades que promovem a manutenção do sistema e o disciplinamento para a vida social e produtiva e conclui que “[...] nesse tipo de sociabilidade, é improvável que a educação atinja os objetivos de desenvolvimento do ser humano na sua integralidade, das suas capacidades cognitiva, cultural, política e ética.”

Por conseguinte, **o trabalho pedagógico que volta-se para responder estritamente ao sistema capitalista, contribui para que os os sujeitos incorporem o conceito da Teoria do Capital Humano**, como mencionado anteriormente. Quatro dos nove autores estudados na pesquisa bibliográfica mencionam e analisam criticamente essa teoria. Pinheiro (2020) explica que a educação, pela percepção econômica, defende o investimento no Capital Humano, no capital social e no empreendedorismo e fomenta a ideia de que a educação é o motor do desenvolvimento que potencializa a competitividade. Aud (2017) destaca que, no princípio da competitividade, defende-se a compreensão de que, para a burguesia, a sociedade não está dividida em classes, mas em estratos baseados em méritos que, reproduzidos na escola, demonstram a tendência meritocrática. Ainda explica que a educação atende aos interesses da agenda neoliberal, logo, quanto mais aumentam as expressões da questão social, mais se torna importante a educação, o que remete à teoria do capital humano que traz a premissa de que quanto mais o indivíduo estuda, mais oportunidades terá.

Costa (2017) explica que a educação, no contexto do capitalismo maduro, tem o objetivo de capacitar trabalhadores com habilidades a serem exploradas pelo próprio capitalismo, remetendo a essa ideia do capital humano, ou seja, os trabalhadores devem desenvolver suas habilidades individualmente via política educacional para desenvolver *seu potencial de empregabilidade*. Mas ratifica que a ampliação do capital humano individual pode até aumentar as condições de empregabilidade do indivíduo,

mas isso não significa ter emprego garantido porque no mercado não tem lugar para todos. Ela ainda concorda com Silva (2018) quando este menciona a tendência de aligeiramento das formações para certificação em larga escala, com o objetivo de constituir uma força de trabalho funcional para as novas tendências desse sistema de acumulação voltada para o mercado e Costa (2017) alerta que esse aligeiramento não deve ser confundido com a democratização da educação.

Dantas (2020) explica que, na Teoria do Capital, humano difunde-se a ideia de que o investimento nos processos educativos para formação da força de trabalho para o mercado resultará na diminuição das desigualdades, ou seja, dissemina a ideia de que somente o trabalho e a renda dos indivíduos trará um impacto direto no desenvolvimento econômico do país, elevando-o a uma condição de país desenvolvido. Alerta, ainda, que essa teoria mascara as contradições do capitalismo, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade de se qualificar para o mercado de trabalho e enfatiza que a relação entre educação e trabalho se dá de forma superficial e invertida, reduz a concepção de trabalho a emprego, estimula os processos meritocráticos e analisa o trabalho a partir da educação.

É possível perceber o quão **complexo é o enraizamento do capitalismo na construção de uma educação à serviço da lucratividade**. Passando *pela Pedagogia das Competências*, que vai trabalhar inclusive as subjetividades nos sujeitos e que se potencializa na *Teoria do Capital Humano* e culmina no aligeiramento da educação que promove a educação tecnicista. Estes mecanismos do capitalismo negam as necessidades humanas básicas e a desigualdade social. Distorcem as subjetividades dos sujeitos colocando-as, por meio da educação, no rol das necessidades do capital. Vedam as possibilidades de resistência dos trabalhadores por meio da competitividade que se acirra entre os trabalhadores que buscam colocações no mercado de trabalho e que não possui espaço para todos.

Porém, a educação tem um papel fundamental: o de romper com essa internalização dos princípios do capitalismo que, historicamente, prevalece na esfera das escolhas políticas e que legitimam o capital. Percebe-se a educação como estratégia para modificar as condições da reprodução do *status quo*, começando pelo processo consciente de automudança de cada um dos indivíduos que fazem parte do coletivo chamado a materializar a geração de uma nova ordem social drasticamente diferente (Mészáros, 2008).

A esse respeito, dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: a *universalização da educação* e a *universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora*. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar na sua estreita inter-relação como um problema para um futuro muito distante. Ele surge “aqui e agora”, e é relevante para todos os níveis e graus de desenvolvimento socioeconômico (Mészáros, 2008, grifo do autor, s.pág.).

Identificou-se, como uma tendência teórica na produção do Serviço Social, a universalização da educação, mencionada por Mészáros (2008). Santos (2019) e Ferreira (2019) estudam problemas em relação ao acesso à educação superior. O primeiro aponta que a Constituição Federal não garante o ingresso ao nível superior de forma universal e gratuita, deixando a cargo de cada sujeito as possibilidades de acesso. Ou seja, houve avanços neste nível educacional, mas há ainda outros aspectos a alcançar para garantir o acesso universal. Já Ferreira (2019) explicita que, apesar das ações para a democratização do acesso ao ensino superior, constituída pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Sistema de Seleção Unificada (SISU), faltam condições para permanência, como estrutura financeira para a estadia do/a estudante na cidade onde irá estudar ou para se manter no curso escolhido, já que é possível prestar o ENEM para qualquer cidade.

Costa (2017) coloca que a fragilização da educação e a sua descaracterização como um direito, provém da precarização da formação profissional, da submissão da educação ao capitalismo, da direção da formação voltada ao mercado sem a formação crítica, promovendo, assim, a capacidade do trabalhador de se adaptar às constantes mudanças nos processos de trabalho, o que demonstra uma contradição, onde os avanços científicos e tecnológicos deveriam estimular as potencialidades dos indivíduos, mas na verdade os colocam sob o jugo do capitalismo. Costa (2017) ainda compreende que a educação se rende à lógica utilitarista, quando se volta para a educação profissional em detrimento da formação integral e afirma que a submissão da educação aos ditames neoliberais faz dela um direito difícil de ser efetivado no País. Atualmente, ela facilmente se torna um item de consumo acessível somente a quem tem recursos financeiros para adquiri-la. E a tendência da educação pública é de se estabelecer precariamente, com retrocessos de investimentos e perda de qualidade.

Infere-se, mediante a análise bibliográfica das obras estudadas, que **a universalização da educação é uma bandeira levantada pela categoria profissional** e que, embora haja muita pressão do capitalismo sobre esta política para

subjugar o ensino aos seus desígnios, entende que a educação é um direito constitucional e deve ser pauta da categoria. No entanto, são necessários avanços para que ela se efetive de fato como um direito, o que demonstra fragilidades da política e isso se traduz na dificuldade de acesso da população a todos níveis educacionais.

Com isso compreende-se que abordagens de ensino-aprendizagem qualitativamente diferentes devem ser iniciadas com brevidade para promover este processo de rompimento com a internalização dos princípios do capitalismo, pois não há momento específico para isso, há a necessidade da promoção da universalização da educação e do trabalho numa perspectiva de indissociabilidade para solucionar a alienação.

A concepção de educação aqui referida – considerada não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo – assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado. É compreendida como a extensão historicamente válida e a transformação radical dos grandes ideais educacionais defendidos no passado mais remoto (Mészáros, 2008, s.pág.).

A educação é um campo permeado por embates políticos, ao passo que o capitalismo busca assegurar a sua reprodução e, também é resultado da luta política da classe trabalhadora que busca direcionar seus processos formativos, o que se converte em projetos educacionais diferentes com processos permeados pela contradição, que ora nega e ora reconhece direitos sociais. É possível verificar isso nas ditas mudanças históricas no campo da política da educação, onde se tem a implementação da ampliação de acesso e permanência nos diferentes níveis de educação mediante o desenvolvimento de programas assistenciais que bancam a ideia de educação inclusiva e cidadã; no entanto, o processo educacional continua com o intuito da difusão de ideias para perpetuação do *status quo* (CFESS, 2013).

Com isso, existe a compreensão de que é necessária a superação do capitalismo, porém com o cuidado de que a educação tem um papel importante neste sentido, mas não é o alicerce dessa construção. Não se trata de uma tarefa que traga resultados imediatos e que atenuie as tensões, conflitos e inquietações que consomem o cotidiano profissional de milhares de assistentes sociais. No entanto, significa a afirmação de uma nítida direção política, a articulação de um conjunto de referências teóricas que subsidiem o trabalho profissional na Política de Educação, contribuindo

para desvelar suas particularidades a partir de uma concepção de educação que esteja sintonizada ao Projeto Ético-político do Serviço Social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora (CFESS, 2013).

É neste nó da perpetuação da ordem atual ou da desmoralização dela que o Serviço Social pode se inserir no âmbito da educação profissional. A não reprodução da ideologia dominante é um ponto crucial para o trabalho de assistentes sociais na educação e é possível conectar facilmente o Projeto Ético-político da profissão às percepções marxistas e freirianas sobre a necessidade de mudanças societárias e sobre a concepção ideal de educação que, como visto anteriormente, é uma importante ferramenta para a conscientização dos indivíduos para sua automudança e, conseqüentemente, para a superação da conjuntura atual. Assim, entende-se que é importante a compreensão das estratégias usadas pelo capital, para que o Serviço Social possa contribuir na (re)orientação da direção política do trabalho profissional no âmbito da educação que, dentre as possibilidades, encontra também espaço na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

3.1 Trabalho profissional de assistentes sociais nos IFs

O trabalho profissional de assistentes sociais é composto por diversos fatores que resultam em uma profissão que possui uma vasta amplitude laboral. No entanto, o Serviço Social também é, como todas as outras profissões, atingido por fatores conjunturais sócio-históricos, tornando-o complexo. Assistentes sociais vivenciam o cotidiano como trabalhadores/as assalariados e experienciam contradições, possibilidades, desafios e limites que devem ser identificados com o intuito de qualificar as respostas entregues à população usuária do serviço.

No contexto da revolução, que está sendo vivenciada, nomeada Indústria 4.0, explicitada no segundo capítulo desta dissertação, é importante questionar os impactos da evolução tecnológica para classe trabalhadora, aqui dando ênfase aos/às trabalhadores/as assistentes sociais, bem como na relação deste/a profissional com os/as usuários/as que atende, mediada por esta tecnologia, mesmo que seja indispensável a incorporação de novas tecnologias. Salienta-se, ainda, o crescimento de um tipo de demanda direcionada aos/às assistentes sociais, que afasta o/a

profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que tornam o acompanhamento sistemático difícil, assim como o estabelecimento de relações continuadas. Ou seja, trata-se de um movimento traiçoeiro que, aos poucos, vai transformando a natureza da profissão. É necessário união e organização para resistir (Raichelis, 2011).

Nas produções analisadas na pesquisa bibliográfica, detectou-se algumas tendências em relação a categoria trabalho, sendo que oito (08) obras estudadas abordam, na perspectiva histórica, este contexto de transformações no mundo do trabalho e o trabalho profissional de assistentes sociais. Sendo que **a maior tendência detectada nas produções analisadas trata da precarização e intensificação do trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais**. Gois (2020) indica que a precarização do trabalho passa a ser vista como uma normalidade sistêmica nos tempos atuais e que ela se concretiza também por meio do trabalho fora do horário de expediente, quando este é realizado via e-mail e aplicativos, e alerta que a intensificação do serviço privado é para uma maior lucratividade, mas no serviço público é para a economia do fundo público, principalmente com força de trabalho, permitindo que o recurso seja empenhado pelo capital na compra de serviços e insumos. Ainda afirma que a administração pública tem incorporado os mecanismos neoliberais do setor privado para gestão do trabalho, colaborando para precarização e intensificação do trabalho. Ferreira (2019) e Dantas (2020) concordam com a afirmação de que os mecanismos das empresas privadas têm sido absorvidos pelo setor público, indicando que, nesta cultura neoliberal, isso tem imprimido no trabalho profissional a tendência de “[...] polivalência, desprofissionalização e individualização do/a trabalhador/a” acarretando aos profissionais aumento exagerado de atividades e se pautando pelo indicativo de quantidade” (Dantas, 2020, p. 187).

Aud (2017, p. 37) corrobora este pensamento e afirma que a intensificação do trabalho ocorre através das características do trabalho imaterial do servidor público, que requer principalmente o esforço intelectual que, junto com o aumento das atividades, dispendem tanto energias físicas como emocionais. Além disso, a intensificação pode estar também atrelada à redução de servidores e à “[...] construção da ideologia do erro zero, da eficiência e dos resultados.” Salienta, ainda, que o processo de expansão dos IFs possibilitou a ampliação de vagas para assistentes sociais, porém sem a garantia de condições para o desenvolvimento do trabalho com qualidade.

A intensificação do trabalho, conforme indica Aud (2017), possui como características o aumento da jornada de trabalho, seja no âmbito do trabalho ou em casa, a polivalência, anuências de assumir horas e atividades extras sem remuneração, incorporação da informática e, conseqüentemente, ampliação da produtividade com vinculação ao tempo para realização das demandas e excesso de atividades e funções. Ou seja, intensificar seria a exigência de mais trabalho e mais resultados no mesmo intervalo de tempo, aumentando a exploração do trabalho e extrapolando o tempo de trabalho que, conseqüentemente, entra no tempo de não-trabalho. O que coaduna com a exposição de uma das assistentes sociais participantes da pesquisa empírica, como segue:

Assistente social 1 – No período de análises de solicitação de auxílios financeiros, levo trabalho para casa diariamente para dar conta da demanda e não atrasar a liberação de recursos aos estudantes.

Outros elementos que contribuem para o aumento do trabalho nos IFs e, por conseguinte, sua intensificação são enfatizados por Aud (2017, p.196) como a determinação do MEC para o aumento do número de estudantes, oferta de novos cursos em cada *Campus*, ampliação de inscritos nos processos seletivos para o programa de permanência, aumento na quantidade de avaliações socioeconômicas e de intervenções com docentes, a imposição de prazos por parte da instituição, bem como a falta de confiança que “[...] questiona a competência profissional e até a lisura do trabalho do Serviço Social.”

Costa (2017, p.148) afirma que os assistentes sociais pesquisados indicam falta de reconhecimento, desvalorização e desrespeito ao seu trabalho por parte de profissionais de outros setores, incluído a gestão. Salaria que há uma limitação sobre a compreensão “[...] do que o assistente social faz, provocando, muitas vezes, o entendimento de que o seu trabalho se traduz em tudo aquilo que os demais profissionais não fazem, ou seja, o que sobra.”

A exemplo do que Costa (2017) e Aud (2017) trazem sobre a falta de confiança e falta de respeito voltada para o trabalho profissional de assistentes sociais, detectou-se na pesquisa empírica realizada para este estudo, mediante questionamento acerca do respeito sobre as decisões profissionais, que 70,37% (nº 19) das respondentes entendem que são respeitadas pela equipe de trabalho, mas 25,92% (nº 07) afirmam

que a equipe respeita em parte e 3,70% (nº 01) indicam que não há respeito da equipe de trabalho sobre seus posicionamentos.

No que tange os demais servidores de outros setores, as respostas se inverteram, com 25,92% (nº 07) colocando que há respeito sobre suas decisões; no entanto, 70,37% (nº 19) indicam que nem todos os servidores respeitam seus posicionamentos e 3,70% (nº 01) indicam que não há respeito dos demais servidores da unidade administrativa. Corroborando isso, temos a colocação de uma das participantes da pesquisa, sobre sua percepção em relação a gestão da instituição:

Assistente social 6 – Penso que a gestão atual da reitoria desvaloriza a categoria, não apresenta nenhum tipo de suporte profissional, encontros, palestras, formações, ficamos apenas nas questões burocráticas mensais que precisam ser repassadas pra reitoria. Existem apenas cobranças que causam estresse emocional, o que acaba ocasionando o fato de muitos colegas estarem afastados e/ou manifestarem interesse em sair [...]. Não há como motivar-se no trabalho com tanta desvalorização.

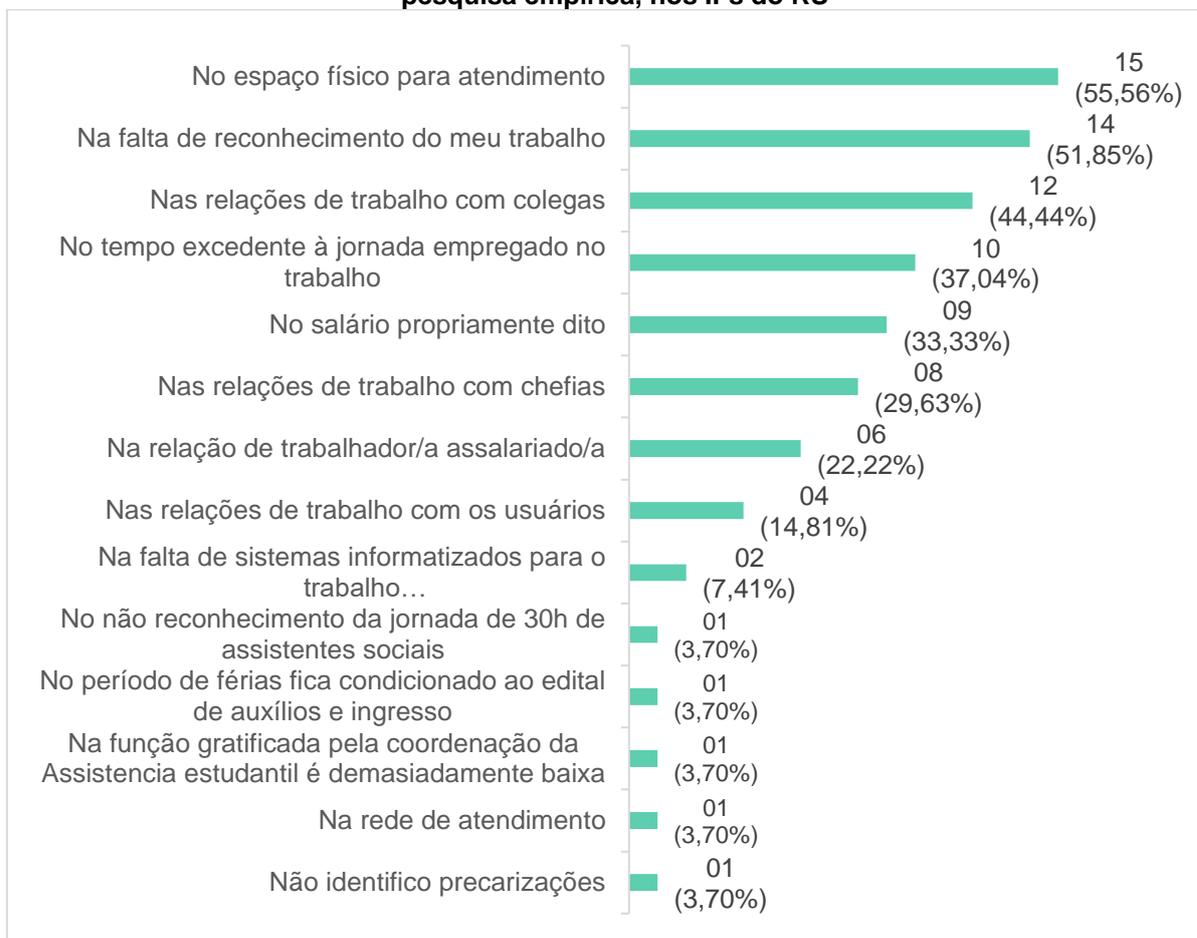
Ainda dentro da seara das percepções sobre a categoria profissional, buscou-se, mediante a pesquisa empírica, identificar a percepção das participantes da pesquisa no que tange o conhecimento dos demais servidores sobre o trabalho do Serviço Social. Detectou-se que 33,33% (nº 09) das profissionais respondentes da pesquisa concordam plenamente com a afirmativa de que existe falta de conhecimento dos demais servidores acerca do trabalho profissional de assistentes sociais, 62,96% (nº 17) concordam em parte com esta afirmativa e 3,70% (nº 01) indica que é uma afirmativa que não se aplica.

A partir da análise bibliográfica e dados da pesquisa empírica, é possível inferir que **há uma degradação das relações de trabalho, o que tenciona o espaço ocupacional, transformando-o em um ambiente hostil e acirrando a intensificação** no que tange o quesito socioemocional, no sentido de estar o tempo todo reafirmando posicionamentos mediante desconfianças de colegas e chefias.

Dantas (2020) percebe que os/as assistentes sociais têm adentrado em um processo de intensificação do trabalho, guiando os/as profissionais para atividades rotineiras e burocráticas que reduzem o trabalho a um padrão quantitativo em detrimento do qualitativo, o que coaduna com o que Silva (2018) constata: os profissionais sobrecarregados acabam focando em ações imediatistas e tecnicistas sem o planejamento e a reflexão crítica necessários, o que resulta no aumento da precarização laboral.

Mediante a pesquisa empírica realizada para este estudo, buscou-se identificar a compreensão das participantes da pesquisa sobre a precarização e a intensificação e detectou-se que, do total (nº 27=100%) das assistentes sociais participantes, 55,56% (nº 15) identificam como principal foco da precarização o espaço físico para atendimento, seguido da falta de reconhecimento do trabalho realizado, com 51,85% (nº 14) e, 44,44% (nº 12) identificam as relações de trabalho com colegas. Em quarto lugar, encontra-se o tempo excedente à jornada de trabalho, com 37,04% (nº 10), e em seguida o salário propriamente dito, com 33,33% (nº 09). Ainda foi possível detectar a precarização nas relações de trabalho com chefias, com 29,63% (nº 08), na relação de trabalhador/a assalariado/a, com 22,22% (nº 06) e, nas relações de trabalho com os/as usuários/as 14,81 (nº 04), entre outras situações. Dentre todas as respostas obtidas, apenas uma profissional não detectou nenhum tipo de precarização, como é possível verificar no Gráfico 2, na sequência.

Gráfico 2 – Identificação das precarizações no trabalho de assistentes sociais, participantes da pesquisa empírica, nos IFs do RS



Fonte: gráfico elaborado pela autora (2024).

É interessante observar que o gráfico expressa distintos modos de compreender o que é precarização. No entanto, destaca-se que **a precarização do trabalho é percebida pela maioria das assistentes sociais pesquisadas, indicando, em primeiro lugar, a estrutura física para a realização do trabalho profissional** e as relações do trabalho em um segundo patamar. Entretanto, a falta de reconhecimento é parte das relações de trabalho, assim esses dois itens agregados tomam uma proporção maior em relação a todos os outros apontados pelas participantes.

Dentro do tema da precarização por estrutura física, detectou-se que seis (06) das nove (09) obras analisadas mencionam o assunto. Costa (2017), Gois (2020), Ferreira (2019) e Silva (2018) detectam que a falta de estrutura física compromete o sigilo profissional, apesar da Resolução do CFESS nº 493/2006 regulamentar a garantia do espaço que promova o mesmo. Costa (2017) identifica dificuldades no acesso a materiais e equipamentos para concretização do trabalho. Consequentemente, detecta-se que as condições éticas e técnicas não são completamente apropriadas e lembra-se que essa é uma característica que difere entre os *Campi*, como as salas para atendimentos individuais que, quando existem, não preservam o sigilo, pois o material utilizado para construção não promove o isolamento acústico necessário. Ferreira (2019) ratifica essa detecção e indica que dos nove (09) *Campi* pesquisados por ele, quatro (04) possuem limitações no que concerne a sala para atendimento individual. Assim como Silva (2018) constata que somente quatro (04) dos dezessete (17) *Campi* que pesquisou contam com sala para atendimento individual. Ainda infere que o espaço coletivo de trabalho pode prejudicar a concentração para a realização do trabalho profissional. Já Aud (2017) infere, em sua pesquisa, que a categoria aponta para respostas “[...] equilibradas: 3 profissionais responderam que são satisfatórias e 3 responderam que são insuficientes”. E Ferreira, Lourenço e Farias (2019) apontam algumas melhorias nos espaços físicos de trabalho, detectadas em sua pesquisa, como a construção de uma sala com isolamento acústico para atendimentos específicos e mesas que receberam divisórias, o que foi bem-visto pelos/as usuários/as do serviço.

No quesito da precarização física dos locais de trabalho, percebe-se, por meio da tendência da produção da categoria, uma **preocupação voltada para estruturas físicas com um viés direcionado para uma questão ética, o sigilo profissional,**

ou seja, aqui se trata de zelo da categoria em relação às condições para a realização de um bom acolhimento e preservação do/a usuário/a do serviço.

A intensificação abrange diversos aspectos, sendo um deles o número de profissionais em relação ao número de usuários/as que demandam o serviço. Quanto a isso, oito das nove obras analisadas, entre elas Aud (2017), Costa (2017), Ferreira (2019), Santos (2019), Pinheiro (2020), Dantas (2020), Gois (2020) e Silva (2018), detectam que o número de profissionais não é suficiente para o atendimento das demandas que se apresentam, sendo que o padrão apresentado é de um profissional por *Campus*, com algumas exceções em que, às vezes, evidenciam-se unidades administrativas com mais de um profissional, assim como algumas unidades sem nenhum assistente social. Aud (2017, p. 35) explica que “A dimensão de quantidade de estudantes por assistente social é o primeiro indicativo do processo de intensificação do trabalho desse profissional.”

Dentro dessa relação entre número de profissionais e estudantes, Silva (2018, p.102) ressalta, em seus achados de pesquisa, que um *Campus* por ela estudado possui uma proporção desmedida, tendo um (01) profissional para 2.854 estudantes e lembra que a ação profissional não se detém somente ao atendimento dos alunos, mas também das famílias e servidores/as da instituição. Ainda enfatiza que “[...] embora tenha aumentado o número de assistentes sociais [...], essa ampliação não acompanhou a grande expansão dos *Campi*. Desta questão decorre outra bastante relevante, que diz respeito à sobrecarga de trabalho.” Neste quesito, Costa (2017) complementa que esta falta de profissionais leva a prejuízos na qualidade dos atendimentos.

Nesta relação voltada para o número de profissionais por unidade administrativa, a pesquisa empírica realizada para esta dissertação detectou que somente 14,81% (nº 04) do total de assistentes sociais participantes indicaram que a equipe de trabalho é composta com mais de um profissional do Serviço Social, corroborando a dificuldade detectada nas demais obras estudadas. E, ainda, 74,07% (nº 20) das participantes da pesquisa indicam que as demandas voltadas para a categoria são intensas e causam sobrecarga e 25,92% (nº 07) concordam em parte com esta afirmação.

Além dessa relação entre o número de profissionais e o número de estudantes, há diversas atividades que são importantes para o trabalho profissional dentro dos IFs; no entanto, **a soma de todas essas atividades, com apenas um profissional**

por Campus, torna-se uma grande fonte de intensificação do trabalho. Como, por exemplo, a participação em espaços de estudos, discussões e ações coletivas como os Núcleos de ações afirmativas, onde 40,74% (nº 11) das assistentes sociais participantes da pesquisa, indicam participar ativamente de pelo menos um núcleo e 29,62% participam de dois núcleos com diferentes finalidades, como Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade e/ou Arte e Cultura. Do total de assistentes sociais respondentes, 22,22% (nº 06) indicam não participar como membro de nenhum núcleo, mas as justificativas evidenciam a intensificação do trabalho ou como o Serviço Social permeia os diferentes espaços, mesmo que de forma informal, ou seja, sem portaria de designação, o que também é uma forma de intensificação, como segue:

Assistentes Social 12 – Contribuo e faço parte de algumas ações, mas não como membro.

Assistentes Social 24 – Nunca consegui participar por falta de tempo. Outras demandas sempre se apresentaram, ou eram requisitadas, como prioritárias.

As participantes da pesquisa empírica ainda evidenciam a intensificação do trabalho mediante a indicação de participação de outros espaços coletivos que pertencem ao próprio IF, assim como externos a ele, em que as assistentes sociais se colocam como representação ou participam pela natureza de determinado comitê ou conselho por tratar de assunto relevante ao trabalho profissional, como segue:

Assistente social 3 - Comissão da Assistência estudantil [...], Câmara da Assistência estudantil, Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, Comissão de Ingresso, Permanência e Êxito, Núcleo Municipal de Educação em Saúde Coletiva, Grupo de Estudos ONG Alporria.

Assistente social 7 - Comissão Permanente de Processo de Ingresso Discente (COPPID); colegiado do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPA). Fora do IFRS: Comitê Municipal de Valorização da Vida, Prevenção e Pósvenção do Suicídio [...]; Projeto Educar – promovendo a Vida.

É possível verificar, no conjunto de participações citadas pelas assistentes sociais respondentes da pesquisa, que são diversos os espaços em que a categoria pode intervir. No entanto, é possível também considerar este dado em seu aspecto contraditório na medida em que “ocupar” estes espaços também pode retratar o

processo de intensificação do trabalho vivenciado pela categoria, sob a égide da onipresença e polivalência que podem, inclusive colocar em risco a saúde física e mental destes/as trabalhadores/as. Tanto a nível institucional como externo a ele e, nos relatos expostos acima das assistentes sociais 3 e 7, poucos espaços são repetidos nas narrativas das profissionais 4 e 15 que seguem.

Assistente social 4 - Conselho Municipal da Saúde, Conselho da Criança e do Adolescente, Núcleo de Ações afirmativas, comissão de heteroidentificação, Comissão de avaliação de desenvolvimento dos Técnicos Administrativos da Educação.

Assistente social 15 - Comissão Permanente de Processo de Ingresso Discente (COPPID) e Comissão da Coordenação da Assistência estudantil.

Isso demonstra que **este campo sócio-ocupacional possibilita a adesão de mais profissionais da categoria** em uma mesma unidade administrativa, no intuito de realizar uma cobertura melhor destes diferentes espaços, que também promovem qualificação do trabalho por meio de discussões coletivas e perspectivas distintas.

Há, ainda, a colocação de justificativa para o afastamento de comissões e núcleos devido à sobrecarga de trabalho, ou seja, a demanda é gigantesca, por isso é necessário que cada profissional faça escolhas buscando priorizar entre prioridades como a participante indica:

Assistente social 2 - Atualmente participo do NAPNE¹⁷ e dos Conselhos de Classe. Até o ano passado participava também do NUGEDS¹⁸, da Comissão de redação da política contra assédios e violências [...], da Câmara de Assistência estudantil e da Comissão de informatização do formulário de análise socioeconômica utilizado pelos assistentes sociais [...]. Devido à grande demanda de atendimento no *Campus* após o retorno presencial necessitei sair das comissões citadas devido à sobrecarga de trabalho.

Depreende-se, a partir dos achados da pesquisa bibliográfica e da pesquisa empírica, que as **demandas voltadas ao Serviço Social, dentro da instituição de ensino, são em grande número e de fato intensas**. Elas permeiam diversos aspectos das vidas dos estudantes, desmembram-se em diversos atendimentos (individuais, em grupo de estudantes e com familiares), acompanhamentos, contatos, encaminhamentos, registros, documentos e, para além das demandas que se originam diretamente dos estudantes, existem outras que não são tão óbvias, mas

¹⁷ Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

¹⁸ Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS).

são igualmente importantes e carecem de receber o olhar do Serviço Social. São espaços como comissões, núcleos, grupos de trabalho, conselhos pedagógicos e ações coletivas que acabam sendo muitas frentes de trabalho para somente um profissional abraçar toda essa necessidade ao mesmo tempo.

Ferreira (2019) também complementa enfatizando a necessidade de contratação de mais profissionais do Serviço Social para o atendimento das demandas educacionais no IFMT, pois o número de profissionais continua sendo o mesmo, independente no número de estudantes no *Campus*. Salaria, também, que a maioria dos gestores pesquisados não reconhecem a necessidade de solicitar o aumento de profissionais para o atendimento aos estudantes. Gois (2020) explica que, devido à sobrecarga de trabalho e falta de mais profissionais, o acompanhamento de estudantes atendidos pelo Serviço Social é comprometido, precário, limitado à frequência do estudante ou a reuniões de conselhos de classe e com a equipe pedagógica e alerta que a monetarização dos Programas de Assistência estudantil precariza o trabalho de assistentes sociais, transformando-o em um mero selecionador de estudantes para os auxílios financeiros.

Dentro da seara do número de assistentes sociais por unidade administrativa, surge a questão que remete à necessidade da flexibilização de horários quando o/a profissional é único/a no setor/*Campus*. Neste sentido, ao analisar a produção de Ferreira (2019), evidencia-se que, em função do número reduzido de profissionais em cada *Campus*, nasce a demanda, dirigida aos assistentes sociais, por maior disponibilidade de tempo para ações mais efetivas, assim como a insuficiência de profissionais na equipe multiprofissional também impacta no trabalho do Serviço Social. Neste quesito, Aud (2017, p.31) explica que a “[...] extensão da jornada é um indicador conceitualmente distinto da intensidade do trabalho”, sendo que a extensão remete à duração do trabalho e a intensidade trata do esforço, da energia utilizada, do empenho, velocidade ritmo e o envolvimento emocional e intelectual colocado neste trabalho. Ainda explica que a ausência de profissionais, por vários tipos de licenças, como maternidade e para tratar de assuntos particulares e, a não contratação de outros profissionais da categoria, de forma substitutiva, para realização das atribuições privativas do Serviço Social são fatores que favorecem a intensificação do trabalho para os que permanecem em exercício, porém salienta que acontece também o contrário, na efetivação dos direitos de carreira, como a licença capacitação, entre outras situações.

Dantas (2020) e Gois (2020) vão além, indicando a ausência de profissionais da área administrativa em cooperação com assistentes sociais. Gois (2020) alerta que essa ausência aumenta a intensificação do trabalho e Dantas (2020) afirma a responsabilidade de as equipes de Assistência estudantil assumirem a necessidade de contarem com um assistente administrativo para exercer as atividades burocráticas, para não ser uma requisição somente de assistentes sociais.

No que se refere ao horário de trabalho, assunto englobado também no conceito de precarização e intensificação, Ferreira percebe que os/as “[...] assistentes sociais têm flexibilizado seu horário de trabalho (matutino, vespertino e noturno) na busca em atender os estudantes de todas as modalidades de ensino, bem como acompanhar as situações atendidas” (2019, p. 90). E salienta que, ainda assim, existe uma descontinuidade do trabalho, uma vez que os profissionais também participam de comissões e núcleos que têm agendas específicas a serem cumpridas. Na mesma seara, Silva (2018) detecta que o funcionamento dos *Campi*, em sua maioria, abrange três turnos, o que resulta nos que possuem apenas um/a assistente social e na necessidade de o/a profissional distribuir sua carga horária para atender todos os turnos de funcionamento para evitar que os estudantes fiquem sem atendimento.

Das 27 (100%) assistentes sociais que responderam à pesquisa empírica, 18,51% (nº 5) indicam não trabalhar no turno da noite; porém destas, três (nº 3) estão lotadas na Reitoria que normalmente possui horário de trabalho dentro do período comercial. Apenas 7,40% (nº 02) referiram não adentrar os três turnos contemplados pela instituição, sendo que uma (01) profissional indicou não trabalhar no turno da tarde e a outra referiu não trabalhar no turno da manhã. As demais profissionais, 74,07% (nº 20) no total, indicam distribuírem suas cargas horárias nos três turnos de funcionamento da instituição, ratificando o que foi mencionado por Ferreira (2019) e Silva (2018). Entende-se que a flexibilização dos horários de atendimentos de profissionais únicos em um *Campus* promove uma desorganização da rotina pessoal, complicando coisas simples do dia a dia e, conseqüentemente, resultando em uma maior possibilidade de adoecimento em função do trabalho – no entanto possibilita maior abrangência no atendimento de estudantes de turnos diferentes.

Em relação à jornada de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais, detectou-se que sete produções das nove analisadas, Silva (2018), Costa (2017), Pinheiro (2020), Aud (2017), Ferreira (2019), Dantas (2020) e Gois (2020), mencionam o descumprimento da jornada de 30h prevista na Lei de regulamentação da profissão.

Ferreira (2019) detecta que algumas profissionais tiveram que buscar judicialmente o direito de trabalhar 30h semanais no IFMT e tiveram êxito com a redução de 10h sem prejuízo salarial, porém os processos ainda tramitam com a possibilidade de retrocesso da decisão. Enquanto isso, outros/as colegas de instituição continuam cumprindo jornada de 40h, pois tiveram o pedido indeferido na justiça. Ferreira (2019) ainda ressalta que essa redução ocorrida para alguns profissionais não foi acompanhada de contratações, ou seja, dentro de um período menor continuam com as mesmas demandas, intensificando o trabalho e muitas vezes extrapolando as 30h.

Aud (2017) percebe um movimento dentro da categoria a partir da Lei nº 12.317/2010, que trata da redução da jornada de trabalho de assistentes sociais para 30 horas semanais sem redução salarial, porém, até o momento, esse direito não foi contemplado. Ainda explica que, no lugar do cumprimento da Lei, existe a possibilidade de redução da carga horária sem prejuízo de vencimentos, por meio da flexibilização da jornada de trabalho para 30 horas/semanais (6 horas/diárias) com base nos Decretos nº 1590/95 e nº 4.836/03101, que condicionam o/a servidor/a a estar em um setor que garanta atendimento ininterrupto por 12 horas, assim como não ocupar Cargo de Direção ou função gratificada. Dantas (2020, p.197) também detecta essa possibilidade no IFSP, mas salienta que isso significa intensificação e precarização do trabalho, pois sustentar o “[...] atendimento do setor ininterrupto por 12 horas colabora para a ampliação da polivalência e flexibilidade dos/as trabalhadores/as, já que se cria uma pressão de que todas as requisições que cheguem ao setor sejam atendidas imediatamente”, o que remete ao processo de desprofissionalização, pois todos devem compreender todas as demandas e acolher tudo que chega no setor, independente da sua formação, o que se confirma no relato que segue, obtido na pesquisa empírica realizada para este estudo:

Assistente social 13 – [...] com relação aos meus horários de trabalho, [...] flexibilizo com a equipe de Assistência estudantil que somos entre 5 pessoas, mas na prática um colega está de licença qualificação, outra colega de licença maternidade e outra colega está com redução de carga horária (40%). Na prática somos apenas duas pessoas no setor todos os dias.

Gois (2020) complementa que o não reconhecimento das 30h de jornada de trabalho de assistentes sociais também se trata de uma forma de precarização do trabalho e que os/as profissionais utilizam a flexibilização como possibilidade de redução de jornada, porém depende do gestor da unidade; caso contrário, continua

com 40h e ainda salienta que, apesar da luta para redução da carga horária de 40h para 30h, o setor público não a reconhece e continua cobrando 40h semanais.

Acerca do exposto, infere-se que, na **ausência de mecanismos que garantam o direito trabalhista das assistentes sociais à carga horária de 30h, lança-se mão de possibilidades de redução dela através da flexibilização de jornada, embora não seja a forma ideal, já que ainda resulta no sucateamento do trabalho**, ao passo que a demanda não diminui, pois o número de profissionais continua o mesmo. **No sentido da intensificação, nem mesmo a contemplação da Lei das 30h seria de fato efetiva sem o aumento do quadro de profissionais**, ou seja, a intensificação do trabalho acaba sendo um resultado certo nessa equação. Assim, compreende-se que é necessário o fortalecimento da mobilização da categoria, tanto para a redução da carga horária, como para a diluição do trabalho mediante o aumento do quadro efetivo de Assistentes Sociais.

Com os dados da pesquisa empírica, é possível verificar como se dá, para o Serviço Social nos IFs do RS, a flexibilização da jornada como segue na Tabela 5:

Tabela 5 – Carga horária semanal de assistentes sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica

Descrição da Carga horária	Nº	%
Flexibilizo o horário com a equipe, (setor com serviços ininterruptos do setor por 12h diárias), resultando em uma carga horária de 30h semanais, pois o IF não reconhece a Lei de regulamentação da profissão	19	70,37%
Trabalho 30h de acordo com a Lei de regulamentação da profissão que é reconhecida pelo IF	02	7,41%
Trabalho 40h semanais pois não existe a possibilidade de flexibilização na minha instituição e o IF não reconhece a Lei de regulamentação da profissão	02	7,41%
Trabalho 40h semanais pois não consigo reduzir minha carga horária devido a demanda de trabalho	01	3,70%
Trabalho 40 horas, pois sou coordenadora	01	3,70%
Trabalho 40 horas semanais, pois estou em teletrabalho por questões de saúde – situação temporária.	01	3,70%
Trabalho mais de 40h semanais em alguns períodos específicos onde há o aumento de demandas	01	3,70%

Fonte: tabela elaborada pela autora (2024).

Mediante os dados demonstrados na Tabela 5, é possível verificar que 70,37% (nº 19) das participantes **utilizam a flexibilização de horário com as equipes como um recurso para buscar uma equiparação de horas trabalhadas com o que deveria ser garantido pela Lei da categoria**, embora não configure direito de servidores/as públicos/as. Das 27 (100%) assistentes sociais pesquisadas, 22,22% (nº 06) trabalham 40 horas semanais. Somente 7,41% (nº 02) alegam ter o

reconhecimento da carga horária estipulada pela Lei 12.317/2010 no âmbito do IF. Acredita-se que existe algum fator contraditório que leve a essas duas respostas que indicam o reconhecimento da carga horária pelas instituições, pois sabe-se que nenhum dos IFs pesquisados reconhece a carga horária de assistentes sociais estipulada pela referida Lei. Deduz-se que estas respostas possam ser fruto de desconhecimento das lutas da categoria dentro das instituições pesquisadas, podendo ainda ser falta de engajamento político com essas lutas por parte das próprias profissionais, ou a possibilidade dessas assistentes sociais terem judicializado esta questão – o que leva à outra contradição, que se volta para a **falta de isonomia da carga horária dentro da própria categoria em uma mesma instituição, onde algumas trabalham 30h e outras 40h.**

Ainda sobre os dados expostos na Tabela 5, um dos itens que chama a atenção se refere às 40h de trabalho atreladas à função gratificada para a coordenação de setor. Ou seja, mesmo que houvesse o reconhecimento da Lei das 30h, ao assumir a coordenação de um determinado setor, **há o entendimento da instituição de que a dedicação integral, exigida pelos cargos com gratificações, é equivalente a uma carga horária de 40h.**

Esta questão relativa aos horários e cargos remete a outro ponto que tangencia a intensificação do trabalho. Trata-se da acumulação de cargos ao assumir a coordenação de um setor. Segundo a Lei nº 8.112/1990, os cargos com função gratificada, além de necessitarem da dedicação *integral* que, de acordo com a referida Lei, embora utilizado nas instituições, não se define como sendo 40h como mencionado acima, também o assume com dedicação *exclusiva*, ou seja, **ao ocupar uma coordenação ou direção, as atividades do cargo original não devem, naquele período, ser executadas pelo/a servidor/a.** Ele/a deve se dedicar, integralmente e exclusivamente, ao cargo de gestão. No entanto, não é o que se identifica nas respostas obtidas mediante questionário da pesquisa empírica, onde 14,81% (nº 4 de 27) respondem que estão em cargos de coordenação com função gratificada e acumulam as atividades do cargo original junto com as atividades da coordenação de setor, o contrário do que a Lei estipula.

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

[...]

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

[...]

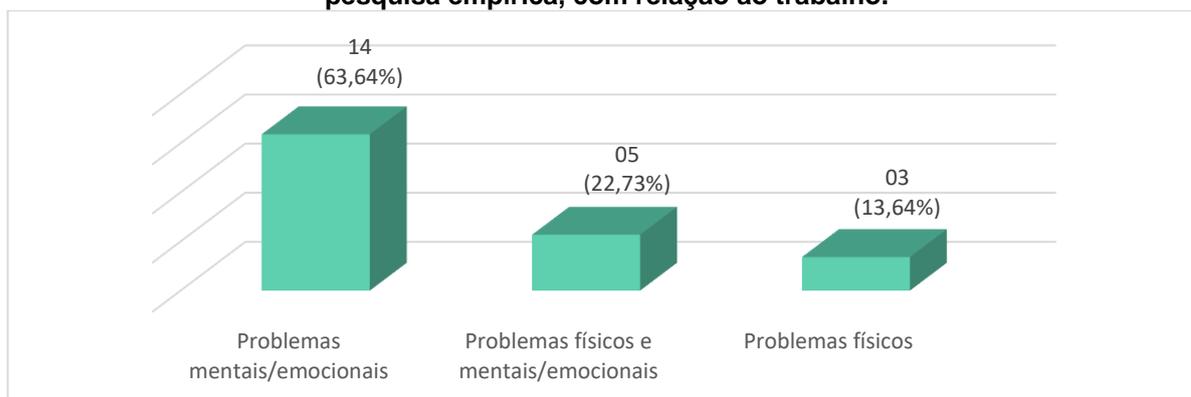
Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97) (Brasil, 1990).

Identifica-se, assim, **características do capitalismo no serviço público, a exigência de servidores/as polivalentes**, embora se perceba um alto custo na qualidade do trabalho realizado e nos altos índices de **adoecimento no serviço público**, assunto que também está dentro do escopo da precarização, sob o olhar da fragilidade dos vínculos, como indica Gois (2020) quando explicita a vivência de assistentes sociais com o assédio moral e a cobrança por produtividade. Ela e Aud (2017) detectam um alto índice de adoecimento do trabalho, seja mental ou mesmo físico, em função do ambiente de trabalho. Já Silva (2018, p. 109) conclui que os assistentes sociais estão “[...] cerceados na sua ética e capacidade de trabalho, pressionados e exigidos ao máximo, impotentes”, pois não possuem a gerência de recursos necessários para terminar com as causas que promovem pobreza e a desigualdade social, o que resulta em adoecimento mental e físico.

Pinheiro (2020) infere que o trabalho voltado para os programas de Assistência estudantil (auxílio estudantil) são desgastantes e demandam muito tempo, porém é o trabalho mais reconhecido e cobrado pela instituição, devido ao recurso financeiro envolvido. Ainda indica que a categoria se sente sufocada pela quantidade de análises socioeconômicas e é comum a acumulação de trabalho, assim como o atraso de prazos.

Corroborando os achados da pesquisa bibliográfica acima, acerca do adoecimento no trabalho, os dados obtidos através da pesquisa empírica mostram que 81,50% (nº 22 de 27) das profissionais participantes apresentaram algum problema de saúde em relação ao trabalho. Destas, 36,64% (nº 14) alegaram problemas mentais/emocionais, 22,73% (nº 05) referiram problemas físicos atrelados a problemas mentais/emocionais e 13,64% (nº 03) mencionaram problemas físicos, como demonstra o Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Problemas de saúde de assistentes sociais dos IFs do RS, respondentes da pesquisa empírica, com relação ao trabalho.



Fonte: gráfico elaborado pela autora (2024).

No que se refere às relações de trabalho, de acordo com a pesquisa empírica realizada para este estudo, percebe-se que, do total (nº 27=100%) de assistentes sociais pesquisadas, 51,85% (nº 14) referem ter sofrido algum tipo de assédio – sendo que, destas, 85,71% (nº 12 de 14) reportam assédio moral e 14,28% (nº 2 de 14) relatam assédio sexual. Uma das assistentes sociais traz o relato que segue:

assistente social 7 – Por colega de outro setor. O mesmo ligava para o setor de Assistência estudantil e quando eu atendia, dizia que era muito bom ouvir minha voz. Ao me encontrar no pátio da instituição, comentava que tínhamos que combinar um dia para eu mostrar minhas tatuagens para ele. Enfim, abordagens que me deixam desconfortável e que em nenhum momento dei abertura para tal.

Os **preconceitos** também são situações que remetem a sofrimentos no âmbito do trabalho e detectou-se que **25,90% (nº 07) das participantes da pesquisa se percebem nesta situação**, sendo que, destas, 85,70% (nº 06 de 07) sinalizam que sofrem com preconceito de gênero, 28,60% (nº 02 de 07) referem idadismo, ou seja, preconceito por idade, e 14,30% (nº 01 de 07) referem já ter sido vítima de racismo.

Detectou-se, ainda dentro do tema voltado para as relações de trabalho, uma tendência na pesquisa bibliográfica voltada para as dificuldades no trabalho profissional. Quatro produções perpassam desde a dificuldade da execução do trabalho em si, por fatores como fragmentação do trabalho, a falta de compreensão ou a desresponsabilização da própria categoria sobre suas atribuições privativas até ataques aos assistentes sociais e a dificuldade de legitimar o trabalho profissional. Dentre as dificuldades elencadas na efetivação do trabalho profissional, Pinheiro (2020) relata que, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio

Grande do Norte (IFRN), os/as assistentes sociais têm um grande desafio ao trabalhar a permanência estudantil, pois é necessário muito embate com gestores no que concerne respeito e legitimação do espaço do Serviço Social. Ferreira, Lourenço e Farias (2019) mencionam a falta de um sistema informatizado que agilize os processos voltados para a seleção e acompanhamento da Política de Assistência estudantil (auxílio estudantil), pois o trabalho feito manualmente torna-se muito demorado e promove o adoecimento dos profissionais.

Já Dantas (2020) destaca que o aumento da fragmentação do trabalho resulta em um maior afastamento entre os profissionais de áreas diferentes; neste sentido, existe a falta de compreensão de assistentes sociais perante determinadas questões que são compreendidas como sendo de outros profissionais e, com isso, uma desresponsabilização do próprio profissional acerca de determinadas questões que perpassam o simples conhecimento de regras institucionais e que se apresentam quando o outro profissional não se encontra no setor.

Neste aspecto trazido por Dantas (2020) sobre a desresponsabilização profissional, existe a **necessidade de uma reflexão sobre o trabalho de assistentes sociais, pois a compreensão das regras, fluxos, organogramas, entre outras questões institucionais são de suma importância, mesmo quando não se trata de algo específico do Serviço Social.** Também não significa acolher demandas que não são para a categoria, mas conhecer o que a instituição oferece e seus caminhos. **Essas informações se tornam preciosas para a efetivação de direitos dos estudantes no âmbito institucional,** ou seja, o não conhecimento das regras institucionais pelos/as assistentes sociais podem auxiliar no processo de evasão e retenção de estudantes, para dizer o mínimo.

Vale lembrar que a instituição não é uma ilha, ela faz parte dessa sociedade na qual o Serviço Social luta constantemente pela ampliação, universalização e efetivação de direitos em uma perspectiva geral. Logo, se não há esforço para lidar com o acesso e permanência de estudantes dentro da própria instituição em que se trabalha, muito menos se fará com questões que necessitam da rede de serviços da região, onde as articulações com os diversos serviços são bem mais trabalhosas. Ainda vale lembrar que a categoria, segundo os princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, possui o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 33), o que remete à responsabilidade da categoria em

se relacionar com os trâmites e fluxos da instituição para qualificar o atendimento à população usuária.

Ainda dentro das dificuldades destacadas, houve a menção da troca da Coordenadoria de Assistência estudantil pela Coordenadoria de Assuntos Educacionais no IFSP, retirando da coordenação do setor os/as assistentes sociais:

[...] ato que feriu profundamente toda a trajetória histórica de construção da identidade e do espaço do Serviço Social no IFSP, já que todo o processo de constituição do que é hoje a Política de Assistência estudantil no IFSP (desde a formulação das regulamentações e orientações até a definição das atribuições privativas do Serviço Social), teve a participação ativa do 'Coletivo de assistentes sociais' (Aud, 2017, p. 122).

Considera-se essa questão trazida por Aud (2017) um pouco delicada, pois a **percepção dos profissionais pesquisados por ela é de que deveriam estar sempre no comando, na coordenação**, por terem constituído a política e estarem no processo dessa construção desde o início, como um reconhecimento pelo feito. No entanto, **esse entendimento descarta outros profissionais, como se não tivessem a capacidade de promover uma boa gestão**. Isso demonstra uma característica corporativista da profissão, além de um comportamento messiânico.

[...] messianismo profissional: uma visão heróica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social. Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas têm um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos (Iamamoto, 2012-A, p.21).

É importante ter em mente que profissões como psicólogos e pedagogos, entre outras, assim como cargos de assistentes de alunos e assistentes administrativos, entre outros que podem compor a equipe, são parte da Assistência estudantil, e nenhuma profissão/cargo deve se sobressair perante a outra: cada uma possui um espaço e um foco que promove o trabalho colaborativo que tem muito mais a contribuir para um trabalho profissional mais completo do que esta dicotomia.

Ainda foi possível detectar em cinco (05) obras analisadas na pesquisa bibliográfica a preocupação com a amplitude do trabalho profissional. Quatro (04) obras – Costa (2017), Ferreira (2019), Gois (2020) e Aud (2017) – indicam que o trabalho profissional de assistentes sociais não deve se restringir a abordagens

individuais em detrimento das abordagens coletivas. Aud (2017) ainda afirma que o trabalho profissional de assistentes sociais tem uma amplitude que supera o segmento discente ou abordagens de cunho individual, envolvendo, assim familiares dos estudantes, trabalhadores da educação (docentes e técnicos), gestores, profissionais e rede de serviços que constituem as demais políticas sociais, esfera de controle social e movimentos sociais, na perspectiva de um trabalho com caráter coletivo. Pinheiro (2020, p.29) ratifica este entendimento, destacando que é importante perceber o trabalho de assistentes sociais na educação em um sentido mais amplo, superando “[...] a viabilização do acesso e da permanência, [...] na defesa de uma educação de qualidade, da gestão democrática, da universalidade dos direitos sociais e, sobretudo de uma nova ordem societária.”

A exposição realizada por uma das assistentes sociais, participante da pesquisa empírica, demonstra a amplitude do trabalho assim como a existência de particularidades de cada unidade administrativa, como segue:

Assistente social 15 - Gostaria de ressaltar que a atuação do assistente social na instituição não se restringe aos processos de seleção para os auxílios ou ingresso, porém, a ampla demanda de avaliações e as complexidades, condiciona o trabalho profissional da assistente social. A falta de equipe mínima (psicólogo; assistente social e aumento de assistentes de alunos) no âmbito da Residência Estudantil também preocupa a limitação do trabalho desenvolvido com os estudantes. Além de todas as demandas relacionadas ao acompanhamento dos estudantes de maneira individualizada ou coletiva sobre aspectos psicossociais e pedagógicos, essa atuação se intensifica no âmbito da Residência Estudantil com atualmente 250 estudantes residentes no *Campus*, chegando até 300 estudantes. A Residência Estudantil (antigamente chamada de Internato) possibilitou a permanência de centenas de estudantes advindos de comunidades rurais e indígenas, municípios distantes e famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

A amplitude do trabalho remete a outra tendência detectada nas obras analisadas. Trata-se do objeto de trabalho da profissão, encontrada em quatro (04) obras analisadas. Costa (2017), Ferreira (2019) e Santos (2019) alertam que o objeto de trabalho do Serviço Social na educação é a questão social e suas expressões e não a Assistência estudantil. Costa (2017) ainda indica que são essas expressões que inviabilizam o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional. Assim, deve-se elaborar meios que venham a minimizar os efeitos da questão social no âmbito educacional, com o intuito de viabilizar o acesso à educação como um direito social. No entanto, Dantas (2020) lembra que as expressões da questão social não

são objeto restrito do Serviço Social e o enfrentamento delas necessita da ação de diferentes profissionais.

A questão social, objeto de intervenção da profissão, inicialmente se conceitua como o conjunto das expressões das desigualdades sociais provenientes de uma sociedade capitalista estabelecida, que tem sua origem na “*produção social cada vez mais coletiva*”: o trabalho se torna mais amplamente social, ao passo que a apropriação dos resultados se mantém privada, dominada por uma parcela da sociedade (Iamamoto, 2012-A). A expressão supracitada, a saber: *Produção social cada vez mais coletiva* se refere ao trabalho realizado de forma fragmentada, característica do modo de produção capitalista, tornando o trabalhador uma peça parcial do trabalho coletivo (Iamamoto e Carvalho, 2020).

É importante ressaltar que se vive um novo momento do desenvolvimento do capital, com a entrada dos países menos desenvolvidos na divisão internacional do trabalho. Essa nova realidade histórica modifica a questão social, adensando-a com novas definições e relações sociais produzidas historicamente, o que suscita a necessidade de desvendar o seu significado atual (Iamamoto, 2021).

[...] o investimento especulativo no mercado de ações aposta na extração da mais-valia presente e futura dos trabalhadores, para alimentar as expectativas de lucratividade das empresas, segundo padrões internacionais que parametram o mercado financeiro. Ele impõe mecanismos de ampliação da taxa de exploração via: políticas de gestão; ‘enxugamento de mão-de-obra’; intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento dos salários (Iamamoto, 2021, p. irreg.).

Além disso, ainda são colocados aos trabalhadores ambientes competitivos, dificultando a organização da classe trabalhadora através dos sindicatos. O atual momento do Capitalismo estabelece, ainda, um clima de *participação* que se volta para o cumprimento de metas empresariais. As relações de trabalho se tornam mais precárias, sem vínculos trabalhistas formalizados, com uma copiosa regressão de direitos, entre outros mecanismos, como melhoramentos técnicos e a agregação da ciência e da tecnologia no circuito da produção para garantia do ciclo lucrativo (Iamamoto, 2021).

Assim, a prevalência do capital fetiche leva à banalização do humano, a sua descartabilidade e indiferença diante do outro e essa prevalência está na origem dos novos aspectos da questão social nesta era das finanças.

Nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social — e dos sujeitos que o realizam — na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas — ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria —, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social (Iamamoto, 2021, p. irreg.).

Tendo em mente o conceito de questão social, salienta-se que o trabalho do/a assistente social incide diretamente em situações que afetam as condições de vida da classe trabalhadora e tem como intuito atender suas demandas e assegurar seus direitos através das políticas sociais, produzindo, assim, resultados concretos em diversas esferas da vida de seus/as usuários/as, como “[...] nas condições materiais, sociais, políticas e culturais [...]; em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em suas formas de luta e organização; e em suas práticas políticas de resistência” (Yazbek, 2009, p.49).

No que concerne o objeto de trabalho do Serviço Social, foi possível inferir, a partir da análise dos dados da pesquisa empírica, a dificuldade de uma parcela das participantes de o detectar. Obteve-se, do total de participantes da pesquisa empírica (nº 27), 51,85% (nº 14) de respostas consistentes e diretas indicando a questão social e suas expressões como sendo o foco profissional; no entanto, 37,03% (nº 10) indicam variados objetos como a Política de Assistência estudantil, os estudantes, as análises socioeconômicas para auxílios estudantis financeiros, a permanência escolar, a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. Ainda se obteve 7,40% (nº 02) das respondentes que se aproximaram do objeto real, mas sem muita nitidez e 3,70% (nº 1) não responderam à questão.

Inferre-se, por meio da análise bibliográfica sobre a categoria trabalho profissional e mediante dados da pesquisa empírica, que ainda **há um distanciamento dos profissionais do Serviço Social em relação ao objeto da profissão**. Isso pode representar uma dificuldade de compreender, na concretude do cotidiano, como a fundamentação teórica marxista que ampara a concepção do que é objeto de trabalho para categoria profissional que se manifesta por meio das inúmeras expressões da questão social. Conforme consta nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social e no arcabouço teórico metodológico que fundamenta a categoria profissional, a falta de conhecimento e/ou a fragilidade em articular a fundamentação teórica com a prática, de modo indissociável, no que tange a compreensão e intervenção do que se configura como objeto, pode gerar ações com pouca

abrangência e efetividade, individualizadas, com pouca ou nenhuma relevância na vida dos/as usuários/as dos serviços. Deste modo, a falta de compreensão do sistema que produz e reproduz as expressões da questão social na vida dos/as usuários/as dos serviços pode levar a respostas profissionais acríticas, que não produzem o efeito necessário para a promoção de mudanças reais na vida cotidiana. Logo, é de suma importância que a categoria busque adensar sua apropriação acerca do objeto profissional para que o trabalho profissional cotidiano possa se evidenciar de forma nítida, facilitando, assim, a interlocução com os demais servidores/profissionais, com os quais a categoria necessita trabalhar para a construção de respostas profissionais efetivas. Há, ainda, a preocupação evidenciada na análise bibliográfica que indica que as expressões da questão social não são objeto somente do Serviço Social, o que remete à grande relevância de se apostar no trabalho coletivo e cooperativo para produção de respostas mais incisivas.

Somado a esta perspectiva da nitidez do objeto de trabalho da categoria às respostas profissionais, é necessário considerar a profissão por dois enfoques contraditórios: o teórico-ideológico sobre o exercício da profissão e o exercício profissional propriamente dito, que sofre interferências pelas circunstâncias em que está inserido, que independe do desejo ou consciência dos/as profissionais. (Iamamoto e Carvalho, 2020). O que remete ao fato de o/a assistente social não dispor de todos os meios para o seu trabalho profissional, pois depende dos recursos previstos para as ações, programas e projetos da instituição que o/a contrata.

Esta relação trabalhista se chama autonomia relativa do trabalho do/a assistente social, pois o/a profissional está em uma relação de compra e venda de sua força de trabalho. Ele/a depende da organização que o/a contrata para viabilizar aos/às usuários/as o acesso aos seus serviços, fornecendo os meios para sua efetivação e também estabelecendo prioridades a serem desempenhadas – logo, a instituição é percebida aqui como um condicionante a mais do trabalho do/a assistente social. Destaca-se, ainda, o recorte de que o/a assistente social não trabalha isoladamente, pois “[...] é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras [...]” (Iamamoto, 2012-A, p. 64).

Esta questão da relativa autonomia emerge na pesquisa bibliográfica em quatro (04) das nove (09) obras analisadas. Aud (2017) e Santos (2019) explicam que, embora os/as assistentes sociais estejam em uma condição de assalariados, mantêm

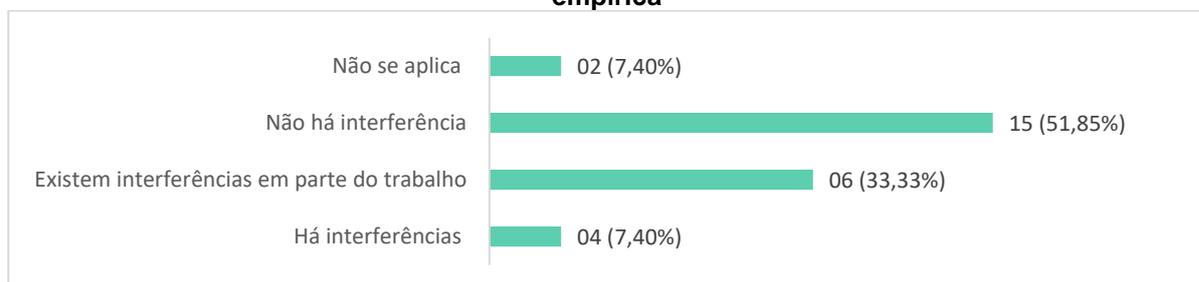
sua relativa autonomia. Aud (2017) menciona que a relativa autonomia está na relação com os/as usuários/as do serviço, no que tange sua qualificação profissional, com as atribuições privativas e competências que são regulamentadas e no que se refere a forças políticas que incidem neste espaço e nas relações com outros profissionais que participam dos mesmos processos de trabalho. Santos (2019, p. 94) lembra que as instituições empregadoras estabelecem prioridades que interferem no cotidiano do trabalho e constata que os/as assistentes sociais pesquisados/as por ela compreendem ter uma boa autonomia profissional. No entanto, salienta que “[...] a autonomia é condicionada a outros fatores.”

Ferreira (2019, p. 92) afirma que “[...] no IFMT, as assistentes sociais sofrem interferências de suas chefias imediatas e superiores no desenvolvimento do seu exercício profissional, impactando na sua atuação cotidiana frente aos usuários.” Salienta, ainda, a importância da autonomia profissional para aceitar ou recusar demandas de forma a priorizar ou não determinadas ações por meio de justificativas à chefia imediata. Enquanto Costa (2017) lembra que é importante sempre ter em mente que o compromisso profissional é com a população usuária daquele serviço, pois o jogo de forças dentro das instituições promove uma acomodação dos profissionais, em que eles assumem os objetivos da instituição e perdem sua identidade, o que os torna simples executores do que lhes é determinado pela instituição.

[...] o trabalho dos assistentes sociais é permeado por imposições dos órgãos empregadores e imperativos institucionais, como, a organização hierárquica da gestão, a ideologia dominante, a burocracia excessiva, a infraestrutura institucional, a legislação, o orçamento disponível (Costa, 2017, p. 91).

Com relação a interferências no tempo de realização de atribuições específicas de Assistentes sociais nos IFs do RS, buscou-se compreender como as participantes compreendem este aspecto no funcionamento da Gestão e seu trabalho, como segue o Gráfico 4:

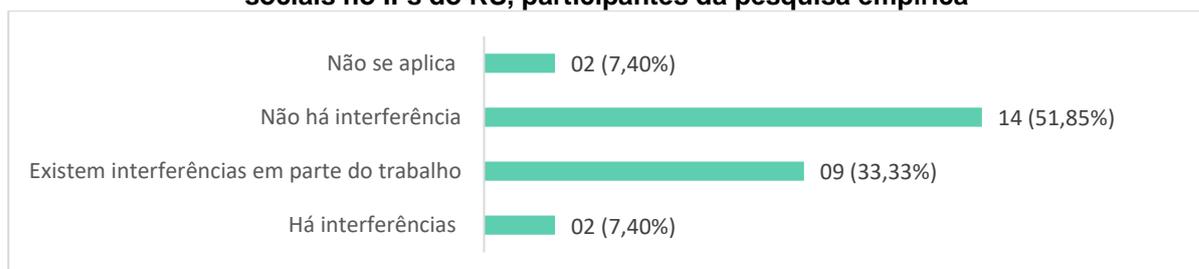
Gráfico 4 – Percepção acerca de interferências da gestão, quanto ao tempo para o exercício de atribuições específicas das assistentes sociais do IFs do RS, participantes da pesquisa empírica



Fonte: gráfico elaborado pela autora (2024)

Quanto à interferência da gestão nas atividades exercidas, propriamente ditas, obteve-se o seguinte resultado, demonstrado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Percepção acerca de interferências da gestão nas atividades das assistentes sociais no IFs do RS, participantes da pesquisa empírica



Fonte: gráfico elaborado pela autora (2024)

Mediante os achados da pesquisa empírica, pode-se inferir que **a maioria das assistentes sociais respondentes da pesquisa não detecta a existência de interferências da gestão no tempo ou das atividades exercidas por elas**. Acredita-se que este dado seja resultado de uma dificuldade de percepção acerca dos diversos elementos que constituem o trabalho profissional, como a autonomia relativa da profissão, que deve levar em consideração diversos fatores para se efetivar. Também é possível que tenha havido uma falta de compreensão acerca do enunciado da questão, principalmente quando se pensa em editais de auxílios estudantis e ingresso discente com cronogramas exíguos a serem cumpridos com atividades complexas e demoradas.

Vale ressaltar que, no âmbito da autonomia profissional, existe uma passagem da autonomia relativa para a autonomia controlada do trabalho do/a assistente social, onde se verifica um aumento de demandas institucionais direcionadas, que levam a redefinições na esfera do Estado e nas políticas sociais, provocando, assim, mudanças nas solicitações, exigências e possibilidades do trabalho profissional

(Escurra e lamamoto, 2020). E é imprescindível conceber o/a assistente social como trabalhador/a acerca dos fundamentos da profissão, permitindo a compreensão e a indignação diante da exploração, da violação de direitos e do desgaste a que são submetidos os(as) trabalhadores(as) de uma forma geral (Reidel e Correa, 2021).

[...] como condições e relações de trabalho as quais também estão submetidos(as), e não em uma relação de exterioridade e superioridade. Essa compreensão é chave à leitura de si mesmos(as) na sociedade do trabalho “livre” como trabalhadores(as), e, portanto, pertencentes à classe trabalhadora (Reidel; Correa, 2021, p. 149).

A nitidez do objeto da profissão e da relativa autonomia promove respostas profissionais mais coerentes com a realidade vivenciada pelos/as usuários/as que procuram os serviços. Neste quesito, Costa (2017) destaca a contribuição da instituição para a manutenção da hegemonia capitalista no que se refere à construção de concepções e na construção de passividade por parte das classes subalternas. Ela salienta que as instituições refletem as contradições da sociedade, evidenciando conflitos de interesses de cada estrato social. Nesta disputa de força e poder, os indivíduos com menos criticidade ficam em desvantagem para a realização de uma leitura crítica da realidade, que se apresenta complexa, com possibilidades, interesses diversos e contradições. Com isso, alerta que embora se saiba que mudanças institucionais são pautadas pelo desenvolvimento do capitalismo, é possível, por meio de forças internas, promover mudanças no dia a dia da instituição a partir da disputa de ideias, do comportamento crítico e da tomada de decisões no trabalho profissional e explica que o trabalho de assistentes sociais tem como produto a produção e reprodução das relações sociais, com potencialidade de transformação de algo não estático e que condiz com uma determinada demanda em um contexto social e histórico específico.

Para Costa (2017), o trabalho de assistentes sociais na educação necessita da compreensão de que a política educacional deve ser aliada à construção da autonomia e emancipação dos estudantes, buscando um rompimento com ações autoritárias ou clientelistas e compreendendo a educação como um direito universal. Ela explica que o/a assistente social na educação é requisitado para elaborar estratégias para evitar a evasão escolar e promover a conclusão do percurso formativo e, entre as várias possibilidades, encontram-se os auxílios financeiros. Ainda enfatiza que o trabalho de assistentes sociais em entidades públicas é

complexo, pois há um aumento da demanda por serviços sociais¹⁹ ao mesmo tempo que existe o baixo investimento do governo para estas ações, tornando, assim, as políticas superficiais e paliativas e causando uma sensação de impotência no/a profissional.

Dantas (2020) percebe que o público atendido nos IFs é diversificado, contando com adolescentes do ensino médio, discentes em cursos para jovens e adultos que buscam educação básica fora da idade escolar e estudantes no nível superior e essa diversidade precisa ser levada em conta nas respostas profissionais, ou seja, devem refletir as particularidades de cada público e conclui que o trabalho de assistentes sociais na educação deve ser

[...] problematizado e construído para incidir diretamente no processo de democratização da escola, seja por meio das políticas de acesso e/ou permanência, seja por meio de ações de cunho socioeducativo com discentes, docentes e comunidade em geral, buscando garantir que grupos historicamente alijados desse direito o usufruam (Dantas, 2020, p. 144).

Já Aud (2017) infere que os/as assistentes sociais priorizam como público os estudantes, mas atendem outros sujeitos como professores/as, responsáveis e servidores/as, com o objetivo de corresponder a demandas dos próprios estudantes. Ferreira (2019) enfatiza a necessidade de assistentes sociais superarem as aparências das requisições institucionais devido sua formação e de se tratar de um profissional que intervém na realidade social de forma crítica

Infere-se, sobre os achados da análise bibliográfica, que há nas produções estudadas uma preocupação voltada para a **necessidade de superar as aparências das demandas para respostas profissionais mais efetivas**. Também se percebe como uma exigência do cotidiano do trabalho nos IFs se atentar às especificidades do público atendido, dada a diversidade existente nessa instituição que promove cursos em diferentes níveis educacionais. Assim como há a indicação de se compreender a percepção que a instituição tem sobre a sociedade, pois ela é parte das relações da sociedade capitalista e, a partir disso, desenvolver resistências internas no intuito

¹⁹ Os serviços sociais, pelos quais os Assistentes Sociais atendem as demandas da classe trabalhadora, são parte da riqueza social produzida pelo trabalho humano. Ela é distribuída entre vários grupos sociais mediante vários tipos de conformações de rendimentos, como o salário pago aos trabalhadores, a renda de latifundiários, o lucro de diferentes tipos de empresas, os juros dos capitalistas e, dentre estes, uma parte dessa riqueza gerada é direcionada ao Estado por meio de impostos e taxas pagos pela população que serão convertidos em serviços sociais e retornarão à população (Iamamoto e Carvalho, 2020).

promover mudanças relativas à democratização da educação na instituição a partir da criticidade profissional.

Foi possível detectar também, nas produções analisadas, a dimensão pedagógica no trabalho profissional de assistentes sociais, em que Aud (2017) salienta que, para além da Política de Assistência estudantil, que acaba por centralizar o trabalho de assistentes sociais, existem outras dimensões que ultrapassam a transferência de renda, como a dimensão pedagógica. Ela contribui para a formação crítica dos estudantes, para o trabalho frente às expressões da questão social, para a garantia do acesso, permanência e gestão democrática, assim como para a qualidade da educação.

Na produção de Silva (2018), os profissionais pesquisados evidenciam a dimensão pedagógica do Serviço Social do ponto de vista emancipatório, quando frisam a garantia de direitos, o estímulo dos estudantes à reflexão sobre a realidade, o fomento à participação política e a criticidade em relação às contradições referentes à política educacional. Ferreira (2019) coaduna com essa ideia quando menciona que os/as assistentes sociais têm a incumbência de trabalhar a participação democrática de forma a promover a valorização da classe trabalhadora e ainda afirma que,

[...] a dimensão pedagógica não pode ser considerada de forma independente das outras dimensões do exercício profissional, ela também influencia as intervenções de natureza técnico-operativa que devem estar permeadas pela dimensão ético-política e nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão (Silva, 2018, p.112).

No entanto, Silva (2018, p. 74) alerta que a função pedagógica do Serviço Social se concretiza mediante a influência da ação profissional no modo de pensar e agir dos/as usuários/as e salienta que essa função pedagógica do/da assistente social pode “[...] reforçar a hegemonia do projeto vigente e/ou a construção de uma contra-hegemonia.” Compreende-se, a partir da análise bibliográfica, que **a dimensão pedagógica do Serviço Social tem um peso muito importante, pois interfere nos diferentes vieses do trabalho profissional e pode contribuir para qualificar as respostas profissionais, assim como fomentar o pensamento crítico nos/as usuários/as do serviço.**

Outra dimensão detectada, mediante análise bibliográfica, volta-se para o viés burocrático da profissão. Aud (2017) salienta que, no trabalho de assistentes sociais, a dimensão burocrática se expressa, por exemplo, quando o/a profissional luta por

recursos para a universalização dos auxílios estudantis, para que o edital tenha informações compreensíveis, que garanta o processo democrático de forma a ampliar acesso e permanência. Detecta ainda que não há um único instrumento no IFSP para sistematizar atendimentos e demais atividade e também não há uma metodologia para desenvolver o trabalho, o que o autor entende que, de certa forma, concede alguma autonomia aos profissionais. O único processo que possui um instrumento de pontuação é voltado para as análises socioeconômicas do processo seletivo do programa de Assistência estudantil que foi demandado pelo coletivo de assistentes sociais para facilitar o trabalho e reduzir burocracias e, por consequência, a intensificação. Corroborando com Aud (2017), obteve-se a colocação de uma participante da pesquisa empírica acerca da necessidade de sistemas que contribuam com o trabalho profissional:

Assistente social 25 - A dificuldade de armazenamento dos requerimentos e documentações dos estudantes para os auxílios estudantis (que em razão da pandemia passaram a ser no formato on-line), no *Campus* em que estou inserida não há um sistema específico para tal. Considero nesse ponto a importância da tecnologia para desburocratizar processos de trabalho. Por exemplo, a evolução de atendimentos realizados e da prática profissional como uma forma de elaborar registros é um importante instrumento para reflexão socioinstitucional e mediação entre teoria e prática profissional. Porém, dentro da realidade cotidiana, a burocratização e demandas excessivas de trabalho tornam a sistematização um desafio.

Com a exposição acerca da inferência de Aud (2017), obra selecionada para análise bibliográfica deste estudo, e do dado obtido mediante a pesquisa empírica, evidencia-se uma contradição. Aud (2017) afirma que a inexistência de um instrumento único para a sistematização de atendimentos na instituição promove uma certa autonomia profissional. No entanto, sem um instrumento de sistematização de atendimentos que possibilite a mensuração e o estudo das demandas do Serviço Social na instituição, em prol de melhorias para o trabalho profissional, promove-se ações focalizadas em cada *Campus*, o que conseqüentemente não otimiza a comunicação entre os *Campi*, promovendo, em determinados momentos, uma intensificação do trabalho – quando há a necessidade de levantamentos de dados, por exemplo, solicitados por instancias de controle superiores à instituição. Com isso, percebe-se a necessidade de qualificar esses dados institucionais sem promover a intensificação do trabalho e sem prejudicar a autonomia profissional existente.

No processo de análise das produções selecionadas para este estudo, detectou-se também uma tendência descrita em seis (06) obras que colocam na pauta da profissão a educação como direito universal. As autoras Silva (2018), Santos (2019), Pinheiro (2020), Dantas (2020), Gois (2020) e Ferreira (2019) compreendem a necessidade de pautar a democratização da educação. Ferreira (2019, p. 63) explica que a inserção de assistentes sociais nos IFs corresponde ao objetivo de ampliar as possibilidades de acesso e permanência na educação e a intervenção profissional se dá por meio de programas governamentais. Também explica que é fundamental pensar sobre essa inserção profissional com reflexão política acerca da “[...] função social da profissão, na luta pela defesa dos direitos sociais”, no sentido de contribuir para a constituição de uma educação emancipadora. Silva (2018) concorda com essa afirmação, mas salienta que a profissão está subordinada às imposições do capital. Já Dantas (2020) afirma que:

A luta pela Educação enquanto um direito social tem na Constituição Federal de 1988 um marco importante, mas não garante por si só a democratização do acesso e permanência, assim como a sua universalização em todas as modalidades de ensino (Dantas, 2020, p.21).

Compreende-se, a partir da análise bibliográfica, que **a universalização da educação é uma bandeira importante para a profissão que coaduna com o projeto ético-político da categoria** e acredita-se que, juntamente com a dimensão pedagógica mencionada anteriormente, é possível se almejar e promover mudanças. Percebe-se, no entanto, que uma das produções alerta que a profissão se encontra subordinada às imposições capitalistas, o que deve se traduzir num desafio propositivo de resistência no lugar de se tornar uma limitação profissional.

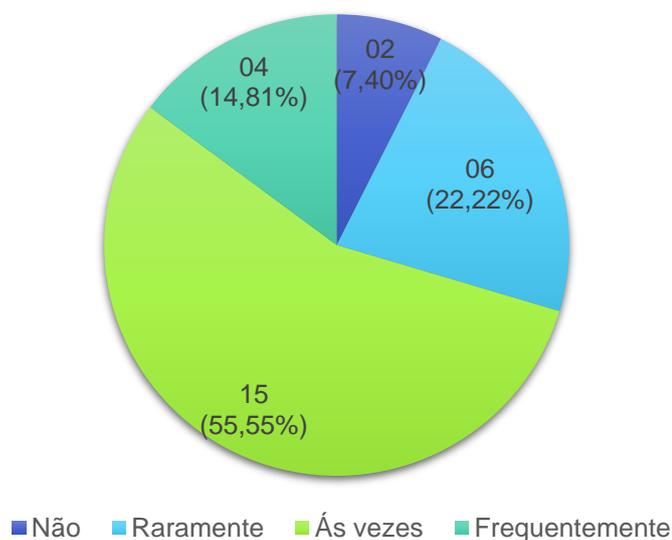
Esse aspecto educacional também remete ao direito à qualificação profissional. Nesta esteira, duas (02) obras apreciadas na pesquisa bibliográfica mencionam a possibilidade do afastamento integral para estudos. Costa (2017) evidencia que há um incômodo entre os profissionais pesquisados em relação à capacitação profissional, pois não conseguem liberação integral ou redução de carga horária de trabalho para cursarem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, embora se tenha este afastamento previsto na Lei 8.112/1990. Ferreira (2019) indica que o IFMT não oferece capacitação em si, porém promove condições aos profissionais para que

busquem sua qualificação profissional, desde que atendam aos critérios preestabelecidos.

Compreende-se este tema como de extrema importância e imerso na contradição das carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação, pois o **afastamento de um profissional causa o aumento da intensificação para os/as servidores/as que permanecem, visto que não há previsão, na legislação, de reposição desse profissional por substituição**. Isso gera uma insegurança na possibilidade da efetivação da qualificação profissional quando o cargo é único na unidade acadêmica, como é o caso da grande maioria dos/as assistentes sociais. Assim, para a efetivação do direito à qualificação, sem a possibilidade de substituição, a equipe multiprofissional assume a sobrecarga da ausência daquele profissional; porém, para as atribuições privativas, nos casos de cargo único, há a necessidade de outro profissional de mesmo cargo de outra unidade acadêmica se responsabilizar, o que é extremamente contraditório e injusto. Trata-se de um sistema que penaliza para conceder direitos.

Ainda dentro da qualificação profissional, foi possível aferir, mediante a pesquisa empírica realizada para este estudo, a questão da oferta de espaços formativos pelas instituições e detectou-se que 44,40% (nº12) das assistentes sociais pesquisadas indicam que raramente o Instituto Federal proporciona espaços formativos específicos para a categoria, 40,70% (nº 11) indicam que somente às vezes esses espaços são oportunizados e 14,80% (nº 04) apontam que não há a viabilização de espaços formativos. Quando se direcionou a pergunta sobre espaços formativos, para as equipes multiprofissionais da assistência estudantil, 55,60% (nº 15) referem que às vezes estes espaços são proporcionados, 22,20% (nº 06) mencionam que raramente existe essa oportunidade, 14,80% (nº 04) indicam que acontece frequentemente e 7,40% (nº 02) afirmam a inexistência desses espaços como demonstra o Gráfico 6 que segue.

Gráfico 6 – Percepção de assistentes sociais dos IFs do RS, respondentes da pesquisa empírica, sobre a instituição proporcionar espaços formativos para as equipes de assistência estudantil



Fonte: gráfico elaborado pela autora (2024).

Nesta questão sobre espaços formativos, também foi possível aferir as principais áreas, na perspectiva de educação permanente, em que as assistentes sociais pesquisadas entendem necessitar ampliar seus conhecimentos para o exercício do trabalho profissional. Assim, detectou-se que 85,20% (nº 23) indicam necessitar de aprofundamento nas singularidades dos estudos socioeconômicos, 81,50% (nº 22) sugerem que o trabalho com famílias deve ser alvo da educação permanente, 77,80% (nº 21) entendem que o tema voltado para abordagem grupal seria importante e 74,10% (nº 20) compreendem necessitar de espaço formativo voltado para planejamento, monitoramento e avaliação. Outros temas caros para o Serviço Social também apareceram, como fundamentos do Serviço Social, educação emancipadora e trabalho interdisciplinar, entre outros, que podem ser visualizados no Gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 – Saberes necessários para o exercício da profissão indicados pelas assistentes sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica



Fonte: gráfico elaborado pela autora (2024).

Inferese, a partir dos dados obtidos mediante a pesquisa empírica, que **há necessidade de qualificação profissional, mas a maioria das assistentes sociais respondentes da pesquisa não percebem muita movimentação por parte das instituições pesquisadas**. Ainda se detecta que a maior demanda para qualificação é voltada para os estudos ou análises socioeconômicas, o que se evidencia como uma contradição, já que este tema é amplamente debatido no sentido de ser ou não atribuição específica da categoria, tema que será aprofundado na sequência desta dissertação.

Identificou-se, também, uma tendência de extrema relevância que foi mencionada por três (03) produções das nove (09) estudadas. Trata-se da detecção da ausência de planos ou projetos de trabalho/intervenção profissional. Dantas (2020) percebe a ausência de planos de trabalho como algo que reafirma o lugar de executor terminal de políticas sociais devido à falta de planejamento para outras atividades que não sejam voltadas para os auxílios estudantis. Santos (2019) infere que existe uma maior necessidade de articulação da categoria na instituição que pesquisou, com posicionamentos coletivos assim como a construção do Plano de Trabalho, no intuito

de diminuir aos embates políticos com gestores e conselhos, e os diversos questionamentos realizados por auditorias na instituição. Ferreira (2019, p. 101) detecta que os/as profissionais pesquisados/as “[...] reconhecem a necessidade de elaborá-lo para evitar que se prendam em demandas cotidianas e não avancem no desenvolvimento de outras ações profissionais.”

A partir desta tendência, é possível inferir a **necessidade de os coletivos de assistentes sociais se encontrarem com certa periodicidade para pensar o trabalho profissional em conjunto** e pensar medidas para os desafios encontrados no cotidiano, inclusive mediante a confecção do plano de trabalho. No entanto, em face dos dados obtidos via pesquisa empírica, identificou-se que que do total (nº 27=100%) de assistentes sociais participantes desse estudo, 25,92% (nº 07) conseguem se reunir a cada 2 ou 3 meses, 25,92% (nº 07) a cada 4 ou 6 meses, 11,11% (nº 03) apenas uma vez ao ano, 11,11% (nº 03) indicam que, após a pandemia, reúnem-se sem muita regularidade, 11,11% (nº 03) informam que as reuniões acontecem de acordo com a necessidade, dependendo da demanda, 11,11% (nº 03) das respondentes indicam que nunca se reúnem e apenas 3,70% (nº 01) indicam que se reúnem mensalmente.

Esses dados da pesquisa empírica corroboram com os achados da pesquisa bibliográfica no que concerne a dificuldade de categoria se encontrar e, por consequência, da realização de planejamentos coletivos. No entanto, é importante salientar que, embora as reuniões não sejam muito frequentes ou até não aconteçam, os planos de trabalho podem ser realizados de forma individualizada, levando em consideração as especificidades de cada unidade administrativa. É evidente que o plano de trabalho coletivo tem mais peso, mas há a necessidade de se começar por algum lugar. A constituição de planos individuais poderia funcionar como um impulsionador para discussões no âmbito coletivo e, logicamente, fomentar a construção do plano de trabalho conjunto. Também se verifica que a sobrecarrega de trabalho leva os/as profissionais para um caminho de ações imediatistas e tecnicistas, sem a devida crítica e planejamento, o que pode corroborar com o processo de precarização do trabalho. Além disso, a distância pode ser um impedimento de reuniões mais próximas, pois, como já foi visto anteriormente, a maioria dos/as profissionais trabalha sozinho/a em cidades diferentes.

Há ainda um viés importante de se mencionar. Vivemos na era da tecnologia da informação e comunicação, como já foi abordado anteriormente; no entanto ela é

mais mencionada no sentido de promover uma intensificação laboral, porém é possível não demonizar toda e qualquer tecnologia que venha a surgir no trabalho profissional de assistentes sociais. A tecnologia pode e deve promover facilidades para a categoria, em diversos aspectos, incluindo reuniões online, que não produz ônus financeiro nem temporal em relação ao deslocamento. É de suma importância que a categoria possa colocar em discussão o planejamento do seu trabalho profissional, a justificativa de que não há tempo para isso coloca a categoria como meros executores sem crítica. **Compreende-se que a construção do plano de trabalho profissional poderia contribuir para um direcionamento mais nítido dos elementos que constituem o trabalho de assistentes sociais como uma estratégia potente e relevante.**

A construção de um plano de trabalho facilita no reconhecimento do que compete ao próprio profissional, rompendo com uma característica que acaba por contribuir com a desqualificação profissional que ocorre quando os/as assistentes sociais introjetam o projeto institucional como sendo o seu plano. O projeto da instituição faz parte do conhecimento que deve ser considerado para a construção do plano de trabalho, porém não limita o que a profissão tem a oferecer. Ainda pela perspectiva institucional, a apresentação do plano de trabalho viabiliza maior compreensão acerca da profissão em si (Couto, 2009).

[...] o projeto profissional é um importante instrumento para o trabalho com outros profissionais, quando houver, e também de balizamento do entendimento da profissão pela instituição que contrata. O projeto de trabalho deve compor as normas de regulação instituída, ser um elemento presente nas negociações, no espaço sócio-ocupacional. Ao apresentar o projeto de trabalho, o assistente social estabelece parâmetros importantes da relação profissional dentro da instituição em que trabalha (Couto, 2009, p. 03).

A partir de todo o exposto, percebe-se que as tendências das produções analisadas sobre a categoria trabalho, assim como os achados da pesquisa empírica, giram em torno da precarização, intensificação, carga horária, objeto da profissão, respostas profissionais e planos de trabalho, assim como a luta pela universalização da educação. Também é possível destacar que todos os **autores das obras analisadas utilizam o termo “Assistência estudantil” ou “Política de Assistência estudantil” como sinônimo de auxílio estudantil financeiro.** Entende-se que as Políticas de Assistência estudantil mencionadas nas obras analisadas são institucionais, ou seja, cada IF tem a sua com base no PNAES e são mais abrangentes

do que o auxílio estudantil em si – elas indicam o caminho para que as equipes promovam ações em prol da permanência e êxito dos estudantes, promovendo direitos e lutando pela emancipação dos/as usuários/as, independentemente de utilizarem ou não o repasse de recursos financeiros.

O PNAES busca a promoção de diversas ações, que vão além do repasse de verbas diretamente aos estudantes e que, facilmente, percebe-se que ultrapassam os limites escolares/acadêmicos, tais como ações pedagógicas, psicológicas e de cunho social. O Auxílio estudantil financeiro é apenas um viés da Assistência estudantil.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados [...]

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I – moradia estudantil;

II – alimentação;

III – transporte;

IV – atenção à saúde;

V – inclusão digital;

VI – cultura;

VII – esporte;

VIII – creche;

IX – apoio pedagógico; e

X – acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

O Art. 3º do PNAES descreve ações que devem, necessariamente, receber o incremento financeiro, com o repasse direto ao estudante, mas também traz a indicação de ações que extrapolam esse aspecto, como quando menciona acesso, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades específicas que requerem das equipes grande mobilização em favor da inclusão social, que é uma luta constante, importante e possui muitas resistências, com necessidade de intervenções com grandes grupos que vão de estudantes a servidores e comunidade em geral. Essa é uma das lutas mais relevantes que as equipes de Assistência estudantil levantam diariamente e que não deve ser minorizada pelo uso indiscriminado do termo Política de Assistência estudantil como sinônimo do auxílio estudantil, pois isso reduz o Plano Nacional e a Política Institucional, criada a partir dele, a apenas uma ação, o que, conseqüentemente, também reduz o trabalho de assistentes sociais e descaracterizam outras profissões que trabalham nesta política.

4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SERVIÇO SOCIAL

A educação, na sociedade capitalista, está em disputa. Deste modo, também a Assistência estudantil, que é um braço da educação, tem na sua história reflexos oriundos dessa relação. O público e a forma de interpretar a política da educação se configuram como movimentos contínuos que transformam as ações da Assistência estudantil ao longo da história.

A Assistência estudantil tem seu início em 1928 (século XX), surgindo como uma estratégia para sanar as dificuldades de permanência de filhos da elite brasileira na França, com a criação da Casa do Estudante brasileiro em Paris. Ou seja, a Assistência estudantil foi criada para atender as classes mais abastadas da sociedade brasileira. Porém, no governo Getúlio Vargas (1930 a 1945), quando a Política de Educação passa a ser reconhecida como um direito, é instituída a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, onde constam medidas para o auxílio aos estudantes pobres. Em 1940, a Assistência ao Estudante passa a abarcar todos os níveis de ensino e, em 1961, a LDB menciona a *Assistência Social Escolar* como um direito. Com a criação das universidades federais, entre 1950 e 1970, as classes mais baixas passaram a ter algum acesso ao ensino superior, gerando demandas específicas desse público que saíam de seus municípios para as capitais em busca de formação acadêmica. Neste momento, iniciam os movimentos estudantis, as lutas e reivindicações, que levaram as universidades a se responsabilizarem pela manutenção de algumas necessidades básicas de estudantes que não possuíam recursos (Imperatori, 2017).

O Ministério da Educação e Cultura, em 1970, agrega em sua estrutura o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE/MEC), que implantou programas de Assistência estudantil diversos, abarcando alimentação, moradia, assistência à saúde e bolsas com e sem contrapartida laboral. Em 1980, ocorre um retrocesso na linha evolutiva da Assistência estudantil quando o DAE/MEC é extinto e, com isso, as ações passam a ser fragmentadas, pulverizadas, escassas e, ainda, marcadas por um viés clientelista. Em 1988, a Constituição Federal foi instituída e ela reconhece a educação como um direito social, porém a assistência estudantil fica de fora, sendo regulada anos depois. Ainda vale destacar a criação de entidades que lutavam, e ainda lutam, pela consolidação e ampliação dos direitos estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes

(SENCE), criada em 1987, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), fundado em 1987 e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), criada em 1989 (Imperatori, 2017; Neto, 2008).

Após este percurso histórico, a Assistência estudantil teve suas atividades regulamentadas a partir da implementação do PNAES, mediante o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Este Decreto visa ampliar as condições de permanência dos estudantes, inicialmente na educação superior pública federal, porém abrange os Institutos Federais por meio do Artigo 4º que considera as especificidades da instituição e as necessidades identificadas por seu corpo discente. Aqui, cabe lembrar dos diferentes níveis de educação que os institutos ofertam; logo, o PNAES abrange a educação básica dos IFs para além da educação superior.

O PNAES especifica que a ampliação das condições de permanência permeia ações de assistência estudantil voltadas para proporcionar a igualdade de oportunidades, a melhoria do desempenho acadêmico, democratizar a permanência, minimizar os efeitos da desigualdade, reduzir a retenção e a evasão, promover a inclusão, incluindo aqui ações preventivas em situações decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Importante salientar que estão inclusas, no PNAES, ações de cunho universal, caracterizadas como ações para todos os estudantes em prol da sua permanência, bem como a previsão de ações voltadas para o repasse financeiro direto aos estudantes que comprovem a situação socioeconômica compatível com as prioridades do programa com o intuito de subsidiar as despesas escolares de forma a contribuir para a permanência e conclusão do curso com êxito.

A partir desta regulamentação, percebe-se que a abrangência da Assistência estudantil compreende várias áreas que devem se articular com o intuito de garantir uma proteção social mais ampla aos estudantes – desde os direitos humanos, alimentação, saúde, moradia, acompanhamento de necessidades específicas, pedagogia, formação, transporte e recursos financeiros. O decreto ainda garante certa autonomia na construção e execução das ações, regulando basicamente o que deve fazer parte do conjunto de ações desse setor, o que vai resultar em diferentes formas de oferta dos mesmos serviços, em distintas instituições (Imperatori, 2017).

Na pesquisa bibliográfica realizada para este estudo, identificou-se que sete das nove obras – sendo Silva (2018), Aud (2017) Ferreira, Lourenço e Farias (2019) Costa (2017), Santos (2019), Ferreira (2019) e Dantas (2020) – conceituam

Assistência estudantil como parte de um conjunto de ações com o intuito de promover condições para fomento do acesso igualitário, da permanência estudantil e conclusão com êxito dos estudos, contribuindo com a queda das taxas de evasão. Costa (2017) ainda indica que esse conceito também abrange o objetivo de alcançar a redução das desigualdades sociais e da inclusão social por meio da educação. Ferreira, Lourenço e Farias (2019, p. 11) destacam que a Assistência estudantil contribui com vários valores institucionais, tais como “[...] acessibilidade e inclusão social, valorização das pessoas, cidadania, justiça social, ética e transparência, respeito à diversidade, responsabilidade social e solidariedade.”

Sobre a amplitude da Assistência estudantil, que se compreende fazer parte da composição conceitual, Ferreira (2019) e Silva (2018) indicam que a assistência estudantil abrange a inclusão social, uma formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Costa (2017, p. 140) ainda registra que “a formação e a permanência dos discentes na instituição deve se dar de forma qualificada, em que os estudantes possam dispor de meios que proporcionem o seu desenvolvimento nas várias dimensões da vida.” Indicando, ainda, que a Assistência estudantil deve atentar para a formação humana social e política e que a formação não deve acontecer somente dentro da sala de aula, mas em diferentes atividades que contribuam para o pleno desenvolvimento humano com criticidade, protagonismo político e autonomia. Santos (2019) afirma que a amplitude da Assistência estudantil é um elemento importante e que é parte constituinte da política da educação, promovendo a superação das contradições sociais e viabilizando direitos.

No entanto, Silva (2018) salienta que a assistência estudantil possui um estigma proveniente do senso comum que compreende as ações do setor, que não tem o propósito direto de inserir o estudante no mercado de trabalho, como “[...] filantropia ou paternalismo, alimentando a ‘preguiça’ e a ‘vagabundagem’. Ou seja, são ações que não são ancoradas na meritocracia e não há contrapartida laboral dos estudantes contemplados nos programas para a instituição” (Silva, 2018, p. 39-40).

Sobre a questão da meritocracia, Gois (2020) explicita que os programas de transferência de renda sofrem pressão para considerar critérios de produtividade dos estudantes para manutenção dos auxílios estudantis. Ou seja, para além da

frequência, que é exigida e regulamentada pelo PNAES, existe a pressão para cobrar notas e/ou uma contrapartida laboral na instituição.

Desse modo, infere-se que, **nas produções do Serviço Social analisadas, os conceitos expostos corroboram as diretrizes do PNAES e a visão de educação que os IFs possuem**, com seus princípios orientadores de um processo educacional inclusivo e emancipatório. Inclusive, percebe-se, mediante a amplitude das suas ações, que **a Assistência estudantil dos IFs possui um peso importante na formação dos estudantes**, pois abrange diversos aspectos que permeiam suas vidas escolares/acadêmicas. No entanto, existem pressões que cercam as ações da assistência estudantil, que a envolvem em estigmas, que são obviamente **pensamentos regados de princípios neoliberais e meritocráticos que questionam as ações da assistência estudantil sem contrapartida laboral**, apontando para os/as usuários/as da assistência estudantil como usurpadores de recursos públicos, no lugar de cidadãos com direito ao usufruto daquele programa.

Vale ressaltar que as “Bolsas com contrapartida laboral” se referem ao auxílio financeiro em troca de trabalho na instituição. Compreende-se este tipo de auxílio como algo deslocado do conceito de assistência estudantil, pois o recurso destinado para esta finalidade é atrelado às condições descritas no PNAES, que não cobra nada além da frequência escolar/acadêmica para o pagamento do auxílio estudantil financeiro.

A contrapartida laboral também é um meio de intensificar a vida escolar/acadêmica dos contemplados que, além de promover a evasão, acaba sendo um mecanismo que leva o estudante a compreender, equivocadamente, que tem culpa por necessitar do auxílio e a forma de *pagar* o recurso recebido, através do trabalho, configura-se em uma punição. É importante destacar que não se está falando aqui de Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão, com projetos cadastrados previamente e que promovem atividades pedagógicas, que são parte do percurso formativo de estudantes, além de o recurso para pagamento das bolsas ser proveniente de outra rubrica financeira diferente da que é especificada para o PNAES, com a composição de critérios diferentes para sua manutenção.

Cabe ressaltar que os serviços sociais, pelos quais os assistentes sociais atendem as demandas da classe trabalhadora, são parte da riqueza social produzida pelo trabalho humano. Ela é redistribuída entre vários grupos sociais mediante vários tipos de conformações de rendimentos, como o salário pago aos trabalhadores, a

renda de latifundiários, o lucro de diferentes tipos de empresas, os juros dos capitalistas e, dentre estes, uma parte dessa riqueza gerada é direcionada ao Estado, principalmente por meio de impostos e taxas pagos pela população, que serão convertidos em serviços sociais e retornarão à mesma. (Iamamoto e Carvalho, 2020). Logo, os repasses financeiros por meio de auxílios estudantis são parte da riqueza social produzida por toda a população, incluindo os próprios estudantes e/ou seus familiares, não cabendo nessa seara a cobrança de nenhum pagamento ou ressarcimento em troca do auxílio estudantil. Essa é uma visão meritocrática proveniente do pensamento neoliberal que tem uma percepção reducionista das políticas sociais.

Para Costa (2017) e Dantas (2020), a assistência estudantil deve ser considerada como um direito que deve proporcionar a efetivação da educação também como um direito. Elas salientam que uma política de assistência estudantil não deve limitar suas ações à população de baixa renda, buscando se ancorar nos princípios da universalidade dos direitos. Santos (2019) indica que a assistência estudantil supera as ações subsidiadas com recursos financeiros destinados para repasse aos estudantes, que envolve diferentes profissionais no dia a dia institucional, desde docentes à equipe técnica, que extrapola a equipe da assistência estudantil. Afirmativa que é ratificada por Pinheiro (2020) quando este indica que a assistência estudantil supera a ideia de transferência de renda. Já Ferreira, Lourenço e Farias (2019) lembram que o Programa Socioassistencial Estudantil (auxílio estudantil) promove a frequência escolar em comparação com os estudantes que não o recebem.

Dantas (2020) afirma que há um duplo reducionismo na Assistência estudantil, sendo o primeiro a restrição da Assistência estudantil à execução do Programa de Auxílio para permanência e o segundo seria a priorização de atividades burocrático-administrativas que acabam simplificando o trabalho profissional de assistentes sociais, pois estas consomem tempo e energia dos/as Profissionais.

Constata-se, com isso, que existe uma **preocupação nas produções analisadas sobre a assistência estudantil ser reduzida ao escopo de repasse financeiro** que são destinados aos estudantes de baixa renda, ou seja, seria o processo de redução da assistência estudantil à bolsificação²⁰ seletiva em detrimento

²⁰ Bolsificação é um termo que remete a ação de monetizar as políticas sociais, em detrimento da universalização das mesmas (Cislighi e Silva 2012).

da universalização das ações. Embora se compreenda a importância dos programas de repasse financeiro, **existem ações, como mencionado anteriormente, que ultrapassam este ponto nevrálgico e são igualmente importantes no percurso formativo dos/as usuários/as da assistência estudantil que, cabe lembrar, não compreendem apenas estudantes de baixa renda.** No entanto, de fato, este é um ponto sensível, pois os **processos referentes aos auxílios estudantis tomam grande parte do tempo do Serviço Social**, como é possível perceber na seguinte fala, proveniente da pesquisa empírica realizada para este estudo:

Assistente social 10 – A demanda criada ao longo dos anos para os assistentes sociais da rede federal, vinculada à avaliação socioeconômica, tornou-se insana. As equipes não aumentaram, apenas o trabalho se avolumou. Associado a isso, o público atendido pela instituição é cada dia mais afetado pelas expressões das desigualdades sociais.

É a partir das análises socioeconômicas que são distribuídos os auxílios estudantis nos IFs e é possível verificar, no Quadro 3, exposto a seguir, o número de auxílios oriundos do PNAES distribuídos pelos setores de assistência estudantil em 2021. Verifica-se que, no IFSUL, o total de auxílios estudantis somam 39.103, enquanto no IFRS fica em 14.429 e no IFFAR o total é de 4.207. Essas discrepâncias nos totais de auxílios estudantis ofertados devem levar em conta que eles são distribuídos com diferentes configurações de valores e nomenclaturas, a depender da organização de cada instituição/unidade. Por exemplo, no IFSUL um mesmo estudante pode ser contemplado com nove (09) tipos de auxílio no mesmo ano, enquanto no IFRS o Auxílio Permanência abrange seis (06) tipos diferentes de auxílios do IFSUL, são eles: Auxílio Alimentação, Auxílio Bolsa Única, Auxílio Emergencial, Auxílio Emergencial Temporário, Auxílio Material Escolar e Auxílio Transporte. É importante ressaltar que o público atendido pelos auxílios estudantis também é foco de ações universais da assistência estudantil; logo, o número de auxílios não corresponde ao número do público, nem mesmo ao número de atendimentos/acompanhamentos realizados no decorrer no ano.

Quadro 3 – Descrição e nº de Auxílios Estudantis por Instituto Federal localizado no Estado do Rio Grande do Sul*

Instituto federal	Descrição dos tipos de auxílio estudantil fornecidos	Nº de auxílios concedidos/vigentes em 2021
IFSUL	Auxílio Alimentação, Auxílio Bolsa Única, Auxílio Emergencial, Auxílio Emergencial Temporário, Auxílio Inclusão Digital, Auxílio Material Escolar, Auxílio Moradia, Auxílio Transporte.	39.103
IFRS	Auxílio Permanência, Auxílio Moradia, Kits Alimentação, Auxílio inclusão digital (distribuídos em 2020, porém vigentes em 2021)	14.429
IFFAR	Kits Alimentação, Auxílio Emergencial, Auxílio atleta, Auxílio eventual, Auxílio inclusão digital	4.207

Fonte: quadro elaborado pela autora (2024).
 * Em relação à descrição e nº de auxílios estudantis alerta-se para o fato de que um mesmo estudante pode receber mais de um tipo de auxílio estudantil concomitantemente na mesma instituição.

Ainda sobre os auxílios estudantis, Silva (2018), Ferreira (2019) e Gois (2020) indicam que a assistência estudantil está ancorada em ideais neodesenvolvimentistas. Ferreira (2019) afirma que a contrarreforma promoveu um sucateamento das políticas educacionais, resumindo-as em ações paliativas através de programas que possuem critérios muito específicos, dificultando o acesso dos estudantes e, no lugar de promover a inclusão, acaba por excluir. Gois (2020) concorda com essa afirmação quando indica que há uma diminuição do escopo da assistência estudantil que acontece atrelada à monetarização e bolsificação em detrimento da universalização, pois os critérios para seleção para ações de transferência de renda *impõem* um recorte da pobreza; logo, não é uma política universal e não chega a atender nem mesmo todos que precisam.

Silva (2018), Santos (2019) e Dantas (2020) também levantam essa discussão sobre a seletividade e focalização das ações da Assistência estudantil. No entanto, Dantas (2020) indica que este assunto é uma polêmica, pois "[...] o Decreto define um público prioritário, mas não exclusivo para as ações de assistência estudantil, ficando a cargo das instituições e suas equipes de assistência estudantil discutirem [...]" acerca dos rumos a serem seguidos.

A partir dos achados da análise bibliográfica, compreende-se que **existem diferentes interpretações sobre os critérios de inclusão e exclusão de estudantes nos auxílios financeiros provenientes do PNAES, assim como da**

metodologia utilizada para esta seleção. De fato, de um modo geral, as políticas sociais são atreladas a processos de seleção que são afunilados por critérios bem específicos. Entretanto, há de se fazer uma reflexão acerca do PNAES, que como indica Dantas (2020) e, corroborando com ela, depreende-se que o PNAES não impõe critérios, mas direciona prioridades, deixando a cargo da instituição definir a metodologia. Com isso, compreende-se que existe uma confusão de interpretação na indicação do Decreto como sendo uma exigência e essa interpretação pode fazer diferença na proposição de metodologias de distribuição dos auxílios estudantis.

A exemplo disso, pode-se citar o IFRS, que tem modificado gradativamente a forma de conceder os auxílios estudantis. Foram feitas duas propostas: a última foi construída no final de 2023 e encontra-se ainda em análise, realizada pela Assistência estudantil do *Campus Restinga* para o GTPAE (grupo composto por coordenadores/as das assistências estudantis). Esta proposta se apegua ao fato de que o PNAES não limita o acesso de determinados públicos ao auxílio estudantil financeiro; em vez disso, ele estipula prioridades, o que limita o acesso de fato é o quantitativo de recursos financeiros disponibilizados pelo governo. Esta proposta também destaca que o PNAES não estipula que a forma de seleção deve ser a partir de análise socioeconômica, mas respeita a construção coletiva realizada pelos/as assistentes sociais do IFRS acerca dos processos que fazem parte das avaliações socioeconômicas e explicam:

[...] na nossa compreensão é urgente desmembrar politicamente a demanda institucional financeira por análises socioeconômicas, das exigências legais e das necessidades concretas dos estudantes que sofrem com as expressões das desigualdades sociais de ações pedagógicas. E a partir disso, é possível repensar o lugar desse fazer na instituição, bem como, a partir dessa mudança de perspectiva, subverter a lógica bolsificadora a que as assistências estudantis estão submetidas hoje no IFRS.

As análises socioeconômicas passariam a ser destinadas a situações excepcionais, definidas pelos próprios profissionais para casos específicos necessários ao contexto educativo, senão totalmente desvinculadas do recurso financeiro, pelo menos não condicionadas diretamente à distribuição massiva deste. (IFRS, 2023, p. 07).²¹

A partir dessa reflexão, a proposta realizada passa a utilizar o Sistema de Auxílios Estudantis como a principal ferramenta para a classificação dos estudantes. Este sistema foi constituído a partir de várias iniciativas profissionais de servidores/as

²¹ IFRS, Assistência estudantil do Campus Restinga. **Proposição de Nova da Metodologia de Concessão do Auxílio Permanência.** Trabalho técnico não publicado. Porto Alegre, 2023.

e contou com a contribuição de uma construção coletiva e técnica dos/as assistentes sociais do IFRS para definição de critérios a serem analisados. Na sequência, o Serviço Social, de forma eletiva, realizaria análises somente das discrepâncias observadas pelo/a próprio/a profissional da seguinte forma: a) nos indeferimentos apontados pelo sistema para garantir a correção de um eventual erro; b) por amostragem, para possíveis constatações de problemas no sistema e; c) em situações demandadas pelos Conselhos Pedagógicos²² (IFRS, 2023).

A lógica dessa proposta diminui drasticamente o número de avaliações socioeconômicas, colocando em pauta as discrepâncias do sistema ou os indeferimentos, ou seja, realizar-se-ia a análise socioeconômica manualmente para o não acometimento de um equívoco de exclusão pelo sistema de estudantes com perfil para serem contemplados com o auxílio. Isso proporciona aos/às assistentes sociais maior tempo para a realização de trabalhos pedagógicos e sociais dentro da instituição, de forma a potencializar o trabalho profissional do Serviço Social, mas sem renunciar ao processo de concessão de auxílios estudantis, que se compreende ser matéria do Serviço Social.

A segunda proposta, que já está em implementação, trata, conforme Ofício nº 099/2023²³, originado também na Coordenação de Assistência estudantil - *Campus Restinga* e direcionado à Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE/PROEN, da busca por uma maior integração entre Políticas Sociais, promovendo a otimização das análises socioeconômicas já realizadas na Política de Assistência Social. Isso resulta na inclusão do público que recebe o Bolsa Família no auxílio estudantil, sem a necessidade de novo crivo institucional e sem o risco de indeferimentos de estudantes que já são contemplados pelos programas do Governo Federal por falta de documentos ou informações. Importante ressaltar que os estudantes que não estão nos programas do Governo podem se inscrever pelo método tradicional. Por consequência, essa nova metodologia de distribuição de auxílios estudantis, além de promover a inclusão social, também desonera a equipe de assistência estudantil e, mais especificamente, os/as assistentes sociais, reduzindo em torno de 25% a

²² Conselhos pedagógicos consistem em reuniões voltadas para a reflexão dos processos de ensino-aprendizagem de cada curso e compreendem os Conselhos de Classe (no nível médio dos cursos integrados ao ensino técnico, em todas as modalidades e cursos concomitantes) e os Colegiados de Curso (no nível técnico subsequente ao ensino médio e nível superior) (IFRS, 2024).

²³ IFRS. Campus Restinga, Coordenação de Assistência estudantil. **Ofício nº 099/2023** - Solicitação de ponto de pauta no GTPAE: vinculação direta do Bolsa Família aos Auxílios Estudantis. Porto alegre. Não publicado. 2023.

demanda por análises socioeconômicas, o que proporciona a possibilidade de abarcar outras dimensões do trabalho que são caras aos estudantes.

Deste modo adverte-se que **a compreensão de cada instituição sobre a interpretação do PNAES pode promover a exclusão ou a inclusão, na medida em que se propõe metodologias de seleção**, a exemplo do IFRS, que passa a considerar novas formas de inclusão no auxílio estudantil em 2023. Isso potencializa o trabalho produzido por outros/as profissionais em outras políticas sociais e possibilita a percepção do auxílio estudantil como uma demanda social, sem deixar que o capitalismo dite as regras de seleção, muito embora ainda seja ele quem dificulte e reduza a distribuição de recursos para as políticas sociais.

Ainda dentro deste escopo, Dantas (2020) e Gois (2020) explicam que o PNAES se trata de um Decreto e não de uma Lei; logo, pode ser revogado a qualquer momento, não sendo também uma política garantida na Constituição Federal, e tem seu orçamento solto, ou seja, não existe percentual mínimo. No entanto, uma notícia recentemente veiculada no site da Câmara dos Deputados pela Agência Câmara de Notícias, no dia 31 de outubro de 2023, informa: “Câmara aprova projeto que cria a Política Nacional de Assistência Estudantil”, ou seja, o projeto da relatora Deputada Alice Portugal torna o Decreto 7.234/10 (PNAES) uma Lei na forma de uma política mais abrangente (Brasil, 2023, s/p).

Logo, infere-se a existência de apreensões nas produções do Serviço Social analisadas sobre a regulação das assistências estudantis ser realizada mediante um decreto que não proporciona estabilidade, ou seja, a depender dos interesses dos governos, um decreto que pode ser revogado, como mencionam Dantas (2020) e Gois (2020). Essa insegurança legislativa também promove a instabilidade dos recursos orçamentários, que não tem percentual mínimo estipulado, sendo este um dos fatores que promove a exclusão de estudantes do auxílio estudantil. No entanto, **a notícia da migração do Programa para uma Política promete novos rumos para a assistência estudantil, com mais estabilidade, mais recursos e ainda mais abrangência**. Talvez, esse seja o momento em que as assistências estudantis possam buscar uma maior coesão em suas ações, no que concerne a oferta de serviços em diferentes unidades acadêmicas, que hoje é heterogêneo, carecendo de maior planejamento conjunto das diferentes unidades.

No que concerne ao planejamento das assistências estudantis, Costa (2017) indica que as assistentes sociais participantes de sua pesquisa o consideram

fragmentado, ou seja, cada *Campus* realiza o seu próprio planejamento. Em algumas unidades outros servidores participam do planejamento para além da equipe da assistência estudantil e, em alguns *Campi*, as ações já chegam prontas para serem executadas, sem prévio debate e sem participação da equipe no planejamento. Há, ainda, casos de profissionais da assistência estudantil que não participam do planejamento por opção.

Quanto às ações serem diferentes em cada *Campus*, Costa (2017) indica que existe essa flexibilização, pois cada unidade tem sua particularidade que pode influenciar no planejamento. Porém, indica que as assistentes sociais pesquisadas valorizam o processo de planejamento das ações da assistência estudantil com a participação de todos os envolvidos com as demandas referentes aos estudantes, incluído os próprios estudantes.

A partir disso, infere-se que **existem diversos aspectos que transcorrem o planejamento da assistência estudantil, que perpassam, inclusive, as relações e a gestão do trabalho, que tensionam os espaços e podem contribuir para prejudicar ou favorecer o planejamento do setor.** No entanto, é de suma importância a realização de planejamentos coletivos, ainda pensando que as equipes das assistências estudantis são multiprofissionais, para que se organize o cotidiano de forma a promover um espaço que potencialize o trabalho profissional específico de cada área e que resulte disso melhores serviços disponibilizados aos estudantes.

No que concerne às equipes multiprofissionais, Aud (2017) indica que, embora as equipes de trabalho das assistências estudantis sejam multiprofissionais, elas possuem dificuldade de trabalhar de forma integrada – com isso, o trabalho se mostra fragmentado. Menciona também a dificuldade de compreensão da amplitude da Política Institucional de Assistência Estudantil, por parte das próprias equipes, onde alguns profissionais de outras áreas compreendem que é algo exclusivo do/a assistente social, o que acarreta desgaste deste profissional, que constantemente precisa se posicionar sobre essa questão.

Costa (2017, p.159) indica que a responsabilidade da equipe de assistência estudantil se trata do atendimento aos estudantes em prol da permanência e conclusão do percurso formativo com êxito. Porém, também constata que "[...] o trabalho interdisciplinar é um desafio, visto que é complexo, pois envolve diferentes olhares para uma determinada situação; envolve diferentes concepções e

entendimentos, provocando debates e discussões até que se alcance um consenso na equipe."

Compreende-se que o **trabalho multiprofissional, quando colaborativo entre as diferentes áreas profissionais, pode enriquecer as respostas profissionais para os/as usuários/as do serviço**, mas, de fato, é um desafio, tendo em vista que muitas vezes em uma mesma equipe é possível ter diferentes concepções sobre educação. Para isso, é necessário que a equipe possa se reunir e discutir sobre as diferentes concepções para promover consensos. Além disso, como mencionado acima, o planejamento das ações da equipe é importante, pois pode contribuir para que os consensos sejam respeitados por todos.

Também foi detectado, mediante análise bibliográfica, como uma tendência das obras selecionadas para a pesquisa empírica a composição das equipes multiprofissionais de assistência estudantil, onde oito (08) das nove (09) obras analisadas indicam os profissionais que fazem parte do setor e identificou-se que os IFs estudados possuem uma gama de profissões/cargos diferentes em sua constituição, conforme demonstra o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 – Composição das equipes de assistência estudantil dos IFs do RS, realizado a partir da análise bibliográfica de teses e dissertações

Cargos/profissões	Autoras/Instituição pesquisada							
	Aud (2017)	Costa (2017)	Dantas (2020)	Gois (2020)	Silva (2018)	Ferreira (2019)	Santos (2019)	Pinheiro (2020)
	IFSP	IFSP	IFSP	IFAL	IFCE	IFMT	IFAM	IFRN
Assistente social	X	X	X	X	X	X	X	X
Psicólogo/a	X	X	X	X	X	X	X	X
Pedagogo/a	X	X	X		X	X	X	X
Técnico/a em assuntos educacionais	X	X	X		EA*	X		
Nutricionista		X		X	X		EA*	X
Enfermeiro/a		X		X	X		EA*	
Médico/a		X		X			EA*	X
Tradutor / intérprete língua brasileira de sinais	X		X			X		
Dentista		X		X	EA*		EA*	
Assistente de alunos					EA*	X		
Auxiliar de saúde bucal				X				
Auxiliar ou técnico/a em enfermagem				X			EA*	
Cozinheiro/a				X				
Fisioterapeutas								X
Operador de máquina e lavanderia				X				
Servente de limpeza				X				
Vestiarista				X				
Educadores/as físicos/as					EA			
Outros profissionais			X					X

Fonte: quadro elaborado pela autora (2024).
* EA - Equipe ampliada a depender da realidade do *Campus*.

Dantas (2020) afirma que a Assistência estudantil do IFSP foi constituída quase que com exclusividade para assistentes sociais, mas na atualidade a composição é com outros profissionais; porém, alerta para uma ambiguidade em que ao mesmo tempo que as assistentes sociais, pesquisadas por ela, entendem a necessidade dessa ampliação de áreas a serem contempladas no setor, ainda reivindicam esse espaço como exclusivo da profissão. Gois (2020) indica que nos *Campi* do IFAL não existe uma homogeneidade na constituição das equipes (alguns inclusive não tem equipe constituída), porém, em algumas unidades, as equipes têm componentes inusitados para além dos que costumeiramente fazem parte das assistências estudantis.

Para adensar a análise deste dado identificado na pesquisa bibliográfica no que se refere à composição das equipes de assistência estudantil, identificou-se, na pesquisa empírica, que 81,48% (nº 22) das respondentes indicam que psicólogos/as fazem parte do setor, 70,37% (nº 19) mencionam pedagogos/as na equipe, 62,96% (nº 17) indicam que suas equipes contam com o cargo de assistentes de alunos e 33,33% (nº 09) têm assistente administrativo. Outras profissões ou cargos são mencionados, como é possível visualizar na Tabela 6 abaixo, que giram em torno de cargos da área da saúde, entre outros incomuns para a assistência estudantil. Chama-se a atenção para o índice de 14,81% (nº 04) das respondentes indicar a existência de outro/a profissional do Serviço Social compondo a equipe.

Tabela 6 – Profissionais/cargos que compõe a equipe de trabalho além das assistentes sociais participantes da pesquisa empírica

Cargos/profissões	Nº de respostas	%
Psicólogo/a	22	81,48
Pedagogo/a	19	70,37
Assistente de alunos	17	62,96
Assistente Administrativo	9	33,33
Enfermeiro/a	6	22,22
Técnico/a em assuntos educacionais	5	18,52
Nutricionista	5	18,52
Assistente social além da participante da pesquisa	4	14,81
Médico/a	4	14,81
Dentista	4	14,81
Auxiliar ou técnico/a em enfermagem	3	11,11
Docente (como coordenador do setor)	2	7,41
Tradutor / intérprete língua brasileira de sinais	1	3,70
Contador/a	1	3,70
Psicopedagoga	1	3,70
Recepcionista	1	3,70
Motorista	1	3,70
Técnico de Tecnologia da Informação (como coordenador do setor)	1	3,70
Técnico em Contabilidade	1	3,70
Servente de limpeza	1	3,70

Fonte: quadro elaborado pela autora (2024).

Infere-se, a partir da análise bibliográfica e da pesquisa empírica, que **as diferentes instituições e unidades administrativas possuem constituições de equipes distintas**. Isso pode indicar necessidades específicas de acordo com cada unidade administrativa, como, por exemplo, quando existe moradia estudantil dentro da unidade acadêmica. Porém, existem setores de assistência estudantil com profissões um tanto inusitadas.

No entanto, mediante achados da pesquisa bibliográfica, descritos no Quadro 4 exposto anteriormente, parece haver um **consenso sobre a necessidade de duas profissões específicas, assistentes sociais e Psicólogos/as, comporem as equipes**, pois elas aparecem em todas as descrições das obras analisadas que mencionam a composição das equipes, assim como também se identifica na pesquisa empírica as duas profissões na maioria das equipes, conforme a Tabela 6 demonstra.

Embora haja a Lei nº 13.935/2019, que trata sobre a inserção dessas profissões na rede pública de educação básica, percebe-se que existe uma cultura institucional de contratar esses/as profissionais, mesmo antes de 2020, data limite para implementação da mesma, pois cinco (05) produções analisadas na pesquisa bibliográfica são anteriores a 2020 e três (03) foram publicadas no ano limite da data de implementação; sendo assim, todas as instituições mencionadas nas obras analisadas já contavam com estas especialidades no quadro funcional. Em relação a categoria profissional Serviço Social, especificamente, já estar presente nessas instituições, pode ser um indicativo da necessidade da presença de profissionais especializados para trabalhar com as diferentes expressões da questão social, que vem se adensando e se revelando dentro das escolas, com necessidade de intervenções específicas.

No que se refere à efetivação do trabalho coletivo em meio a uma equipe multiprofissional, foi perguntado às assistentes sociais participantes da pesquisa empírica se há compartilhamento de informações entre a equipe no intuito de buscar uma visão interdisciplinar de cada caso. Das 27 respondentes, 51,85% (nº 14) apontaram que existe o compartilhamento, indicando que este é um hábito da equipe, 33,33% (nº 09) revelam que nem todas as informações são compartilhadas ou que a troca entre a equipe acontece eventualmente e 7,40% (nº 02) indicaram que não há trocas. Ainda houve 7,40% (nº 02) de respostas sinalizando que esta troca de informações não se aplica para suas realidades; no entanto, não há respostas, na pesquisa empírica efetuada para este estudo, indicando a existência de equipe composta com apenas uma profissional/cargo, evidenciando possíveis fragilidades nas relações de trabalho.

Ainda mediante os dados da pesquisa empírica, dispostos da Tabela 6, evidencia-se que 33,33% (nº 09) das equipes contam com o cargo de Assistente administrativo, indicando a existência de atividades burocráticas no setor e a presença desse cargo pressupõe que exista um planejamento dessas instituições, no sentido

de evitar que os profissionais especializados não sejam cooptados pelas burocracias, no lugar de usufruir melhor suas especialidades. Outro fator proveniente da pesquisa empírica, importante de ser mencionado, deve-se a **quatro equipes serem compostas com dois profissionais do Serviço Social, o que pode indicar que a alta demanda de trabalho para esta profissão começa a ser percebida pelas gestões institucionais.**

Ainda em relação à composição das equipes, foi questionado na pesquisa empírica se a atual conformação é suficiente para as demandas do dia a dia e 48,14% (nº 13) discordam dessa afirmativa, sendo que, cruzando o dado com o número de servidores que fazem parte das referidas equipes de quem discorda, encontramos composições que compreendem de 02 a 09 servidores de diferentes áreas ou cargos. As participantes da pesquisa que concordam em parte com a afirmativa de que a atual equipe é suficiente somam um total de 37,03% (nº 10) e indicam que suas equipes são compostas com no mínimo 05 e no máximo 16 servidores. E quem concorda plenamente com a afirmativa somam 14,81% (nº 04) e indicam uma composição com no mínimo 06 e no máximo 10 componentes na equipe.

Esse dado remete à compreensão de que a **sensação de (in)suficiência da equipe, independe do número de componentes que a compõe**, pode ser influenciada por diversos fatores que incidem sobre o trabalho de uma equipe, como a disponibilidade de realização de um trabalho coletivo e colaborativo que proporcione trocas e construção de consensos. Compreende-se que mais de um profissional da mesma área pode, de fato, dividir demandas específicas e diversas profissões/cargos diferentes podem não se colocar para a realização de demandas específicas da assistência estudantil, ou seja, a equipe pode contar com dezesseis (16) servidores, mas nem todos estão voltados para as maiores demandas do setor e isso interfere diretamente nos resultados desta equipe.

Mediante a inserção de assistentes sociais nas instituições de educação básica e, mais especificamente nos IFs, é indispensável a compreensão de como o trabalho profissional se efetiva de fato, o que será abordado na sequência.

4.1 Atribuições e competências de assistentes sociais na assistência estudantil

A educação pode contribuir para a construção de percepções acerca das relações sociais de forma crítica ou de forma conservadora por meio dos diferentes projetos societários que resultam em políticas educacionais distintas, como visto anteriormente. Com isso, cabe às diversas profissões que se estabelecem no campo da educação se posicionarem frente a estas ambiguidades, assim como o Serviço Social. A categoria profissional de assistentes sociais, mediante seu Conselho profissional, coloca-se contrária à educação utilitarista, que promove a construção de mão de obra de baixo custo e sem crítica, e é a favor de uma educação emancipadora, que promova o desenvolvimento integral dos seres humanos. No entanto, essa é uma disputa diária, cheia de armadilhas pelo caminho e também cabe ao Serviço Social identificar e combater esses subterfúgios com um trabalho profissional crítico, engajado com outras profissões, assim como conhecer suas possibilidades e limites dentro da política de educação.

Dessa forma, é imprescindível que se tenha a nitidez de que é necessário “[...] caminhar no sentido de que a institucionalização de práticas educacionais contra-hegemônicas seja parte de um processo de conquistas e ampliação dos direitos sociais e de fortalecimento de uma dada concepção política de educação” (Almeida, 2007, p. 04). É possível afirmar que a educação, como Política Pública, disseminou amplamente os valores do capitalismo, porém também se tornou, mediante lutas sociais da classe trabalhadora em busca de seus direitos sociais, um importante fator na produção de uma consciência autônoma e coletiva dos trabalhadores. E pensar a inserção do Serviço Social na política de educação requer que se compreenda as contradições das requisições colocadas a este/a profissional (Almeida, 2011).

Com isso em mente, percebe-se que o Serviço Social se inseriu, de forma mais intensa e amadurecida, na política de educação desde a década de 1990, em resposta às demandas institucionais voltadas para a ampliação do acesso e permanência escolar em diferentes modalidades de educação. Esta inserção possui dois vieses que evidenciam a contradição na política de educação: o primeiro tensionado pelos movimentos sociais que buscam a universalização da educação pública e o segundo que se volta para as demandas capitalistas que objetiva a qualificação da mão de obra e a manutenção do *status quo* (CFESS, 2013).

Essa dinâmica contraditória em torno de diferentes projetos societários tem

produzido alguns resultados que se expressam, principalmente, na ampliação do acesso e da permanência escolar mediante programas assistenciais. No entanto, estratégias de expansão do acesso e permanência na educação escolarizada não significam, nem de longe, a universalização do acesso a esta política, se aproxima mais de um desigual aumento em sua escala e, sobretudo, em sua dimensão pública, o que significa dizer que a educação pública está muito distante de ser vista como um direito social. Com isso, é importante destacar que o trabalho de assistentes sociais nessa política não permanece somente nesta seara, embora sejam de suma importância as ações voltadas para acesso e permanência na educação escolarizada. Sem esquecer suas contradições, o Serviço Social tem potencial para um maior alcance dentro da política de educação, como a busca pela garantia da gestão democrática e pela qualidade da educação, indicando sintonia com o projeto ético-político que orienta a profissão (CFESS, 2013).

Para adentrar no campo das atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na educação, é importante levar em consideração que as atribuições privativas versam sobre as prerrogativas, privilégios e direitos de uma dada profissão, enquanto as competências profissionais podem ser exercidas por qualquer profissional. No entanto, se determinadas competências profissionais se referem à matéria específica do Serviço Social, neste caso, logicamente se transformam em atribuições específicas da profissão (Iamamoto, 2012-B), o que possibilita inserções em várias frentes de trabalho. Porém, "Mais importante do que a disputa pelo monopólio das atividades privativas em si mesmas são as respostas profissionais às demandas e requisições do cotidiano institucional [...]" (Raichelis, 2020, p.12), onde se realiza o enfrentamento das expressões da questão social, por meio das políticas sociais, em espaços de trabalho coletivo, ou seja, com a contribuição de outros/as profissionais.

Na análise bibliográfica realizada para este estudo detectou-se uma tendência que sugere a necessidade de maior aproximação com o projeto ético-político da profissão. Aud (2017) indica que as atribuições e competências que direcionam o trabalho profissional de assistentes sociais, independente do espaço ocupacional em que estejam inseridos, são orientadas pelos princípios, direitos e deveres previstos nas regulamentações profissionais. Ferreira (2019) concorda com esta indicação quando alerta que as atribuições e competências profissionais do Serviço Social não se desagregam de uma direção ético-política e Costa (2017, p.150) corrobora com

isso quando salienta que as atribuições e competências profissionais tem o objetivo de "[...] contemplar as requisições institucionais e as demandas dos/as usuários/as, ao mesmo tempo em que não abandonam as premissas dispostas no Código de Ética do assistente social."

Costa (2017) ainda explica que há a necessidade de os/as assistentes sociais compreenderem bem as atribuições e competências da profissão e os limites e possibilidades do campo que estão inseridos/as para a confecção de planos e estratégias de trabalho e, com essas definições, evitar a imposição de atividades que não fazem parte do rol de competências e atribuições profissionais, que por sua vez geram sobrecarga de trabalho. Ela detecta que as profissionais pesquisadas em seu estudo compreendem que existe uma amplitude do trabalho profissional, que vai além da execução de tarefas, compreendendo que fazem parte do escopo das atribuições e competências a elaboração, reflexão, planejamento, articulação e investigação.

Assim, os/as assistentes sociais precisam desenvolver habilidades para compreensão e tradução da realidade, bem como elaborar propostas de trabalho criativo, com o intuito de preservar direitos e ser um/a profissional propositivo em contraponto a ser apenas um/a executor/a. E, para isso, é necessário o rompimento com as atividades meramente burocráticas e de rotina, buscando agir de forma a propor e negociar com a instituição os seus projetos dentro do seu campo de trabalho. Ainda se destaca que é importante ir além das rotinas da instituição, compreender o movimento da realidade, perceber as tendências e possibilidades que podem ser campo fértil para o/a profissional do Serviço Social (Iamamoto, 2012-A).

Dantas (2020) explica que as atribuições e competências indicam a forma de existir das profissões, embasadas em seus regulamentos e diretrizes; no entanto, ocorrem algumas dificuldades na definição delas, pois há um viés voltado somente ao que o profissional deve ou não fazer, sem necessariamente ter relação com as referências do tripé que embasa a profissão, a saber: referência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Assim, torna-se mais importante do que definir atividades que cabem ou não ao Serviço Social verificar como o/a profissional pode colaborar em processos coletivos de trabalho, a partir da especificidade de sua formação. Deste modo, Dantas (2020, p. 229) ressalta que a definição do que de fato é ou não do Serviço Social está associada, fundamentalmente, à concepção "[...] teórico-metodológica e ético-política particular do Serviço Social, articuladas à

dimensão técnico-operativa, garantindo uma forma de agir específica e ampliando as possibilidades de interferir no processo de trabalho coletivo.”

Nesse sentido, salienta-se que a profissão possui diversos desafios, como romper a visão endógena do Serviço Social, buscando alternativas para o exercício profissional, ou seja, os/as profissionais devem ampliar a visão para a percepção de possibilidades dadas na realidade, que não são evidentes, mas podem ser convertidas em alternativas profissionais, de forma a requalificar o trabalho profissional. Ainda é importante frisar a necessidade de romper com as leituras fatalistas e messiânicas presentes no Serviço Social (Escurre e lamamoto, 2020).

[...] uma atitude *fatalista* do processo histórico e, por extensão, do Serviço Social: como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predestinados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-los. Tal visão determinista e a-histórica da realidade conduz à acomodação, à otimização do trabalho, ao burocratismo mediocridade profissional.

Mas é necessário, também, evitar uma outra perspectiva, que venho chamando de *messianismo profissional*: uma visão heróica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social (lamamoto, 2012-A, p. 21, grifo da autora).

As percepções internas (endógenas) do Serviço Social bloqueiam inovações no trabalho profissional e acabam por fomentar percepções ilusórias e sem foco da realidade, conduzindo o trabalho profissional para ações sem efeitos. É necessário olhar para fora do Serviço Social com o objetivo de romper com percepções rotineiras e burocráticas (lamamoto, 2012-A). Para os/as assistentes sociais trabalharem com esta realidade, devem lançar mão do tripé dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que embasa a profissão, pois todas elas juntas constituem a totalidade do exercício profissional. Ou seja, para se adentrar na dimensão técnico-operativa, há que ter ciência que esta não existe sozinha e, muito menos, esgota-se nos instrumentos técnico-operativos, pois incorporaram o conjunto de ações e procedimentos utilizados pelo/a assistente social (Backx, Santos e Souza, 2017).

Aí se encontram, portanto, estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais. Reduzir a dimensão técnico-operativa ao instrumental técnico-operativo significa, portanto, reluzi-la a um estatuto meramente formal, compatível com os ditames da racionalidade burguesa (Backx, Santos e Souza. p. irreg, 2017).

No que tange aos instrumentos de trabalho propriamente ditos, é necessário ampliar o pensamento para abarcar o *conhecimento como um meio de trabalho*, pois, sem ele, o/a profissional especializado não conseguiria efetivar trabalho profissional. Logo, as bases teórico-metodológicas são meios primordiais para o exercício profissional de assistentes sociais, fornecendo subsídios para interpretar a realidade e orientar a ação, ou seja, nesta perspectiva o conhecimento e habilidades adquiridas ao longo do seu processo formativo se tornam parte de seus meios de trabalho (Iamamoto, 2012-A).

Os conhecimentos adquiridos no processo formativo, que resultam na compreensão da totalidade da profissão, das suas dimensões constituintes e das suas possibilidades e limites, levam o Serviço Social a se colocar com segurança frente às adversidades que podem surgir nos diversos espaços de trabalho. Como indica Pinheiro (2020, p.137) em sua pesquisa, que explica que no IFRN houve, por parte dos conselheiros do CONSUP, o *questionamento e modificação* de normativas realizadas por assistentes sociais, que traziam o que é definido por Lei como sendo atribuição privativa da profissão, a saber: “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”, como descrito na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93. Isso resultou em um movimento de reafirmação das atribuições e competências profissionais de assistentes sociais, na direção de realizar uma maior articulação profissional no sentido de organizar posicionamentos deste coletivo e de confeccionar o Plano de trabalho da categoria nesta instituição.

Infere-se, mediante os achados da pesquisa bibliográfica, que **há uma grande inquietação da categoria em delimitar o que são atividades que devem ser direcionadas ou não para o Serviço Social**, o que pode ocorrer devido à dificuldade de outras áreas em compreender bem o que a profissão faz e, disso, surge a necessidade de deter direcionamentos de qualquer natureza para a categoria, no sentido de evitar-se sobrecarga laboral. Outro fator importante, detectado nos achados da análise bibliográfica, é a **preocupação da categoria**, que se compreende muito coerente, de **manter o embasamento do conceito de competências e atribuições privativas atrelado aos fundamentos da profissão** no que concerne o tripé teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Complementando estes achados da pesquisa bibliográfica, buscou-se, mediante a pesquisa empírica realizada para esta dissertação, identificar a percepção

das participantes da pesquisa acerca de quais atividades descritas como típicas do cargo Técnico-administrativos em Educação – assistente social não deveriam ser direcionadas aos/às profissionais que estão lotados/as nas assistências estudantis dos IFs, como demonstrada na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 – Percepção das assistentes sociais dos IFs do RS, respondentes da pesquisa empírica, sobre as atividades descritas como típicas do cargo Técnico-administrativo em Educação – assistente social, como não devendo fazer parte do trabalho desta categoria profissional na assistência estudantil

Descrição típica do cargo Técnico-administrativos em educação – assistente social	nº respostas	%
<p>• Desempenhar tarefas administrativas: Cadastrar usuários/as, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos.</p>	13	48,10
<p>• Coordenar equipes e atividades: Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar e selecionar pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição.</p>	11	40,70
<p>• Articular recursos disponíveis: Identificar equipamentos sociais disponíveis na instituição; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação de discentes; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas.</p>	7	25,90
<p>• Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.</p>	6	22,20
<p>• Nenhuma das opções listadas deveria fazer parte das atividades de Assistentes sociais</p>	4	14,80
<p>• Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.</p>	1	3,70
<p>• Monitorar as ações em desenvolvimento: Acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o/a usuário/a; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos/as usuários/as.</p>	1	3,70
<p>• Utilizar recursos de informática.</p>	1	3,70
<p>• Planejar políticas sociais: Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.</p>	0	0,00
<p>• Pesquisar a realidade social: Realizar estudo socioeconômico; pesquisar interesses da população, perfil dos/as usuários/as, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados.</p>	0	0,00
<p>• Executar procedimentos técnicos: Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição; formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários etc.).</p>	0	0,00

Fonte: Tabela confeccionada pela autora (2024)

A partir da Tabela 7 e da manifestação das participantes da pesquisa empírica deste estudo, dentre todas as atividades descritas como típicas do cargo, **a mais indicada como não sendo parte do trabalho de assistentes sociais na Assistência estudantil somou o total de 48,10% (nº 13) na opção que se refere ao desempenho de tarefas administrativas**, o que coaduna com o achados da pesquisa bibliográfica, mencionado anteriormente, indicando a necessidade de assistentes sociais unirem forças para conquistar o cargo de técnico/assistente administrativo para comporem as equipes de assistência estudantil.

A segunda opção mais indicada como não sendo atividade para o Serviço Social, com 40,70% (nº 11), foi *coordenar equipes e atividades*, que, dentro da descrição, indica sua natureza voltada para os recursos humanos da instituição, atividade que, de fato, não tem compatibilidade com a assistência estudantil. A terceira mais indicada, com 25,90% (nº 07), foi *articular recursos disponíveis* que, como descrito na tabela 7, possui uma gama de atividades que dizem respeito a recursos de várias naturezas. Ainda se obteve 22,20% (nº 06) que indicam que a execução de outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade, associadas ao ambiente organizacional, não caberia entre as atividades da categoria. Isso remete à sensação, descrita anteriormente nos achados da pesquisa bibliográfica, de que as atividades que não têm especificidade nenhuma são direcionadas para o Serviço Social; logo, a indefinição de atividades desta frase remete à maior possibilidade de sobrecarga de trabalho por tarefas rotineiras e burocráticas que não são específicas de nenhuma profissão/cargo; no entanto, na descrição típica de todos os outros cargos, essa frase está presente: não é algo específico para a categoria.

Ainda cabe mencionar, no que se refere à Tabela 7 acima, que 14,80% (nº 04), das participantes da pesquisa empírica, indicaram que nenhuma das opções listadas fariam parte das atividades da categoria – isso pode ser resultado de uma falta de compreensão acerca do enunciado da questão. Além disso, obteve-se uma resposta muito crítica e nítida sobre a descrição típica do cargo e a terminologia utilizada para descrever essas atividades, que expressa uma compreensão importante a ser destacada:

Assistente social 24 – A terminologia utilizada na descrição das ‘atividades típicas’ é muito equivocada, ou, pelo menos, questionável. Conceitualmente também apresenta muitos equívocos, e em algumas situações, sendo antagônico ao projeto profissional do Serviço Social. Há algumas ações que compõem as atividades que certamente não deveriam constar,

especialmente nas atividades que se dão na relação direta com os usuários, como: 'Ensinar a otimização do uso de recursos'; 'organizar e facilitar'; 'informar situações-problema'; 'requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição'; 'recrutar e selecionar pessoal'; e algumas outras. No entanto, penso que as atividades, no geral, podem sim, integrar o trabalho do assistente social no IF, inclusive, algumas tarefas administrativas (desde que não impactem na realização de atividades identificadas como prioritárias).

Infere-se, mediante os dados da pesquisa empírica, que existe, dentre a grande maioria das participantes da pesquisa, uma **nitidez acerca das atividades que fazem parte do trabalho de assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil, assim como existe uma percepção crítica que se volta para a necessidade de atualização da descrição das atividades do cargo**. Também se compreende que existe uma resistência, por parte das assistentes sociais pesquisadas, em aceitar o que está escrito de forma evasiva na descrição típica do cargo, pois isso se traduz em atividades inespecíficas que colaboram para intensificação do trabalho e descaracterização do trabalho profissional de assistentes sociais.

Outra tendência, detectada por meio da análise das obras selecionadas para a pesquisa bibliográfica, refere-se às atividades que fazem parte do rol de atribuições específicas do Serviço Social. Pinheiro (2020) indica, que no IFRN, as atividades vão desde orientar estudantes e familiares, assim como grupos e comunidades; realizar a elaboração de pareceres técnicos, relatórios e estudos; desenvolver e promover ações socioeducativas; participar de comissões, núcleos, conselhos; articular e manter parceria com instituições de assistência e comunidade externa; e participar de projetos de pesquisa e extensão. Ferreira, Lourenço e Farias (2019) indicam que, no IFAM, as atribuições de assistentes sociais giram em torno de realizar orientações, atendimentos e acompanhamentos sociais a estudantes, seus familiares e servidores; incentivar a participação familiar no dia a dia da escola; realizar encaminhamentos institucionais nas situações de risco e de vulnerabilidade social; fazer visitas domiciliares e hospitalares a estudantes e servidores; e desenvolver atividades socioeducativas sobre temas que interferem no êxito escolar.

A partir da análise de conteúdo das produções do Serviço Social, compreende-se que **existem imprecisões com as terminologias “competência e atribuição” dentro da categoria**. Observa-se isso na última produção citada de Ferreira, Lourenço e Farias (2019), em que o termo atribuição é citado para elencar diversas atividades e, dentre elas, há a indicação de competências, como participar de

comissões e projetos ou, ainda, o incentivo de familiares para a participação do contexto escolar ou visitas de qualquer natureza. Essas atividades não são privativas do Serviço Social, portanto são competências que podem ser realizadas por qualquer profissão/cargo e, claro, que a categoria pode e deve realizar, mas não se trata de atividades exclusivas.

É possível destacar algumas atividades realizadas pelos/as assistentes sociais nos IFs, como a participação ativa nos Núcleos de ações afirmativas, atendimentos aos estudantes e suas famílias para orientação social, encaminhamento a rede de serviços, organização de atividades educativas, participação em grupos de trabalhos, comissões e conselhos, supervisão de estágio na área do Serviço Social e planejamento e implementação de projetos. Também são requisições para o Serviço Social discussões acerca da oferta formativa (currículo), relação ensino-aprendizagem, ampliação do acesso, condições para permanência, relações étnico-raciais, diversidade sexual, acolhimento das necessidades educacionais específicas, entre outros assuntos conectados aos processos de ensinagem e à assistência estudantil que constituem a pauta de preocupações de assistentes sociais enquanto profissionais da educação nos IFs (Silva, 2020).

Quando perguntado para as participantes da pesquisa empírica sobre as atividades realizadas no âmbito da assistência estudantil, a atividade mais indicada, com **100% (nº 27) de indicações, foi a Confecção de editais** relativos ao setor, seguida de **96,30% (nº 26) de indicações remetendo ao auxílio estudantil** e, com a mesma porcentagem, seguem as abordagens individuais e encaminhamentos para a rede, como demonstrado na Tabela 8, o que coaduna com os achados da pesquisa bibliográfica, que indica que a principal demanda para assistentes sociais giram em torno dos auxílios estudantis financeiros.

Tabela 8 – Indicação das atividades exercidas na assistência estudantil pelas assistente sociais dos IFs do RS, participantes da pesquisa empírica

Descrição de atividades exercidas por assistentes sociais na assistência estudantil	Nº respostas	%
Elaboração dos editais pertinentes ao setor	27	100,00
Realização seleção de estudantes para o programa de auxílios estudantis	26	96,30
Abordagens individuais com estudantes	26	96,30
Encaminhamentos para a rede de serviços	26	96,30
Ações voltadas para permanência escolar sem repasse financeiro ao estudante	25	92,59
Acolhimento, atendimentos e acompanhamentos sociais	25	92,59
Participação em comissões ou grupo de trabalho na unidade em que trabalha	25	92,59
Elaboração de formulários diversos pertinentes ao setor	25	92,59
Realização de seleção de estudantes por reserva de vagas para ingresso	23	85,19
Realização de abordagens coletivas com família do/a estudante	23	85,19
Realização de abordagens coletivas com turmas ou grupos de estudantes	23	85,19
Realização de registro dos atendimentos realizados	23	85,19
Realização de abordagens coletivas com servidores (em reuniões de equipe)	21	77,78
Participação em Núcleos de ações afirmativas	20	74,07
Participação em reuniões de rede	19	70,37
Organização de atividades educativas	18	66,67
Participação em conselhos de classe	17	62,96
Participação em projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão	16	59,26
Realização de relatórios do trabalho realizado periodicamente	14	51,85
Realização de abordagens individuais com docentes	11	40,74
Realização de ações para o acesso escolar (exceto seleção para ingresso)	10	37,04
Participação em comissões ou grupos de trabalho em nível <i>intercampi</i>	10	37,04
Realização de abordagens individuais com gestores	9	33,33
Participação em colegiados de curso	8	29,63
Supervisão de estágio na área do Serviço Social	8	29,63
Realização de abordagens individuais com técnicos	7	25,93
Coordenação de projeto/s de ensino	5	18,52
Coordenação de projeto/s de extensão	4	14,81
Realização de abordagens individuais com colegas terceirizados	3	11,11
Participação na construção de Planos Pedagógicos de Cursos (PPC)	2	7,41
Coordenação de projeto/s de pesquisa	1	3,70
Participação em conselhos municipais	1	3,70
Realização de visitas em escolas e visitas domiciliares para estudantes	1	3,70
Participação no Conselho de Assistência Social	1	3,70
Assessoria à gestores institucionais e assessoria às equipes multidisciplinares	1	3,70
Confecção de documentos relativos à garantia de direitos e gestão de políticas públicas	1	3,70
Realização de capacitações	1	3,70

Fonte: Tabela confeccionada pela autora (2024).

Dentro das atividades que fazem parte das atribuições e competências dirigidas à categoria, Costa (2017) infere em sua pesquisa que, na Diretoria de Assistência estudantil, na Reitoria, as atribuições e competências giram em torno de subsidiar a gestão e proporcionar suporte aos *Campi*, buscando responder dúvidas, orientar acerca de procedimentos, promover formação para os profissionais que fazem parte

das equipes de assistência estudantil, produzir documentos diversos, como instruções normativas, pareceres e relatórios.

Compreende-se, com isso, que as **atividades que fazem parte do trabalho profissional de assistentes sociais são distintas quando se compara Reitoria e Campus**, no que pese o público direto das ações profissionais também ser diferente. No *Campus* os/as usuários/as são os estudantes e familiares, colegas e comunidade em geral; na Reitoria não há estudantes a serem atendidos diretamente, embora os resultados do trabalho realizado os alcancem. Na Reitoria, as atividades encontram-se na seara do assessoramento da gestão e das equipes, ou seja, para que o trabalho na ponta (*Campus*) seja efetivado com qualidade, há a necessidade de assessoramento que viabilize os meios para a realização de um trabalho bem embasado e coerente.

Costa (2017) afirma que é competência de assistentes sociais as ações dirigidas para a orientação e socialização de informações aos estudantes e seus familiares, buscando uma maior aproximação da compreensão dos seus direitos e de como os exercer, assim como instigar reflexões para o exercício da análise e criticidade diante da realidade vivenciada nesta sociedade. Ainda explica que os/as assistentes sociais pesquisados/as indicam, como competências e atribuições, a elaboração de projetos, o manejo de sistema informatizado específico da assistência estudantil, o incentivo à participação democrática nos processos decisórios da instituição, bem como o suporte às entidades estudantis. Afirma, também, que o **Serviço Social passa a ter a concepção de uma profissão que realiza planejamento, avaliação, gestão, controle de recursos, atividades socioeducativas, ou seja, extrapola as ações de seleção e concessão de benefícios financeiros.**

Ainda se salienta o que Costa (2017, p.98) infere sobre a importância de os/as assistentes sociais realizarem o planejamento das ações no âmbito educacional para efetivá-lo como um direito, pois, com isso, tem-se a possibilidade de alcançar recursos (materiais e humanos) para agir em conformidade e comprometimento com os interesses dos estudantes. Aqui, está inclusa a possibilidade de construir ações alternativas que venham a superar a administração dos benefícios estudantis pecuniários, pois outras ações são tão importantes quanto os auxílios estudantis para a formação integral dos estudantes, "[...] como campanhas socioeducativas, rodas de conversas temáticas, trabalhos com famílias, ações de extensão institucional e

atividades de formação política." A autora indica, ainda, que o planejamento é essencial para o trabalho de assistentes sociais, pois proporciona a identificação, na realidade institucional, das fragilidades e possibilidades que podem interferir no alcance dos objetivos que são propostos pelas políticas, programas e serviços sociais.

Silva (2018) ratifica essa afirmativa, explicando que o planejamento é primordial para o trabalho profissional e salienta que ele contribui para visualização das atividades de trabalho de forma a ultrapassar a concessão de auxílios estudantis, superando superficialidades e fragmentações. Aponta, também, que as respostas profissionais mais qualificadas e complexas às demandas validam a presença de assistentes sociais na educação, no que se refere a intervenções voltadas para o combate às expressões da questão social, o fortalecimento de ações de acesso à educação como um direito social, bem como a democratização dos espaços.

Santos (2019) indica que os/as assistentes sociais podem contribuir com melhorias no processo de ensino/aprendizagem, mediante articulações com outros profissionais e políticas sociais, desde garantia de direitos, mobilização social e articulação institucional. Ferreira, Lourenço e Farias (2019) indicam, neste mesmo sentido, que as ações do Serviço Social no IFAM se estabelecem como apoio às atividades pedagógicas, contribuindo com suporte para permanência e êxito escolar. E Gois (2020) alerta que as demandas realizadas para a profissão vão além do imediatismo e, com isso, é necessário decifrar a realidade e elaborar propostas críticas, rompendo com as rotinas burocráticas.

Aud (2017) infere, por meio de sua pesquisa, que apenas 35% de profissionais do Serviço Social dos IFs do Brasil dispõem de projetos de intervenção profissional que privilegiam a dimensão investigativa, adotando métodos sistematizados e contínuos para compreender a realidade de vida, trabalho e educação dos estudantes. Com isso, afirma que, pensando nesse ponto, a análise socioeconômica para o auxílio estudantil "[...] não se constitui num 'problema' ao trabalho do/a assistente social, mas deve ser encarado como uma busca contínua para que esse trabalho seja realizado com qualidade e que articule projetos de trabalho mais amplos" (Aud, 2017, p. 112).

Depreende-se, a partir dos dados coletados mediante a análise de conteúdo das produções do Serviço Social, que **existe a preocupação de superar a demanda dos auxílios estudantis**, que como já foi mencionado anteriormente, é uma atividade que toma grande parte do tempo do Serviço Social nos IFs. Embora se considere fundamental e necessário considerar a condição de trabalhadoras assalariadas que

possuem as assistentes sociais, trabalhadoras dos IFs, e o quanto também incide sobre as mesmas os rebatimentos da precarização e exploração de sua força produtiva, as produções analisadas demonstram as inúmeras possibilidades de contribuições que a profissão pode oferecer dentro da área da educação e assistência estudantil. No entanto, acaba por ter como sua **principal demandada a seleção e distribuição de recursos financeiros**, colocando-se como um ponto sensível para a profissão, pois trata-se de uma contradição, quando se tem a seleção de estudantes realizada por uma profissão que ergue a bandeira da universalização da educação, embora o olhar desse/a profissional possa contribuir para promover a inclusão desses/as usuários/as por meio da qualificação da avaliação socioeconômica. Ainda se evidencia, mediante a análise bibliográfica, que **a categoria entende que o planejamento profissional serve como ferramenta para auxiliar na superação dos auxílios estudantis como demanda principal ou ainda para utilizar esta ferramenta para qualificar o trabalho profissional**, utilizando-a como forma de compreender profundamente as questões trazidas por estudantes de forma a promover respostas profissionais mais rebuscadas e coletivas.

Compreende-se que, no enfrentamento das expressões da questão social, estão as estratégias para permanência escolar que circulam pela esfera da transferência direta de renda, com prioridades delimitadas pelo PNAES, caracterizando-se, assim, em critérios de seletividade, como mencionado anteriormente. As ações de permanência são o foco do trabalho realizado pelos/as assistentes sociais na seleção dos estudantes mais empobrecidos; no entanto, essas ações, através dos programas de transferência de renda, alteram a relação que as/os assistentes sociais constituem com a população que acessa os recursos financeiros. Os estudantes passam a perceber o/a assistente social "[...] como representante direta da ação dadivosa, esgotando uma mediação centrada na socialização de um direito social" (Silva, 2020, p.164).

Entretanto, Costa (2017, p.152) enfatiza que é de competência dos assistentes sociais a realização de estudos socioeconômicos que, por sua vez, qualifica a concessão de auxílios, pois conseguem apreender o estudante em sua totalidade, indo além da imediatez, promovendo a inclusão por meio do reconhecimento de que este/a usuário/a possui uma história e relações sociais que resultam nas condições materiais e emocionais dele. Explica que "[...] o estudo socioeconômico subsidia o trabalho dos assistentes sociais na construção de ações e serviços que

atinjam a coletividade." Sendo que é a partir das avaliações socioeconômicas e da análise de situações que envolvem violência e discriminação que os profissionais são chamados a realizar atividades socioeducativas para discussão de diversas temáticas. Santos (2019) concorda com esta posição quando menciona que a seleção para o auxílio estudantil, por meio de análise socioeconômica, cabe ao/a assistente social, pois entende que é de responsabilidade técnica deste profissional conhecer as particularidades socioeconômicas que interferem no cotidiano dos/as usuários/as.

No entanto, Dantas (2020) explicita a existência de divergências sobre os estudos socioeconômicos, o que causa uma controvérsia dentro da categoria profissional. Na Lei n. 8662/1993, os estudos socioeconômicos são descritos como competência, porém o Parecer Jurídico n. 28/1998 do CFESS indica que eles podem ser interpretados como atribuição privativa, pois se trata de um instrumento técnico para construção de pareceres, laudos ou manifestações sobre matéria de Serviço Social.

Diante das expressões atuais da questão social, que são detectadas no cotidiano do trabalho de assistentes sociais nas mais variadas formas e aparências, cabe ao/à assistente social, além de lançar mão de ações coletivas no seu dia a dia, assumir a dimensão investigativa da profissão. Isso possibilita desvelar as aparências imediatas das situações demandadas, à luz da interpretação sócio-histórica, com o intuito de contribuir com ações e encaminhamentos individuais e/ou coletivos na perspectiva de acesso, garantia e ampliação de direitos e isso pode ocorrer mediante a prática crítica do estudo socioeconômico (Fávero, 2012).

O estudo social ou socioeconômico é uma ferramenta que sistematiza a realidade social estudada, contribuindo para o processo de decisão de assistentes sociais para o acesso à benefícios e serviços sociais. É um instrumento técnico-operativo, embasado em discussões realizadas anteriormente pela categoria profissional, possível de ser utilizado como ferramenta a partir da tradução de uma importante bagagem de formação e de experiência do/a profissional, operacionalizando a sistematização da realidade vivenciada pelos/as usuários/as dos serviços, de modo a colaborar na busca pela garantia de direitos de forma mais isonômica. Após o redimensionamento que a perspectiva crítico-dialética trouxe para a ação profissional, no que tange ao seu alcance e direcionalidade, os estudos socioeconômicos passam a ser "[...] entendidos como ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais e no

enfrentamento das expressões da questão social” (Mioto, 2009, p.05), pois as singularidades dos sujeitos servem de subsídio para a promoção de respostas coletivas às demandas, que surgem como individuais.

Com isso, o estudo socioeconômico possui um amplo universo de utilização e assume determinadas características e finalidades condicionadas pelas especificidades das áreas, assim como pela natureza dos espaços sócio-ocupacionais, exigindo do profissional conhecimentos relacionados a matérias específicas, condutas éticas e limites à sua ação (Mioto, 2009).

Operacionalmente, os estudos socioeconômicos/estudos sociais podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios (Mioto, 2009, p.09).

É necessário se aproximar da realidade social dos/as usuários/as que demandam a ação para que haja compreensão com precisão sobre cada situação e, assim, poder analisá-la, avaliá-la ou emitir um parecer sobre ela e esse processo deve ser conduzido mediante os princípios do Código de Ética Profissional do assistente social. Ainda, é necessária a elaboração de documento final, embora não exista um modelo a ser seguido, que deve conter de forma organizada informações que levam a descrição concisa da situação estudada (Mioto, 2009).

A elaboração do documento final significa a consecução de um objetivo importante da ação profissional, que é responder, a partir de uma perspectiva de totalidade, uma demanda na sua singularidade. Uma vez realizados tais estudos, o/a assistente social passa a dispor de um conjunto de informações sobre as demandas e necessidades de uma determinada população. As informações são fundamentais para desencadear outros processos que visem tanto a garantia como a ampliação de direitos de cidadania, ou seja, a efetiva fruição da proteção social (Mioto, 2009, p. 15).

Na interpretação de Ferreira (2019, p.107) a análise socioeconômica não é especificada pela Lei de Regulamentação da Profissão/1993 como uma atribuição privativa de assistentes sociais, porém indica que profissionais de outras áreas compreendem como sendo algo restrito do Serviço Social, com a justificativa de que esta profissão tem uma *percepção mais humanizada* para tratar de situações sociais envolvendo estudantes. No entanto, ela complementa que “[...] embora essa profissão forme profissionais com competência técnica para atuar nas expressões da questão

social, isso não inviabiliza que os demais [...] profissionais contribuam na realização dessa análise, seja numa ação conjunta com as assistentes sociais, seja nas ocasiões de ausência justificada dessas profissionais."

Costa (2017, p.141) explica que, olhando inicialmente para o trabalho de assistentes sociais na educação, este teria em foco a operacionalização dos programas de assistência estudantil para permanência, porém, com um olhar mais aprofundado, esse não é ou deve ser o único foco do trabalho. Indica que os/as assistentes sociais no IFCE são responsáveis por todo o processo que envolve o auxílio estudantil, compreendendo o planejamento, execução dos processos de seleção dos estudante que solicitam os auxílios estudantis, a elaboração de editais, a realização de estudos socioeconômicos, a realização de pareceres, assim como a publicação dos resultados e as assistentes sociais pesquisadas pela autora identificam os auxílios financeiros como sendo sua principal demanda de fato, pois "[...] a pobreza é a expressão da questão social mais incidente na vida dos discentes, gerando condicionantes que impedem a conclusão dos percursos formativos." Ainda salienta que a seleção de auxílios estudantis monopoliza a maior parte do tempo deste profissional e, conseqüentemente, compromete as atividades socioeducativas na instituição pesquisada.

Ferreira, Lourenço e Farias (2019), Pinheiro (2020) e Dantas (2020) concordam com Costa (2017) quando indicam que os processos dos programas da assistência estudantil, no âmbito do IFAM, IFRN e IFSP (respectivamente), desde o seu planejamento até a execução final, são atribuições/competências de assistentes sociais, ocupando grande parte da carga horária deste profissional ao longo do ano. Ferreira (2019) e Gois (2020) concordam quando afirmam que a principal demanda da categoria é a seleção para os programas de auxílio estudantil.

Corroborando com os achados da pesquisa bibliográfica, identificou-se, na pesquisa empírica que das 27 (100%) assistentes sociais participantes da pesquisa, que 48,14% (nº 13) mencionam os auxílios estudantis ou análise socioeconômica como uma particularidade de seus trabalhos nos IFs, demonstrando a centralidade da atividade no trabalho profissional nessas instituições, a exemplo da fala a seguir:

Assistente social 10 – Atuo, quase que integralmente, na Avaliação Socioeconômica para concessão de Auxílios Estudantis.

Depreende-se, a partir da análise de conteúdo realizada mediante pesquisa bibliográfica, que **a produção do Serviço Social aponta para a análise socioeconômica como um ponto de interrogação na profissão**. Embora se possa inferir, mediante dados das pesquisas bibliográfica e empírica, que, de fato, ela seja a principal demanda para o Serviço Social nos IFs e isso seja o motivo de grande dispêndio do tempo desta profissão no âmbito da educação, existe o questionamento se ela se configura como atribuição privativa ou competência profissional. No entanto, a partir do exposto ao longo deste capítulo, **torna-se evidente que o estudo socioeconômico realizado para concessão de benefícios e serviços sociais entra no escopo da profissão como atribuição privativa, pois trata-se de decisão sobre matéria do Serviço Social**. Todavia, é importante frisar que este é o motivo de as análises socioeconômicas serem compreendidas como atribuição privativa e não a terceirização da humanização, como a percepção de outras profissões indicam através da pesquisa de Ferreira (2019). Como se os/as assistentes sociais fossem capacitados para serem mais humanos que outras profissões. Esse tipo de julgamento de valor é típico de quem se desresponsabiliza pelas desigualdades sociais vivenciadas na sociedade capitalista, um olhar que se fecha para realidade, embasado no positivismo.

Porém, o que pesa para a categoria é o tempo que essa demanda monopoliza a profissão frente a outras demandas e necessidades. Entretanto, é importante buscar a compreensão de como **as análises socioeconômicas podem contribuir para uma visão mais qualificada do contexto de vida dos estudantes**, transformando a intervenção individual em respostas profissionais para a coletividade, subsidiando, muitas vezes, argumentos em espaços como colegiados de curso e conselhos de classe, contribuindo para a sensibilização de servidores (docentes e técnicos) acerca da realidade vivida pelos estudantes que estão sendo avaliados, muitas vezes sob o crivo da meritocracia.

Ainda é importante evidenciar as propostas de reconfiguração da metodologia de seleção para os auxílios estudantis que o *Campus Restinga* do IFRS fez para a instituição, como um todo, mencionada anteriormente. Essas propostas promovem a desoneração de assistentes sociais, sem retirar essa atividade do rol de atribuições específicas do Serviço Social, possibilitando a liberação de tempo para outras atividades, sem desassistir essa demanda dos auxílios estudantis, que de fato é

volumosa; porém, também se trata de uma expressão da questão social importante de ser combatida pela categoria.

Outro fator a ser destacado no trabalho profissional de assistentes sociais que tangencia atribuições e competências se trata da *relativa autonomia*, que possibilita o rompimento de percepções deterministas e/ou voluntaristas que tomam conta das instituições, bem como permite a formulação de estratégias críticas, de modo a desviar das requisições institucionais que se furtam de reflexões mais profundas. Logo, enquanto profissional qualificado/a, o/a assistente social, imbuído dessa relativa autonomia, está apto/a a realizar um trabalho social com características complexas, repleto de conhecimentos políticos e intelectuais, assim como também possui competências teóricas e técnicas que promovem a possibilidade (inclusive) de negociar com as instituições, sejam privadas ou públicas, o que lhe cabe como atribuições, prerrogativas profissionais, objetivos e direitos como trabalhador/a assalariado/a (Raichelis, 2020).

Com isto em mente, entende-se que o trabalho de Assistente Sociais na educação não se limita ao segmento discente e/ou às abordagens individuais. Também abrange famílias de estudantes, docentes, gestores/as das instituições, sejam elas públicas ou privadas, trabalhadores/as da educação em geral, bem como profissionais da rede socioassistencial composta pelas demais políticas sociais. Sem esquecer, ainda, das instâncias de controle social e movimentos sociais. O que denota, nas possibilidades de trabalho profissional, para além do viés individual, o caráter coletivo, administrativo-organizacional, investigativo, assim como de articulação, formação e de capacitação profissional (CFESS, 2013).

O trabalho profissional de assistentes sociais, em prol da gestão democrática da escola e da Política de Educação em si, deve estar intimamente relacionado aos processos de luta pela democracia de uma sociedade que vivencia profundas desigualdades. Bem como deve se guiar pela luta da classe trabalhadora que vem pautando, historicamente, preocupações no que concerne a educação se voltar para uma pedagogia que garanta a consolidação da hegemonia capitalista (CFESS, 2013).

A qualidade da educação também é foco do Serviço Social, na perspectiva de uma educação que promova a emancipação dos seres humanos, bem como o desenvolvimento de capacidades intelectuais e manuais com o intuito de construir outras formas de produção, de distribuição da riqueza e sociabilidade, diferentes do que se tem com o capitalismo, que promove a desumanização e o aprofundamento

das desigualdades e injustiças sociais. Destaca-se, aqui, que a educação qualificada engloba uma formação intelectual consistente, compreendendo o domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, assim como a construção e disseminação de valores e práticas sociais ancoradas no respeito à diversidade humana (CFESS, 2013).

A preocupação com a qualidade não deve ser capturada pelas armadilhas e artimanhas que os discursos hegemônicos difundem a partir da 'pedagogia das competências', com os paradigmas do 'empreendedorismo' e da 'empregabilidade', com os investimentos em projetos pedagógicos voltados para se alcançar 'eficiência' e 'eficácia' na gestão educacional, como integrantes do esforço de consolidação de novos consensos em torno da sociabilidade burguesa (CFESS, 2013, p. 45).

A garantia do acesso à educação escolarizada é também um ponto nevrálgico para o Serviço Social, posto que não se trata de acesso de cunho universal. Assim, aqui se coloca ao/a assistente social uma luta por condições necessárias à efetivação da universalização do acesso à educação, da consolidação como política educacional como um direito social. Com isso, é necessário que os/as profissionais do Serviço Social possuam competência teórica e política de forma a se traduzirem em estratégias e ações, tanto no plano individual como no coletivo, com habilidade para desvendar as contradições presentes na Política de Educação. Estas são premissas que ampliam o conjunto de ações profissionais que superam as solicitações institucionais de operacionalização de estudos socioeconômicos (CFESS, 2013).

A permanência escolar nos diferentes níveis da política educacional se destaca como uma das pautas principais dos movimentos sociais. Este é um imenso desafio profissional para os/as assistentes sociais que trabalham na Política de Educação, onde se considera indispensável compreender a evasão escolar como expressão das desigualdades sociais que transpassam a política educacional, que inclusive contribui para reprodução da ordem atual (CFESS, 2013).

Com isso, compreende-se que é necessário um posicionamento por uma educação profissional de base unitária, não dual (uma para elites e outra para massas populares). Com foco na reparação de desigualdades do acesso e da permanência escolar, mediante os indicadores de classe, raça e gênero, com respostas profissionais apropriadas, fundamentadas, críticas e socialmente relacionadas ao interior do trabalho coletivo das instituições de educação (Silva, 2020).

Dentro do tema das respostas profissionais, é importante se ter a nitidez dos

diferentes interesses que abrangem os contratantes do trabalho profissional e os/as usuários/as dos seus serviços. É a partir das respostas profissionais que as profissões são legitimadas, sendo que, a depender da competência profissional, elas podem ser maiores ou menores e são parte do cotidiano profissional, que possui características importantes e precisam ser consideradas. A heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade são características do cotidiano, que faz parte da vida e é insuprimível. “O cotidiano é o espaço das respostas imediatas em todas as esferas da nossa sociabilidade, inclusive as relativas ao trabalho” (Matos, 2015, p. 685).

Enquanto categoria profissional, também se tem o desafio de elaborar respostas às demandas que não são solicitadas, mas julgadas com significativa relevância, ou ainda, discernir requisições direcionadas à profissão, que são enviesadas que descaracterizam o trabalho profissional do Serviço Social. Assim, quanto mais qualificados/as forem os/as profissionais, melhores serão as respostas. Quanto mais internalizado estiver o Projeto ético-político da categoria no profissional, mais as respostas profissionais serão emancipatórias, num processo em que não é possível vestir as características da profissão somente quando chega a hora de trabalhar.

Afinal, “não sou um(a) em casa e outro(a) no trabalho”. Trago em mim valores, e esses são fortes. São como bússolas para a imediatividade do cotidiano. Não paro para pensar, nem ligo para o Cress frente a uma situação que necessita de uma resposta profissional imediata: faço, mesmo que depois não o fizesse com a mesma intenção (Matos, 2015, p. 685).

Entretanto, há, em todo espaço ocupacional, limites e possibilidades profissionais e, com isso, vem a necessidade de se ter a nitidez sobre eles também. Com isso, buscou-se, mediante a pesquisa empírica, compreender qual a perspectiva das assistentes sociais que trabalham nas Assistências estudantis sobre esse tema, como segue na Tabela 9 abaixo.

Tabela 9 – Limitações e/ou desafios no exercício do trabalho profissional indicadas pelas assistentes sociais dos Ifs do RS, participantes da pesquisa empírica

Limitações e/ou desafios no exercício do trabalho profissional:	nº	%
O trabalho interdisciplinar é um desafio e ao mesmo tempo muito necessário, para qualificar os atendimentos/acompanhamentos de estudantes	24	88,90
O aprimoramento da comunicação com os demais servidores técnicos e docentes é um desafio	22	81,50
As equipes de assistência estudantil deveriam contar com apoio administrativo obrigatoriamente	21	77,80
O entendimento dos demais servidores técnicos e docentes sobre o trabalho profissional de assistentes sociais é um desafio constante	18	66,70
O trabalho teria maior qualidade com pelo menos mais um/a profissional do Serviço Social na unidade em que trabalho	15	55,60
A constituição das equipes deveria ser maior	15	55,60
O espaço para atendimento precisa ser melhorado	14	51,90
Considerando as atribuições técnicas do Serviço Social a contratação de técnico substituto é um dos muitos desafios da nossa categoria profissional como das demais que têm atribuições privativas.	1	3,70
Equipe mínima na Residência Estudantil	1	3,70
O entendimento do próprio assistente social sobre o seu trabalho na Política de Educação	1	3,70

Fonte: tabela elaborada pela autora (2024).

A Tabela 9 demonstra que 88,90% (nº 24) das participantes da pesquisa indicam que o trabalho interdisciplinar é um desafio; 81,50% (nº 22) remetem há a necessidade de aprimorar a comunicação com os demais servidores técnicos e docentes; 77,80% (nº 21) apontam para a necessidade de as equipes de assistência estudantil contarem com apoio administrativo, obrigatoriamente; 66,70% (nº 18) tem a compreensão de que é um desafio o entendimento dos demais servidores técnicos e docentes sobre o trabalho profissional de assistentes sociais; 55,60% (nº 15) das assistentes sociais respondentes da pesquisa indicam que existe uma limitação no trabalho profissional que se refere à formatação das equipes quando respondem que há a necessidade de as aumentar, assim como indicam que o trabalho seria qualificado mediante a presença de mais um assistente social na equipe, entre outras opções indicadas. Ainda é importante salientar a resposta inserida por uma das participantes da pesquisa, indicando como um desafio a **necessidade de contratação de técnico/a substituto/a para os afastamentos de profissionais únicos** na unidade administrativa, sendo que, atualmente, não existe regulamentação que preveja esta possibilidade.

Compreende-se que essa discussão deve ser retomada na base dos sindicatos, principalmente sobre os casos de profissionais únicos/as nas unidades

administrativas, como o Serviço Social, no que se refere às atribuições privativas, pois, na ausência desse/a profissional, o trabalho simplesmente para pela inexistência de possibilidade de substituição ou pela ausência de um/a colega da mesma área.

Ainda se infere, mediante os dados da pesquisa empírica, que os desafios apontados podem ser compreendidos, ao mesmo tempo, como limitações e como possibilidades. A característica do trabalho interdisciplinar, por exemplo, é a diversidade de posicionamentos das distintas áreas que promovem discussões e possibilitam a construção de consensos, resultando na qualificação de respostas da equipe para os/as usuários/as. No entanto, na medida que a comunicação da equipe se torna difícil, há a possibilidade desta equipe ter um funcionamento onde uma área limite o trabalho profissional de outra.

No que concerne a comunicação com os demais servidores, ao ser apontada esta opção, é possível perceber que esta tem sido difícil, possuindo um caráter mais voltado para a limitação do que para possibilidade. Com isso, é necessário se ter crítica para avaliar os relacionamentos institucionais no sentido de a categoria também se responsabilizar por seu quinhão nessa interação. **Os desafios apontados na pesquisa empírica podem se transformar em limites ou possibilidades no dia a dia, a depender da disponibilidade de cada profissional envolvido nas relações de trabalho** de lidar com este relacionamento, no intuito de mudar as perspectivas.

O que se pretende evidenciar é que as limitações podem ter diferentes origens, que variam entre limitações institucionais, limitações que extrapolam a própria instituição, assim como também existem as limitações dos/as próprio/as profissionais. Porém, embora a categoria deva empenhar-se por melhorias em todas as esferas que se apresentam com dificuldades, no intuito de ser mais resolutiva, a esfera pessoal é a mais acessível, no que concerne à promoção de mudanças de perspectivas. Essa é uma discussão que remete às condutas que podem surgir no trabalho profissional, já mencionadas anteriormente, relativas às atitudes fatalistas ou ainda messiânicas. Isso porque as limitações, enquanto não ultrapassadas, impõe uma parada e as possibilidades permitem ultrapassar alguns limites já impostos. Mas como saber o limite sem nem mesmo tentar ultrapassá-lo?!

A liberdade, [...] não se encontra na ilusão do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e novos sentidos a partir do que está dado (Chauí, 2000, p. 467).

O cotidiano profissional é cheio de adversidades e uma das armadilhas está na perda da vontade de enfrentá-las. Na renúncia do enfrentamento, constrói-se cúmplices das dificuldades que renunciam à liberdade quando se instala a *inércia resignada*, a aceitação do que se apresenta e como se apresenta, como se não houvesse nenhuma ação que pudesse mudar a situação. “O que está inteiramente em nosso poder e o que depende inteiramente de causas e forças exteriores que agem sobre nós? Por que o pior é a falta de sede e não a torneira seca [...]?” (Chauí, 2000, p.460).

A resignação ou a conformidade, ou ainda, o contrário, são decisões livres. Na percepção de Marx, conhecer as circunstâncias determinadas pelo todo e compreender suas origens e a forma como definem as condutas pessoais e profissionais, e, tendo em mãos essa compreensão, permitir não se tornar “[...] um brinquedo das condições e causas que atuam sobre nós, mas agir sobre elas também. Não somos livres para escolher tudo, mas o somos para fazer tudo quanto esteja de acordo com nosso ser e com nossa capacidade de agir” em razão do conhecimento das circunstâncias que necessitam de intervenção. Ou seja, a liberdade é a habilidade para captar as possibilidades, assim como também é o poder para efetuar ações que modificam a direção de determinadas situações (Chauí, 2000, p. 466).

Compreende-se que são diversos os fatores que exercem influência no trabalho profissional de assistentes sociais, que giram em torno de aspectos políticos, sociais, formativos, pessoais, institucionais, assim como a política em que se trabalha, as demandas e necessidades, os conhecimentos adquiridos no cotidiano do trabalho profissional, a qualificação profissional formal (*stricto e lato senso*), entre diversos outros, que fazem com que cada experiência profissional seja relativamente diferente mas que também possua semelhanças em função da natureza da profissão e da orientação ético-política hegemônica da categoria. O que se desprende disso é a importância da crítica profissional, no sentido de não se deixar ser cooptado pelas armadilhas que se apresentam, que causam condutas profissionais equivocadas, assim como a importância da manutenção de um pensamento maleável, que consiga vislumbrar possibilidades em meio às turbulências que se apresentam no cotidiano profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as configurações do trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil dos IFs do RS, identificou-se que o contexto laboral na Política de Educação e, mais especificamente, a educação profissional técnica e tecnológica, é complexo. As disputas políticas que giram em torno da educação se traduzem nos processos de fortalecimento ou de fragilização do ser humano, como já se observou ao longo desta dissertação. Pode-se inferir que a educação é capaz, a serviço do capital, de contribuir para a formação utilitarista de trabalhadores e, conseqüentemente, fomentar o fortalecimento da hegemonia capitalista. Esta hegemonia se volta contra os trabalhadores, aumentando a exploração, reduzindo direitos, desmobilizando sua organização coletiva, enfim, dificultando a própria subsistência das pessoas, contribuindo ainda para um discurso meritocrático generalizado, acrítico, com subjetividades forjadas e inculcadas no/a trabalhador/a com a ajuda da educação, transformando-o em uma mercadoria para geração de maior lucratividade para o capitalismo. No entanto, este campo também responde às reivindicações dos trabalhadores que buscam uma política educacional que promova o ensino integral, humano, inclusivo, crítico, comprometido com a emancipação dos sujeitos e voltado para o exercício da cidadania.

Embora os IFs tenham, na sua concepção, um projeto institucional que coaduna com o projeto ético-político do Serviço Social, percebe-se que o cotidiano do trabalho, muitas vezes, não chega a refletir todos os princípios institucionais descritos em suas normativas. Isso pode acontecer por diversos motivos: um deles é que, em uma instituição que foi pensada a partir de uma perspectiva de um projeto societário diferente do que se encontra instalado, ao se compor equipes de trabalho, ter-se-á uma diversidade de pensamentos sobre a educação e, alguns deles, serão acompanhados da compreensão capitalista – o que por si só, dentro de um projeto como dos IFs, já produz uma enorme contradição e disputas políticas institucionais. Essas contradições se expressam em diversos aspectos abarcados dentro da instituição, que vão desde a concepção de educação a ser ofertada até as condições de trabalho.

Os IFs se configuram como uma instituição que pode fazer resistência ao projeto de educação neoliberal, justamente pelos seus princípios constituídos mediante o foco da inclusão social e emancipação humana. Percebe-se que, por

diferentes ângulos, a instituição já promove resistências. Porém, ainda possui aspectos conservadores que permitem a educação bancária e, por isso, há de se ter a compreensão de que o pensamento progressista e o pensamento conservador, em uma sociedade fundamentada hegemonicamente pelo conservadorismo, oscilam até mesmo nas pessoas mais progressistas. Conseqüentemente, isso se transfere para as instituições onde trabalham. Logo, uma instituição constituída de servidores que compõe diferentes ideários terá, em seu círculo, disputas políticas e ideológicas. É neste meio que se dá o trabalho profissional de assistentes sociais que estão lotados nas assistências estudantis do IFs do RS.

Identificou-se que o ingresso de assistentes sociais nos IFs do RS antecede a instituição da Lei 13.935/2019, que determina a contratação da categoria nas instituições de educação, sendo que a necessidade destes/as profissionais coincide com a regulamentação do PNAES em 2010 e da Lei de cotas instituída em 2012. Em relação ao perfil profissional de Assistente Sociais que trabalham nos IFs do RS, infere-se que há a predominância de profissionais do sexo feminino e a grande maioria das participantes da pesquisa possui aproximadamente dez (10) anos na instituição, sugerindo um conhecimento denso acerca das demandas e necessidades da mesma. Também se constatou que a grande maioria se identifica com o método marxista para a leitura da realidade.

No entanto, detectou-se uma contradição que remete ao perfil identificado nesta pesquisa. Trata-se do dado que aponta que maioria das profissionais respondentes da pesquisa empírica não são sindicalizadas, embora pertençam a uma categoria que faz parte do coletivo de trabalhadores/as assalariados/as, que luta por direitos trabalhistas e fomenta a participação democrática em instâncias coletivas.

Também se verifica que a categoria tem buscado por qualificação profissional referente a titulações de especialização, mestrado e doutorado, o que se converte em aprofundamento teórico e, conseqüentemente, qualificação do trabalho profissional. Entretanto, detectou-se que a efetivação do direito à qualificação tem se demonstrado muito difícil para os cargos únicos das unidades administrativas, pois a impossibilidade de substituição por contratação de outro/a profissional da categoria resulta na sobrecarga da equipe multiprofissional. Por um lado, embora se verifique o entrave de contratação de profissional técnico substituto para o afastamento em prol da qualificação profissional, percebe-se que há fomentos, provenientes da carreira de técnicos administrativos da educação, como o próprio afastamento para qualificação

regulamentado, o recurso financeiro para subsidiar o pagamento de Programas de Pós-graduações privadas e o aumento salarial proveniente da conclusão da qualificação. Assim, entende-se que existe uma contradição que, ao mesmo tempo que convida o servidor a efetivar seu direito à qualificação com afastamento, também promove a intensificação do trabalho para outros profissionais/cargos – é como se houvesse uma penalização de um ou mais servidores, motivada pela efetivação do direito de outros.

Há também o viés da falta de iniciativa dos IFs em promover espaços formativos, no rol da educação continuada, identificado nas pesquisas empírica e bibliográfica, o que pode corresponder à concepção neoliberal da teoria do capital humano, como mencionado no decorrer da dissertação, em que o serviço público vem aderindo às características do setor privado, podendo, inclusive, compreender que é função do servidor buscar suas próprias formas de evoluir na carreira, com seus próprios recursos, adentrando aí no campo da meritocracia.

No estudo bibliográfico realizado para esta dissertação, detectou-se, na categoria trabalho, que as produções teóricas do Serviço Social, nos últimos cinco anos, têm enfatizado principalmente a precarização e intensificação do trabalho que tem atingido profissionais do Serviço Social lotados/as nas assistências estudantis dos IFs e que possui diversos aspectos. Um deles está relacionado aos setores estarem se submetendo a lógica da bolsificação, o que se converte em muito trabalho burocrático, e num reducionismo do trabalho de assistentes sociais, pois a demanda abrange grande parte do tempo da categoria na instituição. Outro fator que compreende a intensificação e tem chamado atenção nas produções teóricas do Serviço Social acerca do trabalho profissional está voltado para a relação do número de estudantes versus o número de assistentes sociais. Embora o trabalho na educação não se restrinja à abordagem individuais, estes atendimentos são demandados em grande quantidade e é necessário pensar criticamente acerca dessa relação, que promove a intensificação do trabalho mediante o aumento gradual de estudantes e a manutenção de profissionais únicos na maioria das unidades acadêmicas, como ratificado na pesquisa empírica realizada para esta dissertação.

Outro viés importante trata da amplitude do trabalho profissional, o que acaba por ter pontos positivos e negativos. A possibilidade de participação/intervenção em diferentes espaços, enquanto profissional único da categoria, promove a intensificação do trabalho, embora seja um indicativo positivo de que a categoria tem

atingido vários espaços nas suas intervenções. Atualmente, os/as profissionais do Serviço Social têm se dividido na participação e/ou coordenação de comissões, núcleos de ações afirmativas, conselhos pedagógicos, reuniões de rede, conselhos de direito a nível municipal, comitês municipais, grupos de estudos, processos seletivos de ingresso discente, os diversos processos que envolvem o auxílio estudantil, atendimentos, acompanhamento e encaminhamentos de estudantes, familiares e servidores, participação e/ou coordenação de projetos de ensino, pesquisa e extensão, atividades coletivas entre diversas outras.

É salutar ter a nitidez do número e da complexidade de cada atividade envolvida no trabalho profissional de um cargo único para o devido entendimento da intensificação laboral. Quando se menciona, por exemplo, *conselhos pedagógicos*, no plural, pretende-se indicar que se deve entender mais de um conselho, no mínimo, com reuniões ordinárias e extraordinárias, ocorrendo no mesmo período do ano letivo que outros conselhos, pois cada curso oferecido na unidade acadêmica tem seu conselho pedagógico e não tem outro/a assistente social para os acompanhar, além de cada uma dessas reuniões deliberar demandas de atendimentos e acompanhamentos, entre outras. Essa premissa acontece em todos os termos citados acima que se encontram no plural, resultando em uma imensa gama de atividades, que demandam inúmeras responsabilidades e que promovem a intensificação e que poderiam ser divididas com outro/a profissional no intuito de diluir um pouco mais o trabalho. Com isso, compreende-se a necessidade de os Conselhos representativos da categoria se mobilizarem para pensar na relação do número de profissionais versus o número de usuários/as.

Uma tendência importante de ser mencionada, identificada na pesquisa bibliográfica e ratificada pela pesquisa empírica, no que pese a intensificação do trabalho, remete ao descumprimento das instituições no que tange a jornada de trabalho de assistentes sociais que, segundo a Lei de regulamentação da profissão, deveria ser de 30 horas semanais; porém, os IFs promovem os concursos com carga horária superior (40 horas). A busca pela efetivação do direito na justiça não resolve o problema da intensificação, pois quando a justiça concede a redução da carga horária, a instituição continua com o mesmo quantitativo de profissionais, ou seja, o mesmo trabalho, que já é considerado intensificado, deve ser realizado em menos tempo do que antes da redução. Tornando-se um direito concedido sem efeito, ou com efeito contrário.

Ainda dentro dos vieses que se traduzem na intensificação do trabalho, detectou-se a composição das equipes, no que concerne à quantidade de trabalho burocrático dentro dos setores de assistência estudantil. Foi possível detectar, mediante as pesquisas bibliográfica e empírica, que não é comum na composição das equipes o cargo de assistente administrativo, ficando a carga das profissões especializadas toda a carga burocrática. Essa é uma questão que promove a intensificação, bem como a desprofissionalização da categoria, que é uma característica proveniente da polivalência requerida aos profissionais nos espaços de trabalho coletivo, instalada pelo toyotismo, como mencionado ao longo dessa dissertação. Esta polivalência reduz e desqualifica as respostas profissionais aos/às usuários/as do serviço.

Há também o fator da fragmentação do trabalho, que distancia profissionais de diferentes especialidades como parte da precarização das relações de trabalho. No entanto, há de se apurar, aqui, a necessidade de reflexão acerca da desresponsabilização da própria categoria profissional, pois na ausência de colegas de áreas diferentes, acostumados a responderem questões mais voltadas para fluxos institucionais, as respostas da categoria devem ser mais efetivas no que tange a compreensão da instituição e seus regramentos, como um meio de efetivação de direitos institucionais dos estudantes. Cabe ressaltar, também, a importância do trabalho coletivo nas assistências estudantis, que promove respostas profissionais mais efetivas, evitando atitudes fatalistas e messiânicas que prejudicam a compreensão da realidade.

Acerca do trabalho coletivo, detectou-se que cada setor de assistência estudantil é diferente em sua estrutura, equipe, funcionamento, projetos e registro de atendimentos, compreendendo-se que a realidade de cada unidade administrativa é diferente, ou seja, não existe uma padronização de funcionamento, nem mesmo dentro de uma instituição com diversos *Campi*; ao contrário, cada unidade tem sua forma de trabalhar. Essas diferenças de funcionamento podem ser explicadas pelas especificidades de cada unidade acadêmica, que responde às demandas do local em que está situada geograficamente, que possui culturas diferentes e vocações produtivas diferentes, que culminam também nas ofertas formativas de cada *Campus* de uma mesma instituição.

O que se pode afirmar, sobre o trabalho coletivo, pensando-se na instituição como um todo, é que existem convergências acerca do público atendido, de

discussões temáticas, de algumas demandas institucionais iguais, mas não necessariamente nos procedimentos e fluxos das equipes em cada unidade administrativa. Longe de negar as demandas provenientes das especificidades de cada *Campus*, entende-se que há a necessidade de alguma convergência entre as unidades de uma instituição, como nos registros de atendimentos, acompanhamentos e reuniões de forma a facilitar a realização de levantamentos institucionais mais detalhados, compreendendo todas as unidades administrativas, promovendo a possibilidade de pleitear, junto à gestão, insumos e códigos de vagas de profissionais para as necessidades comprovadas mediante os dados obtidos em conjunto.

Entende-se que são vários os fatores que levam aos consensos sobre o funcionamento de cada equipe, como a compreensão das profissões/cargos sobre o objeto de trabalho de cada ocupação; os projetos ético políticos de cada profissão; a formação de cada servidor; a linha teórica que cada profissional segue; as competências e atribuições privativas de cada profissional/cargo; as trocas realizadas entre os/as servidores dessa equipe, assim como a própria configuração da equipe acerca das especificidades que a compõe. Estes fatores também influenciam decisões de assistentes sociais que vão formando a coleção de saberes gerais e específicos da profissão, assim como a troca de experiências com o coletivo da categoria dentro da instituição pode promover respostas profissionais mais desenvolvidas e efetivas.

No entanto, observou-se que os coletivos de assistentes sociais das instituições pesquisadas não têm se reunido com tanta periodicidade ou ainda, quando ocorre, é por demanda da instituição, com algumas justificativas indicando que após a pandemia de COVID-19 esses encontros reduziram ou cessaram. Acredita-se que há necessidade de retomar os encontros, no sentido de promover discussões que qualifiquem o trabalho profissional, possibilitando o planejamento coletivo e evitando que a categoria se torne mera executora final da política. Obviamente, o cotidiano do trabalho é intenso e desgastante, como já visto, porém, ao permanecer no trabalho dia após dia sem discussões com a sua própria categoria, corre-se o risco de promover o próprio isolamento profissional, que pode se subverter ao pensamento messiânico ou fatalista por falta de perspectiva profissional.

Além disso, sabe-se que a pandemia trouxe uma série de avanços das tecnologias da informação e comunicação que, como visto anteriormente, acabam por contribuir com a intensificação do trabalho profissional. No entanto, compreende-se que é possível utilizar estas ferramentas de forma a facilitar o trabalho também, no

lugar de demonizá-las. Entende-se que elas devem se adaptar para suprir as necessidades do trabalho no sentido de promover facilidades e não a promoção da intensificação; logo, cabe ao ser humano, frente às tecnologias, (re)definir qual será seu papel na vida profissional, colocando limites, estabelecendo prioridades e vislumbrando possibilidades. Assim, na falta de tempo para encontros presenciais entre profissionais de unidades administrativas de cidades diferentes, pode-se utilizar as tecnologias voltadas para reuniões on-line para a promoção mais regular desses encontros tão caros para a categoria, pois são momentos que favorecem a qualificação do trabalho profissional.

Entende-se que os encontros entre a categoria profissional podem ser meios enriquecedores do trabalho profissional, inclusive no sentido da realização de um plano de trabalho coletivo dentro da instituição como forma de possibilitar mais coerência sobre as demandas que são encaminhadas ao Serviço Social, que é um ponto sensível para a categoria, como verificado. A base para um trabalho profissional que promova uma educação crítica, integral e emancipadora, perpassa pelo planejamento do trabalho a ser realizado, mediante a fundamentação teórica da profissão, com direcionamento político coletivo sinalizado em documento, além de se apresentar como uma ferramenta que indica o direcionamento da profissão para os demais servidores

Ademais, o plano de trabalho profissional promove maior nitidez acerca do objeto de trabalho, que se observou ser um ponto frágil para a categoria, mediante a pesquisa empírica, e do trabalho em si, a ser realizado em determinado espaço ocupacional, inclusive para o/a próprio profissional que o confecciona. Isso porque, para a sua confecção, realiza-se uma revisão de pontos cruciais para a efetivação do trabalho, que abrange o objeto, o público, a instituição, o setor, as atividades, as demandas e reais necessidades naquele espaço ocupacional, entre outros fatores, que proporcionam reflexões. Com isso, na falta de um plano de trabalho coletivo, que talvez seja difícil de realizar em um primeiro momento, torna-se imprescindível a realização, minimamente, do projeto individual de trabalho, o que mais à frente pode servir de subsídio para a construção do plano coletivo. Este produz um efeito mais potente no que diz respeito aos direcionamentos políticos da categoria dentro deste espaço, pois compreende-se que ele deve conter, inclusive, as pautas que essa profissão irá defender institucionalmente, como o conceito de educação que ela

compreende se voltar a favor da classe trabalhadora, ou seja, um projeto educacional realmente emancipatório, assim como a luta pela universalização da educação.

Além disso, o plano de trabalho consiste na chave para a compreensão da instituição como um todo, sobre as competências e atribuições profissionais, o que se percebe ao longo da dissertação ser uma preocupação da categoria, pois as demandas encaminhadas ao Serviço Social têm gerado a intensificação do trabalho com atividades que nem sempre pertencem à profissão. Há, nesse enredo, dois vieses: um que demonstra nitidez dos/as profissionais acerca das atividades a serem desenvolvidas pela categoria e, ao mesmo tempo, percebe-se um movimento contrário, que denota dificuldade em discernir o conceito das terminologias “atribuição privativa” ou “competência profissional”, o que demonstra necessidade de maior aprofundamento teórico, principalmente no que toca à relação das atribuições e competências com as dimensões ético-política, teórico metodológica e técnico-operativa da profissão.

Um exemplo desse possível lapso são as análises ou estudos socioeconômicos voltados para a concessão de auxílios estudantis financeiros, que se compreende ser *atribuição privativa da categoria*, porém, esse não é o entendimento hegemônico da categoria. A principal queixa é o tempo direcionado para esta demanda e, sobre isso, entende-se que há formas de se buscar a otimização de informações e dados de outras políticas e pensar em mecanismos que contribuam para uma sistematização dessa atividade, como a proposta do IFRS - *Campus Restinga*, mencionada anteriormente, que potencializa o trabalho de assistentes sociais sem o reduzir a esta ação somente.

Nesse cenário, compreende-se que cabe lançar mão de trocas de informações entre políticas, no sentido de a categoria ampliar o trabalho coletivo, ultrapassando a instituição e a própria política em que cada profissional trabalha. Otimizando sistemas e disponibilizando, entre a categoria (obviamente atentando-se ao sigilo profissional), o acesso aos dados já sistematizados de cada política/instituição de um território específico. Isso resultaria em diversos espaços ocupacionais públicos enriquecendo suas respostas profissionais mediante o compartilhamento de informações, promovendo agilidade nos processos de trabalho, resultando em maior tempo para ações que não sejam apenas voltadas para a seletividade de benefícios. Ou seja, a rede de serviços, de fato, se constituiria como uma rede que promoveria a informação entre diferentes políticas/serviços para benefício dos/as usuários/as.

Ainda no escopo das análises socioeconômicas, cabe destacar que a grande maioria das obras analisadas a indica como burocratização do trabalho profissional, entretanto, há a necessidade de se buscar ressignificações para algo que de fato é atribuição específica da categoria, como visto. Com isso, é importante ter em mente o que é possível fazer com a riqueza de dados obtidos por essas análises socioeconômicas, no sentido coletivo, pois com um olhar mais apurado é possível vislumbrar que, com eles, obtém-se um conhecimento ímpar sobre os estudantes da instituição como o perfil, suas experiências, como vivem, como resistem às mazelas causadas pela questão social. Essas informações proporcionam um olhar crítico que pode, em espaços coletivos com os demais servidores, proporcionar uma aproximação destes com o público atendido. Nesse sentido, o estudo socioeconômico toma uma proporção muito maior e com grande importância para a população atendida, pois a sensibilização dos servidores à realidade dos estudantes promove a inclusão social.

É evidente que os/as assistentes sociais não são meros distribuidores de recursos; por isso mesmo há necessidade de mudar o discurso que demoniza o estudo socioeconômico, que é necessário em determinadas circunstâncias e ainda pode ser reorganizado e ressignificado de forma a proporcionar uma maior tranquilidade nesse processo. No entanto, conhecer profundamente a realidade dos/as usuários/as coloca a profissão numa posição privilegiada, no sentido de dispor de uma leitura de elementos que constituem uma totalidade complexa, colaborando para a utilização da dimensão pedagógica do Serviço Social no intuito de contribuir com o pensamento crítico de cada usuário, seja em atendimentos individuais ou, ainda, propondo ações coletivas com esse objetivo.

Enfim, a configuração do trabalho de assistentes sociais nos IFs no RS engloba uma grande amplitude laboral, que se traduz em inúmeras frentes de trabalho, assim como a polivalência, que diz respeito a abarcar atividades diversas, inclusive as que não são de competência e atribuição da categoria. Logo, a precarização e a intensificação do trabalho são características que não parecem ser passageiras e que também fazem parte desta configuração, embora devam ser objeto de resistências. Com isso, cabe lançar mão da relativa autonomia profissional, no intuito de definir prioridades a serem abarcadas pelo Serviço Social, assim como negar as atividades que descaracterizam a profissão. Em cada campo sócio-ocupacional, existem prioridades e compete aos/às profissionais, munidos dos fundamentos que embasam

a profissão, discernir sobre as ações que atingem maior público e que promovem a autonomia dos/as usuários/as do serviço oferecido. Aqui, é importante salientar que, no caso da educação, a luta por processos formativos que visem o desenvolvimento integral do ser humano é uma bandeira da profissão, no sentido de promover pensamentos críticos e a emancipação dos/as estudantes. Desse modo, vale enfatizar que assistentes sociais têm o potencial para adentrar nos processos de melhoria do ensino/aprendizagem, ação que atinge todos os/as estudantes da instituição e aqueles/as que ainda virão.

Verifica-se que a categoria demonstra grande preocupação para responder, da melhor forma que podem, às necessidades apresentadas pela comunidade acadêmica e pela instituição, ou seja, desdobram-se, na falta de outros/as colegas da categoria ou de outros profissionais/cargos importantes para as demandas que se apresentam. No entanto, a categoria costuma “*dar conta*”, fazendo o que pode com toda a precariedade que encontra, o que não contribui muito para que a gestão institucional promova ações para a redução da intensificação do trabalho, seja por meio de medidas que promovam a qualidade no trabalho em detrimento da quantidade, fator que gera intensificação, ou por aumento do quadro efetivo de assistentes sociais e de outras profissões/cargos das equipes multiprofissionais. O “*dar conta*” não denota planejamento, registros, estatísticas, indicadores que comprovem as necessidades da instituição, como essas necessidades estão sendo resolvidas ou ainda o número de profissionais para saná-las.

Com isso, infere-se a urgência de se promover resistências no interior das instituições no que concerne a precarização e intensificação laboral, por meio de dados levantados mediante os próprios registros realizados pela categoria ou pela equipe, ou seja, sistematizar informações que comprovem a intensificação do trabalho de forma a evidenciar as reais necessidades de planejamento, de tempo para execução de determinadas atividades, de pessoal para composição das equipes e de insumos. Com essas informações, os setores voltados para o desenvolvimento institucional passam a ter indicadores registrados formalmente ano após ano, de forma que as informações sejam assimiladas e, finalmente, cheguem ao MEC, tornando-se pautas voltadas ao redimensionamento de cargos necessários para o trabalho nos IFs, assim como de orçamento necessário para as demandas evidenciadas.

Deste modo, constata-se que é necessária a percepção de que vários fatores são incorporados para se obter, de fato, todas as dimensões que compreendem o trabalho profissional de assistentes sociais. Dentro desses fatores, também há necessidade da compreensão da conjuntura e da historicidade que culmina na conformação atual da sociedade. Essa compreensão deve guiar a categoria a se identificar como classe trabalhadora e, assim, obter resultados provenientes do trabalho profissional condizentes com a direção do projeto ético-político da profissão.

Ao finalizar esta dissertação, compreende-se que o processo de elaboração do conhecimento, que envolve a pesquisa científica, permitiu o adensamento dos conhecimentos profissionais e da conjuntura social vivenciada atualmente, mediante as construções históricas revisitadas, que proporcionaram percepções mais rebuscadas acerca do trabalho profissional e do espaço ocupacional, com todos os elementos que o compõe. Isso resultou em uma perspectiva de superação de determinadas posturas, incutidas pelo capitalismo, que, em alguns momentos, foram experimentadas pela pesquisadora e que, a partir de agora, podem ser redirecionadas.

Este último parágrafo das considerações finais deste estudo, que é fruto de um mergulho científico profundo, inspira-se no 18 Brumário de Luís Bonaparte, quando Marx escreve sobre a necessidade de "rasgar o véu ideológico" que encobre as verdadeiras relações de poder e dominação na sociedade (Marx, 2006). Essa metáfora sugere a importância de ir além das aparências e das ideologias dominantes, o que nesta dissertação denominou-se de ponta do iceberg, para entender as verdadeiras estruturas e contradições sociais. Assim, esta produção também pode significar, para a categoria profissional, um momento de reavaliação dos processos de trabalho nos quais os/as assistentes sociais se envolvem nos IFs, já que foi possível perceber, por meio da análise bibliográfica, que a configuração do trabalho de assistentes sociais possui, em grande parte, os mesmos obstáculos e possibilidades, indiferentemente da localização geográfica da unidade administrativa em que o/a profissional se encontra. Assim, considera-se que esta produção pode representar a relevância da continuidade de novos mergulhos, do aprofundamento de algumas discussões acerca da contribuição da categoria, no que tange a educação formal, com o intuito de fomentar o aprofundamento teórico e, por conseguinte, a qualificação do trabalho profissional que, conseqüentemente, poderá resultar em respostas profissionais qualificadas e efetivas aos/às usuários/as destes serviços.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais**. In: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. 2007. Simpósio Mineiro de assistentes sociais. Belo Horizonte. Disponível em: <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf> Acesso em: 28 out 2022.

AMARAL, George. **A categoria trabalho em Marx: alguns apontamentos sobre sua centralidade ontológica**. In Vi Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo. 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-PT&user=mJbWSRcAAAAJ&citation_for_view=mJbWSRcAAAAJ:9yKSN-GCB0IC>. Acesso em: 24 de jun de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. 328 p.

ANTUNES, Ricardo. PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. Coleção Questões da Nossa Época. Cortez Editora. 2018. p. irreg. E-book Kindle.

AUD, Milena Ferraz. **O trabalho dos/as assistentes sociais no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de São Paulo – IFSP: o processo de intensificação em questão**. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica; SOUZA, Rodrigo. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: questões para reflexão**. In.: SANTOS, M.S. BACKX, S. GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Cortez Editora. 2017. p. irreg. E-book Kindle.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BIANCONI, M. Lucia. CARUSO, Francisco. **Educação não-formal**. Cienc. Cult., Dez 2005, vol.57, n.4, p.20-20. ISSN 0009-6725. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012191.pdf>> Acesso em: 01 jan 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência estudantil - PNAES**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em 10 out 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>> Acesso em 20 de out de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 18, de 11 outubro de 2012**: Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf> Acesso em 24 de dez de 2021.

BRASIL. **Constituição dos estados unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 21 de out de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em 21 de out de 2022.

BRASIL. Agência Senado. **Corte de recursos da educação atrasa recuperação do setor, alertam especialistas**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/07/desmonte-no-orcamento-da-educacao-atrasa-recuperacao-do-setor-alertam-especialistas>> Acesso em 22 de nov de 2022.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Câmara aprova projeto que cria a Política Nacional de Assistência estudantil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Agência Câmara de Notícias, 2023. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/noticias/1012803-camara-aprova-projeto-que-cria-a-politica-nacional-de-assistencia-estudantil/>> Acesso em 06 jan 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 de out de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909** - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18 de out de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942** - Publicação Original. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 21 de out de 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942** - Publicação Original. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 18 de out de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, 29 dez 2008**: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em 25 de dez de 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf> Acesso em 19 de set de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, 29 agosto de 2012**: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em 27 de dez de 2021.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**: Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 18 de out de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9527.htm#art1> Acesso em: 10 out 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**: Cadastro e-MEC. 2024. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>> Acesso em: 12 fev 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>>. Acesso em 20 de out de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular 015**: Trata da descrição dos cargos técnico-administrativos em educação. Brasília, DF: 28 nov 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>> Acesso em 16 de jun de 2022.

BRETTAS, Tatiana. **O neoliberalismo e a constituição endógena do capital financeiro no Brasil**. In.: Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil / Tatiana Brettas. - Rio de Janeiro: Consequência, 2020. P. 156-207.

CALDAS, Luiz Augusto. **Fragmentos de uma história da rede federal de educação profissional e tecnológica**. In: Um passado vestido de futuro:

fragmentos da memória da rede federal de educação profissional e tecnológica. Brasília: Editora IFB, 2012. p. 33-47.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social** - Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 18 out 2023.

CFESS. **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília (DF). 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>> Acesso em: 25 ago 2023.

CFESS. **Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social**: Subsídios para aprofundamento do estudo. 2008. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/praticasterapeuticas.pdf>> Acesso em: 22 nov 2023.

CFESS. **Subsídios para Atuação de assistentes sociais da política de educação**. 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURA_CFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. 2013>. Acesso em 03 de out de 2022.

CHAUI, Marilena. **A Liberdade**. In.: Convite à Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni**: ampliação de vagas versus garantia de permanência. Revista SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025/11380> Acesso em 15 fev 2024

COSTA, Renata Maria P. **O Serviço Social no contexto da educação**: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Ceará (IFCE). 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social). Universidade Estadual Do Ceará.

COUTO, Berenice. **Formulação de projeto de trabalho profissional**. in: Serviço Social: direitos sociais e Competências Profissionais, Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 652-663. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/429f4p9h466yISR97U4f.pdf>> Acesso em 15 set 2023.

DANTAS, Maria Conceição Borges. **O trabalho de assistentes sociais na educação profissional e tecnológica**: desvelando seu processamento no instituto federal de São Paulo (IFSP). 2020. 291 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. p. irreg. E-book Kindle.

DRUCK, GRAÇA. **Trabalho, precarização e resistências:** novos e velhos desafios? In.: CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: Acesso em 17 de maio de 2022.

ESCURRA, María Fernanda; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social e trabalho da(o) assistente social:** revisitando o debate histórico-crítico. Published on Dec 8, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/ana_in_s-_livro_2_enviar_diagrama__69f051bad8541c>. Acesso em 17 de jun de 2022.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O estudo social na perspectiva dos direitos. In.: XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. 2012. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/T6Rx6T18k15w72475B77.pdf>> Acesso em: 30/12/2021

FERREIRA, Júlia Angélica de O. A. LOURENÇO, Rosimary de Souza. FARIAS, Érica Oliveira de Castro. **Sistematização do trabalho do Serviço Social no IFAM/CMC:** refletindo sobre a prática profissional das assistentes sociais no ano de 2018. 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/536>> Acesso em 25 jul 2022.

FERREIRA, Soraide Isabel. **O exercício profissional das assistentes sociais no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de mato grosso – IFMT:** demandas sociais e respostas profissionais. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal de Mato Grosso

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa (p. 23). Paz e Terra. 2011. Paginação irregular. Ebook Kindle.

GOIS, Juliana Carla Da Silva. **Trabalho precarizado, política social e Serviço Social:** elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do instituto federal de alagoas (IFAL). 2020. 331 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. 23. Ed. - São Paulo, Cortez, 2012-A.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez Editora. 2020. p. irreg. E-book Kindle.

IAMAMOTO, Marilda. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In.: Serviço Social em tempo de capital fetiche. Cortez Editora. 2021. p. irreg. E-book Kindle.

IAMAMOTO, Marilda. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** IN.: Atribuições privativas do/a assistente social

em questão. CFESS. 1ª edição ampliada. 2012-B, p.31-74. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>> Acesso em 19 de dez de 2021.

IFRS, Assistência estudantil do *Campus Restinga*. **Proposição de Nova Metodologia de Concessão do Auxílio Permanência**. Trabalho técnico não publicado. Porto Alegre, 2023.

IFRS. *Campus Restinga*, Coordenação de Assistência estudantil. **Ofício nº 099/2023 - Solicitação de ponto de pauta no GTPAE**: vinculação direta do Bolsa Família aos Auxílios Estudantis. Porto Alegre. Não publicado. 2023.

IFRS. **Organização Didática do IFRS** - Aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme a Resolução nº 1/2024-CONSUP-REI. 2024. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/ensino/documentos/organizacao-didatica/>> Acesso em: 26 jan 2024.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. In.: Serviço Social e sociedade. São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt#:~:text=A%20assist%C3%Aancia%20aos%20estudantes%20foi,%2C%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20efici%C3%Aancia%20escolar%22.>>> Acesso em 03 jan 2024.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital** [Recurso Eletrônico]: Crítica Da Economia Política: Livro I: O Processo De Produção Do Capital / Karl Marx; Tradução Reginaldo Sant'Anna. - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. paginação irregular. E-book Kindle.

Marx, Karl. 1818-1883. Salário do trabalho. In.: **Manuscritos Económico-Filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Edições 70. 2017, paginação irregular. E-book Kindle.

MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2006.

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. In.: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zKqHPXTYyTSPvMBrGZnzgjm/#>> Acesso em> 22 jan 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª edição. São Paulo. Editora Boitempo. 2008. Sem paginação. E-book Kindle.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006

MIOTO, R. C. **Estudos socioeconômicos**. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO

SOCIAL – ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8B11wB4614LYr7zq15a4.pdf>> Acesso em: 07 jan 2024.

Neto, Teodoro. SENCE Brasil - Secretaria Nacional de Casas de Estudantes. **Histórico do Movimento de Casas de Estudantes (MCE)**. 2008. Disponível em: <<https://sencebrasil.redelivre.org.br/historico-do-mce/>> Acesso em 03 jan 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010

PEREIRA, Camila Potyara. **A Proteção Social em tempos sem bríos**. Revista Argumentum, Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, set./dez. 2017. Disponível em : <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17945/12637>> Acesso em 22 de jun de 2022.

PEREIRA, Camila Potyara. **Sobre o arcabouço teórico ou pano de fundo explicativo**. In: Proteção social no Capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes, p. 35-75. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Vanessa de Oliveira. **A Teoria do Capital Humano e suas contradições á luz da educação Marxista na compreensão de educação superior**. In: Anais do IV Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família - SIPINF. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//anais/sipinf/assets/edicoes/2019/artigo/21.pdf>> Acesso em 01 dez 2023.

PINHEIRO, Carina Lilian Fernandes. **Serviço Social e cotas: desafios para a permanência dos estudantes no Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal Da Paraíba (João Pessoa).

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. IN: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012

RAICHELIS, Raquel. **Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. IN.: Atribuições privativas do/a assistente social em questão. CFESS. Volume 2. 2020. p.11-42. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>> Acesso em 10 de nov de 2022.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

REIDEL, Tatiana. CLOSS, Thaisa Teixeira. MACIEL, Ana Lúcia Suárez. KNEVITZ, Agnaldo Engel, PRATES, Jane Cruz. **Perfil, formação e trabalho profissional de assistentes sociais no Rio Grande do Sul**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

REIDEL, Tatiana. CORRÊA, Laís Duarte. **Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as)**. In.: *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 136-154, jan./jun. 2021.

SAMPIERI, R.H.; CALLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. irreg. E-book Kindle.

SANTOS, Luciana Vieira dos. **Assistência estudantil e Serviço Social: a atuação dos assistentes sociais nos Campi do IFAM em Manaus**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas.

SILVA, Flavia Regia H. **Pensar o Serviço Social, eis a ousadia: a dimensão pedagógica da profissão na particularidade da política de assistência estudantil do IFCE**. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

SILVA, Lucilia Carvalho. **O trabalho do/a assistente social no contexto da educação Profissional: questões para o debate**. In.: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. (Orgs.) *Serviço Social e Educação*. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020. Pag. 153 – 171.

SOUZA, Adrianycy A. Silva de. Silva, Letícia Batista da. **Trabalho e sociabilidade: a atualidade dos fundamentos ontológicos**. In.: SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). *Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. 8^o ed. São Paulo: Atlas 1990. Disponível em: <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/taylor-principios-de-administracao-cientifica.pdf> Acesso em 06 dez 2023.

VILLAR, José Luiz M. **O Utilitarismo e a Educação Profissional no Brasil**. Por uma abordagem filosófica da História da Educação Profissional. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 19: nov/2012-abr/2013, p. 120-134. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4569/4165>> Acesso em: 01 jan 2024.

YAZBEK, M C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: CFESS, ABEPSS. *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ONLINE

A configuração do trabalho de Assistentes Sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Rio Grande do Sul: atribuições e competências profissionais.

Após a leitura do **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)** encaminhado via e-mail, você concorda em participar desta pesquisa?

- Sim, aceito participar dessa pesquisa

Próxima

Questionário de pesquisa para Assistentes Sociais dos Institutos Federais do RS

1 - Qual sua idade?

- de 20 a 30
- de 31 a 40
- de 41 a 50
- de 51 a 60
- acima de 61

2 - Como você se identifica em relação a sua etnia/cor?

- Amarela
- Branca
- Preta
- Parda
- Indígena
- Outro: descreva...

3 - Como você se identifica em relação ao gênero?

- Feminino
- Masculino
- Travesti
- Transexual Feminina
- Transexual Masculino
- Não Binário
- Outro: descreva...

4 - Qual o ano de conclusão da sua graduação em Serviço social?

- até 1996
- de 1997 até 2010
- de 2011 até 2020
- de 2021 aos dias atuais

5 - Qual a modalidade do seu curso em Serviço Social?

- Presencial
- Semipresencial
- Educação a distância

6 - Você possui ou está cursando alguma especialização lato ou stricto sensu?

- Sim, já concluí.

- Sim, estou cursando no momento
- Iniciei e precisei trancar, mas pretendo retomar
- Iniciei, mas não concluí e não pretendo retomar
- Não possuo até o momento, mas tenho interesse em cursar
- Não possuo e não tenho interesse em cursar
- Outro: descreva...

7 - Indique abaixo qual ou quais níveis de titulação você já cursou ou está cursando:

- Especialização Lato Sensu
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

8 - Indique a linha teórica que você se identifica para a realização do seu trabalho no dia a dia:

- Linha positivista/funcionalista
- Linha pós-moderna
- Linha marxista /método dialético-crítico
- Linha fenomenológica/existencialistas
- Linha clínica, sistêmica ou terapêutica - teoria social
- Outro: descreva...

9 - Indique o ano que você ingressou no Instituto federal, ou na Rede Federal, caso tenha ingressado antes da lei de constituição dos Institutos:

Indique um válido com quatro dígitos. Ex: 1999

10 - A cidade em que você trabalha é a mesma que reside?

- Sim
- Não

11 - Você está lotado/a:

- Na Reitoria
- Em um *Campus*

12 - O seu trabalho volta-se para:

- A Reitoria
- Um *Campus*
- Dois *Campi*
- Três *Campi*
- Quatro *Campi* ou mais

13 - Indique os demais profissionais/cargos que fazem parte de sua equipe de trabalho.

- Marque quantas alternativas forem necessárias
- Assistente social (indique somente se tiver outra/a profissional da área na mesma equipe)
- Assistente administrativo/a
- Assistente de alunos
- Psicólogo/a
- Pedagogo/a
- Outro: descreva...

14 - Quantas pessoas compõem a equipe de assistência estudantil que trabalha, incluindo você?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- Outro: descreva...

15 - Você faz revezamento de turnos, indique quais os turnos você contempla na semana:

É necessário marcar ao menos um quadro em cada linha, caso não realize algum turno em sua escala de trabalho, indique isso na coluna NENHUM.

	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Nenhum
Manhã							
Tarde							
Noite							

16 - Quais as particularidades do seu trabalho com assistente social do IF?

17 - Avalie as relações de trabalho:

	Concordo plenamente	Concordo em parte	Discordo	Não se aplica
A composição da equipe de assistência estudantil em que trabalho é suficiente para as demandas do dia a dia				
Os estudos sociais, pareceres e posicionamentos profissionais são respeitados e valorizados na equipe que trabalho				
Os estudos sociais, pareceres e posicionamentos profissionais são respeitados e valorizados pelos demais servidores da unidade em que trabalho				
Consigo desenvolver o trabalho de acordo com a orientação ético-política e teórico-metodológica de minha escolha				
Existem interferências da gestão quanto ao tempo para o exercício de atribuições específicas				
Existem interferências da gestão quanto às atividades que exerço				

A equipe da assistência estudantil compartilha informações com o intuito de buscar uma visão interdisciplinar de cada caso				
As demandas voltadas para o Serviço social são intensas e causam sobrecarga.				
Existe falta de conhecimento dos demais servidores sobre o trabalho do Serviço Social,				
Existem solicitações de atividades que não deveriam ser direcionadas ao Serviço Social				

18 - A categoria profissional consegue se reunir com certa periodicidade, para discutir o trabalho profissional formalmente, em reuniões de trabalho inter *Campi*?

- Nunca
- Mensalmente
- A cada 2 ou 3 meses
- A cada 4 ou 6 meses
- Uma vez ao ano
- Outro: descreva...

19 - Você exerce cargo de gestão no momento?

- Sim, mas sem função gratificada
- Sim, com função gratificada
- Não exerço cargo de gestão no momento

20 - Se você respondeu que exerce um cargo de gestão indique qual:

- Coordenação de Assistência Estudantil
- Coordenação de Extensão
- Coordenação de Pesquisa
- Coordenação de Ensino
- Direção de Ensino
- Direção Geral
- Outro: descreva...

21 - Se você exerce cargo de gestão indique se acumula as atividades de Assistente Social da assistência estudantil (ou equivalente) com as atividades de gestão?

- Sim
- Não

22 - Levando em consideração as competências e atribuições específicas de assistentes sociais, indique as atividades exercidas no seu espaço ocupacional de trabalho como Assistente Social:

Marque quantas respostas forem necessárias

- Seleção para processo seletivo de estudantes com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salários
- Seleção para o programa de auxílios estudantis financeiros
- Ações voltadas para permanência escolar sem repasse financeiro direto ao estudante

- Ações voltadas para o acesso escolar sem ser a avaliação socioeconômica de ingresso por reserva de vagas
- Acolhimento, atendimentos e acompanhamentos sociais
- Abordagens individuais com estudantes
- Abordagens individuais com docentes
- Abordagens individuais com gestores
- Abordagens individuais com técnicos
- Abordagens individuais com colegas terceirizados
- Abordagens coletivas com família do/a estudante
- Abordagens coletivas com turmas ou grupos de estudantes
- Abordagens coletivas com servidores (em reuniões de equipe)
- Participação em colegiados de curso
- Participação em conselhos de classe
- Coordenação de projeto/s de pesquisa
- Coordenação de projeto/s de extensão
- Coordenação de projeto/s de ensino
- Participação em projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão
- Participação na construção de Planos Pedagógicos de Cursos (PPC), ou seja, sobre a oferta formativa
- Participação em comissões ou grupo de trabalho na unidade em que trabalha
- Participação em comissões ou grupos de trabalho em nível inter *Campi*
- Participação em Núcleos de ações afirmativas (NAPNE, NEPEGS, NEABI, OUTROS)
- Supervisão de estágio na área do Serviço Social
- Organização de atividades educativas
- Encaminhamentos para a rede de serviços
- Elaboração de formulários diversos pertinentes ao setor
- Elaboração dos editais pertinentes ao setor
- Registro dos atendimentos realizados
- Relatórios do trabalho realizado periodicamente
- Reuniões de rede
- Outro: descreva...

23 - Levando em consideração as competências e atribuições específicas de assistentes sociais, indique quais das atividades descritas como típicas do cargo Técnico-administrativos em Educação – Assistente Social, que você compreende que não deveriam fazer parte do trabalho de assistentes sociais neste espaço ocupacional Marque quantas respostas forem necessárias, caso a resposta sejam apenas alguns elementos de um item, poderá ser descrito no último item “outros”

- Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; Ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.
- Planejar políticas sociais: Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.
- Pesquisar a realidade social: Realizar estudo socioeconômico; pesquisar interesses da população, perfil dos/as usuários/as, características da área de atuação, informações in loco, entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados.
- Executar procedimentos técnicos: Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da instituição;

formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos; formular instrumental (formulários, questionários, etc.).

- Monitorar as ações em desenvolvimento: Acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos/as usuários/as.
- Articular recursos disponíveis: Identificar equipamentos sociais disponíveis na instituição; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com outras entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação de discentes; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas.
- Coordenar equipes e atividades: Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar e selecionar pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição.
- Desempenhar tarefas administrativas: Cadastrar os/as usuários/as, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos.
- Utilizar recursos de informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
- Nenhuma das opções listadas acima
- Outro: descreva...

24 - Atualmente você participa de Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho dentro da unidade em que está lotado/a indique quais:

25 - Se você participa de algum Núcleo de ações afirmativas, indique quais:

Marque quantas respostas forem necessárias

- Núcleo de Ações Afirmativas (NAAf)
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs)
- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs)
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs)
- Não participo
- Outro: descreva...

26 - Você costuma levar trabalho para casa?

- Sim, diariamente
- Sim, de 3 e 4 vezes por semana
- Sim, de 1 e 2 vezes por semana
- Sim, de 1 a 2 vezes por mês
- Sim, eventualmente (ex: 1 vez a cada 3 meses)
- Sim, muito raramente (ex: duas vezes ano)
- Não levo trabalho para casa

27 - Se indicou que sim na pergunta anterior, indique quais atividades costuma levar para casa:

Marque quantas respostas forem necessárias

- Leitura e resposta de e-mails institucionais
- Análises/estudos socioeconômicos
- Reuniões online
- Orientações / atendimentos à colegas via telefone

- Orientações / atendimentos à estudantes via telefone
- Confecção de editais ou formulários
- Outro: descreva...

28 - Se você leva trabalho para casa, indique o motivo:

- A demanda de trabalho é muito grande
- A dinâmica do trabalho na unidade institucional não permite a concentração para determinadas atividades
- Outro: descreva...

29 - Em relação a sua carga horária total de trabalho semanal:

- Trabalho 30h de acordo com a Lei de regulamentação da profissão que é reconhecida pelo IF
- Flexibilizo o horário com a equipe, de forma a prestar serviços ininterruptos do setor por 12h diárias, resultando em uma carga horária de 30h semanais, pois o IF não reconhece a Lei de regulamentação da profissão
- Flexibilizo o horário com a equipe (12h ininterruptas com o setor aberto ao público) resultando em 30h semanais, mas acabo por extrapolar as horas semanais em função das demandas de trabalho
- Trabalho 40h semanais pois não existe a possibilidade de flexibilização na minha instituição e o IF não reconhece a Lei de regulamentação da profissão
- Trabalho 40h semanais pois não consigo reduzir minha carga horária devido a demanda de trabalho
- Trabalho mais de 40h semanais em alguns períodos específicos onde há o aumento de demandas
- Trabalho mais de 40h semanais normalmente, pois tenho muitas demandas
- Outro: descreva...

30 - Indique o objeto de trabalho de Assistentes Sociais no Instituto Federal:

31 - Em relação a limitações e/ou desafios no exercício do trabalho profissional:

Marque quantas respostas forem necessárias

- O trabalho teria maior qualidade com pelo menos mais um/a profissional do Serviço Social na unidade em que trabalho
- A constituição das equipes deveria ser maior
- As equipes de assistência estudantil deveriam contar com apoio administrativo obrigatoriamente
- O espaço para atendimento precisa ser melhorado
- O trabalho interdisciplinar é um desafio e ao mesmo tempo muito necessário, para qualificar os atendimentos/acompanhamentos de estudantes
- O aprimoramento da comunicação com os demais servidores técnicos e docentes é um desafio
- O entendimento dos demais servidores técnicos e docentes sobre o trabalho profissional de Assistentes Sociais é um desafio constante
- Outro: descreva...

32 - Desde que você ingressou no IF, apresentou algum problema de saúde em relação ao trabalho?

- Sim
- Não

33 - Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa identifique os problemas

apresentados:

Marque quantas respostas forem necessárias

- Problemas físicos
- Problemas mentais/emocionais
- Outro: descreva...

34 - Você já se sentiu assediado/a no trabalho?

Marque quantas respostas forem necessárias

- Sim
- Não

35 - Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa, identifique o tipo de assédio.

Marque quantas respostas forem necessárias

- Assédio moral
- Assédio sexual
- Outro: descreva...

36 - Você já sofreu algum preconceito dentro do IF?

- Sim
- Não

37 - Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido afirmativa identifique o tipo de preconceito:

Marque quantas respostas forem necessárias

- Racial
- Gênero
- Orientação sexual
- Outro: descreva...

38 - Você identifica precarizações no seu trabalho, indique quais:

Marque quantas respostas forem necessárias

- Não identifico precarizações
- No espaço físico para de atendimento
- Nas relações de trabalho com chefias
- Nas relações de trabalho com colegas
- Nas relações de trabalho com os/as usuários/as
- Na relação de trabalhador/a assalariado/a
- No salário propriamente dito
- No tempo excedente à jornada empregado no trabalho
- Na falta de reconhecimento do meu trabalho
- Outro: descreva...

39 - O IF proporciona e/ou fomenta espaços formativos especificamente para Assistentes Sociais?

- Não
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente

40 - O IF proporciona e/ou fomenta espaços formativos para a equipe de assistência estudantil?

- Não
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente

41 - Considerando a realidade do seu trabalho, na perspectiva da educação permanente, quais saberes são emergentes e necessários para o exercício da profissão?

Marque quantas respostas forem necessárias

- Fundamentos em Serviço Social
- Trabalho com famílias
- Educação emancipadora
- Planejamento, monitoramento e avaliação
- Trabalho interdisciplinar e intersetorial
- Pesquisa social
- Análise territorial
- Abordagem grupal
- Ética Profissional
- Singularidades do estudo socioeconômico
- Outro: descreva...

42 - Você é sindicalizado/a?

- Sim
- Não

43 - Você participa de espaços promovidos pela categoria profissional como Fóruns. Encontros, congressos, comissões ou grupos de trabalho do CEFESS/CRESS?

- Não
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente

44 - Considerando que a pesquisa tem como objetivo de analisar a configuração do trabalho de Assistentes Sociais neste espaço ocupacional, com vistas a contribuir com a qualificação do trabalho profissional da categoria, será muito importante poder criar um espaço coletivo para refletir sobre as particularidades do trabalho de assistentes sociais nos IFs. Com isso, convidamos você a participar de um grupo focal online, com duração máxima de 1h e 30 min, para o aprofundamento de questões pertinentes ao trabalho profissional de Assistentes sociais nos IFs, você aceita?

- Sim
- Não

45 - Quais seriam os melhores dias e turnos para sua participação?

Indique todas as disponibilidades para que possamos verificar o melhor horário e turno para o maior número possível de profissionais.

	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Nenhum
Manhã (10h)						
Tarde (15h)						
Noite (19h)						

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL (TCI)

Título da Pesquisa: A configuração do trabalho de Assistentes Sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Rio Grande do Sul: atribuições e competências profissionais.

Tem como objetivo analisar a configuração do trabalho de Assistentes Sociais neste espaço ocupacional, com vistas a contribuir para sistematização de estratégias que qualifiquem o trabalho profissional da categoria.

Como dirigente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia _____, ciente do protocolo de projeto de pesquisa intitulado como “A configuração do trabalho de Assistentes Sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Rio Grande do Sul: atribuições e competências profissionais”, da mestranda Andreia Pereira Pedroso, sob a coordenação da profa. Dra Tatiana Reidel, orientadora do Mestrado em Política Social e Serviço Social da UFRGS, bem como ciente de seus objetivos e metodologia, e de que a pesquisadora não interferirá no fluxo normal do serviço, AUTORIZO sua execução para fins exclusivos do referido projeto, com confidencialidade e privacidade quanto à identificação dos sujeitos. A coleta dos dados requeridos deverá ter início somente após o parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme diretrizes e normas das Resoluções Conselho Nacional de Saúde (CNS)510/16.

Porto Alegre, ___/___/ 2022

Assinatura Pesquisador Responsável

Nome, identidade funcional ou CPF, assinatura e carimbo da Instituição onde será realizada a coleta

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - QUESTIONÁRIO

Prezado/a Assistente Social, você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “A configuração do trabalho de Assistentes Sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Rio Grande do Sul: atribuições e competências profissionais”, que tem como objetivo analisar a configuração do trabalho de Assistentes Sociais neste espaço ocupacional, com vistas a contribuir para sistematização de estratégias que qualifiquem o trabalho profissional da categoria.

Esta é a primeira etapa da pesquisa, a segunda consistirá na realização de Grupo Focal, para o qual se realizará um novo TCLE e cuja participação na etapa 1 não implica compromisso em participar da etapa 2.

Este estudo tem como pesquisadora responsável a professora Dr^a. Tatiana Reidel e como corresponsável a Assistente Social Andreia Pereira Pedroso, discente do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social do Instituto de Psicologia da UFRGS. A sua contribuição consiste em participar por meio do preenchimento do questionário online, com tempo de duração em torno de 30 min.

Assumimos o compromisso na formulação do questionário com respeito incondicional à sua livre manifestação, de modo a evitar qualquer dano e/ou desrespeito pessoal. Em relação aos riscos, entendemos que se configuram como mínimos, considerando a possibilidade de ocorrer desconforto ao relatar suas condições e relações de trabalho, bem como, referente a atividade e seu tempo de duração. No entanto, você terá total liberdade de deixar de responder a qualquer pergunta, se assim desejar ou se retirar do estudo. Assim como, caso ocorra o desconforto, nos disponibilizamos a acolher a demanda do/a participante, e caso necessário, será realizado encaminhamento para serviço especializado da rede pública de saúde.

Em relação aos riscos que envolvem ambientes virtuais, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, como menciona a Ofício Circular nº 1/2021- CONEP/SECNS/MS, documento referente às orientações para pesquisas em ambiente virtual, destacamos que cabe ao pesquisador assegurar total confidencialidade, considerando o risco de violação. Assim, os dados coletados não serão identificados com o nome, ou sequer a identificação do participante em lista de e-mails ou a visualização dos dados de contato (telefone, e-mail). Demais riscos

próprios do ambiente virtual a serem considerados estão na possível instabilidade de conexão ou a falta de internet, impossibilitando o acesso ao questionário.

É garantida a sua liberdade e voluntariedade em participar deste estudo, visto que a qualquer momento e em qualquer fase da pesquisa, você pode interromper sua participação ou retirar seu consentimento, sem qualquer ônus ou prejuízo. Não haverá despesas pessoais em qualquer fase deste estudo, assim como não haverá compensação financeira relacionada à sua participação. O formulário ficará salvo e armazenado em drive sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, por cinco anos, tendo como referência de armazenamento o equipamento da profa. Dra. Tatiana Reidel, Coordenadora da Pesquisa, cuja sala se localiza na sala 401B no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Ramiro Barcelos, 2600 POA/RS.

Os benefícios em participar desta pesquisa estão na seara da reflexão sobre seu espaço de trabalho e competências e atribuições da sua profissão, com a possibilidade de qualificação do trabalho profissional. Ao término da dissertação será agendado um momento para apresentação dos resultados da pesquisa para todos que aceitarem participar deste momento e demais interessados

Será mantido o sigilo quanto a sua identidade e privacidade nas etapas do relatório e publicação de resultados com finalidade científica. Observa-se que o consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei 10.406/2002 (artigos 927 a 954) e Resolução CNS no 510 de 2016.

Caso necessite de mais informações sobre este estudo poderá entrar em contato pelos e-mails pedroso.andreia@gmail.com ou tatyreidel@gmail.com. Você também poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 – Porto Alegre/RS – Telefone: 33085698 - e-mail: cep-psico@ufrgs.br).

Recomenda-se que você salve em seu computador uma via deste Termo de Esclarecimento livre e Esclarecido.

Ao ler este termo e manifestar acordo em participar da mesma, como evidência de sua ciência e participação, [clique aqui](#) e será encaminhado para o questionário.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFS) DO RIO GRANDE DO SUL: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS.

Pesquisador: Tatiana Reidel

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66712223.9.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.882.859

Apresentação do Projeto:

A presente investigação visa analisar a configuração do trabalho de Assistentes Sociais na assistência estudantil dos IFs no Rio Grande do Sul, considerando suas atribuições e competências profissionais, com vistas a contribuir para sistematização de estratégias que qualifiquem o trabalho profissional da categoria neste espaço sócio ocupacional. Trata-se de estudo descritivo permeado pelo método materialista histórico dialético, com enfoque misto. Os/as participantes da pesquisa serão os/as Assistentes Sociais lotados/as nos setores de Assistência Estudantil ou equivalente, dos três Institutos Federais localizados no Rio Grande do Sul. A coleta de dados será composta de dois momentos distintos: o primeiro com questionário eletrônico e um segundo momento com a realização de grupos focais remotos para o adensamento de pontos relevantes à pesquisa. O convite aos participantes será realizada por meio dos representantes dos setores de Assistências Estudantis das Reitorias qu

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa apresenta como objetivo primário: Analisar a configuração do trabalho de Assistentes Sociais na assistência estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Rio Grande do Sul, considerando suas atribuições e competências profissionais, com vistas a contribuir com subsídios para qualificar o trabalho profissional da categoria neste espaço sócio ocupacional. Como objetivos secundários: Investigar a produção teórica sobre o trabalho de

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -



Continuação do Parecer: 5.882.859

Assistentes Sociais nos Institutos Federais, levando em consideração suas atribuições e competências, para averiguar o estado do conhecimento atual. Evidenciar como se configura o trabalho dos/as Assistentes Sociais e mais especificamente a sua intensificação, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Rio Grande do Sul; Analisar como se conformam as atribuições e competências profissionais neste espaço ocupacional. Delinear o perfil profissional de Assistentes Sociais nos institutos. Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A investigação refere que possui riscos mínimos como desconforto, medo, vergonha ou estresse dentro dos diálogos nos grupos focais ou mesmo reflexões a partir do preenchimento do questionário. O projeto indica que participantes da pesquisa que

indicarem sofrer algum dano psicológico em função da pesquisa, serão acolhidos e encaminhado para atendimento na rede pública de saúde ou outro serviço similar que possa trabalhar com o participante os reveses apresentados. Ressalta que as técnicas de coleta de dados da pesquisa serão realizadas por meio de ambientes virtuais, sendo que existem

riscos de falta de comunicação em virtude da conectividade de cada participante.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A investigação versa sobre um tema de profunda relevância, se constituindo em uma produção com nítido direcionamento ético no trato de tema que deseja investigar. Possui nitidez na descrição de cada parte que compõe o projeto de pesquisa e coerência entre os documentos que foram submetidos para a apreciação ética. O projeto de pesquisa apresenta análises importantes, bem como aponta o detalhamento metodológico para a realização da pesquisa. Observa-se atenção a resolução 510/2016 da CONEP e a carta circular nº 1/2021-CONEP/CNS/MS em diversos aspectos da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As pesquisadoras apresentaram para a análise ética o projeto de pesquisa, os instrumento de coleta de dados, a folha de rosto, a ata e parecer da banca de qualificação, termo de consentimento institucional e termos de consentimento livre e esclarecido voltado para a coleta de dados do questionário on-line, bem como, do grupo focal. A análise do material indica que estão adequados do ponto de vista da ética em pesquisa, conforme as legislações em vigor.

Recomendações:

Não são indicadas recomendações para o presente estudo.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -**



Continuação do Parecer: 5.882.859

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente projeto de pesquisa mostra-se adequado do ponto de vista ético no que se refere as normativas em vigência no país. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e finais da pesquisa, por meio de plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório", para que sejam devidamente apreciados no CEP, conforme norma operacional CNS 001/13.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2068321.pdf	18/01/2023 20:50:11		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2068321.pdf	18/01/2023 10:48:59		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_INSTITUCIONAL.pdf	17/01/2023 09:28:01	ANDREIA PEREIRA PEDROSO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOS_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO.pdf	17/01/2023 09:27:49	ANDREIA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP_PPGPSSS.pdf	17/01/2023 09:27:15	ANDREIA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Folha de Rosto	folharostoIF.pdf	16/01/2023 17:16:16	Tatiana Reidel	Aceito
Outros	ATA_BANCA_QUALIFICACAO.pdf	12/01/2023 17:11:19	ANDREIA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Outros	PARECER_BANCA_QUALIFICACAO.pdf	12/01/2023 17:10:51	ANDREIA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Outros	ROTEIRO_GRUPO_FOCAL.pdf	12/01/2023 17:08:55	ANDREIA PEREIRA PEDROSO	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_ONLINE.pdf	12/01/2023 17:08:24	ANDREIA PEREIRA PEDROSO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
 Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL -



Continuação do Parecer: 5.882.859

Não

PORTO ALEGRE, 08 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
ANGELA HELENA MARIN
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br